

PARTICIPAÇÃO

Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília - Ano 9 - nº 15 - julho de 2009 - ISSN 1677-1893



Extensão
PROMOVENDO INCLUSÃO SOCIAL



CAL UnB

Casa da Cultura da América Latina - CAL/DEX

A CAL, desde sua criação, consolidou-se como Centro Cultural da cidade, atuando interdisciplinarmente em diversos campos das artes, na preservação de acervos etnográficos de arte popular latino-americana e da arte contemporânea brasileira. Assim, intervém no processo da interculturalidade e orienta suas atividades pelo conceito de América Latina, a par da diversidade de etnias e culturas coexistentes em um mesmo continente e que contribuem para um repertório cultural singular, com multiplicidades de maneiras de compreender o mundo, mesclas e sincretismos. Esse conceito de diversidade absorve também o legado indígena, os países da península ibérica e africanos e outros presentes na nossa formação.

- *Acervos etnográficos e de arte contemporânea*
- *Cursos de extensão em diversidade cultural, preservação de acervos, direitos humanos e meio ambiente*
- *Programa Semanas Latinas*
- *Cooperação e Intercâmbio*
- *Exposições (convocatórias de artistas)*

Casa da Cultura da América Latina
SCS Quadra 04, Ed. Anápolis, 1º andar, sala 103
Brasília - Distrito Federal
CEP: 70.300-500
(61) 3321-5811
(61) 3325-6543
www.cal.unb.br
cal@unb.br

EDITORIAL

Consolidar instrumentos de reflexão e difusão das agendas teóricas e práticas da extensão universitária no Brasil é um desafio imenso. Assumindo esta tarefa com consciência e confiança, o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília – DEX-UnB apresenta à sociedade brasileira o número 15 da Revista ParticipAção, retomada em sua versão impressa, em 2008. Ainda estamos distantes de nossos objetivos acadêmicos para este projeto. Mas os avanços são imensos, consistentes, indicando agradável equilíbrio entre sonho e realização.

Assim, a ParticipAção busca garantir espaço qualificado para a sistematização do fazer acadêmico voltado para a democratização das relações entre a academia e a sociedade. Aumentar a difusão desta prática é tarefa essencial para consolidar a extensão com um pilar estruturante da universidade pública brasileira. É nesta relação com o meio externo que esse fazer acadêmico melhor explicita a nossa contribuição com o conhecimento transformador, com a formação cidadã e a consolidação das políticas públicas universais e específicas.

Esta edição apresenta 11 artigos que abordam temas centrais da extensão, como direitos humanos, meio ambiente, trabalho, saúde, educação, entre outros. As diversas estratégias de inclusão social, reveladoras de movimentos de resistência à exclusão e às desigualdades, marcas mais do contexto socioeconômico e cultural do país, é a teia central deste número.

Dois aspectos extremamente positivos nesta fase da revista merecem destaque e nos animam a aprimorar o projeto: a significativa resposta nacional à nossa chamada para publicação e a forte presença de trabalhos produzidos em grupos, que incorporam alunos de graduação e pós-graduação. Assim, obtivemos a valiosa contribuição de extensionistas-pesquisadores de três universidades federais (UFMG, UFG, UFV) bem como da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP).

As ruas de Belo Horizonte constituem o campo de pesquisa e reflexão de 11 estudantes que avaliam a experiência do Projeto Saia da Rua, voltado para a formação de uma cooperativa popular de mulheres que se organizam sob o pressuposto da economia solidária. O corte analítico tem como fio condutor a relação entre a mulher excluída e o trabalho. Esse projeto se insere em uma iniciativa da Faculdade de Direito da UFMG, no Programa Polos de Cidadania.

Nesta mesma linha, outra instigante narrativa aborda experiência de assessoria jurídica universitária popular desenvolvida em Goiás com uma associação de catadores de material reciclável. Ainda na área do direito, consta artigo sobre emancipação e cidadania, que sistematiza a experiência do projeto Promotoras Legais Populares, realizado em Brasília, e que tem como objetivo combater a violência contra a mulher em uma perspectiva que articula, ao mesmo tempo, a busca de transformação social com o combate ao machismo.

Quatro artigos discutem experiências inovadoras de cidadania e inclusão social com recortes temáticos interdependentes entre cultura, turismo, meio ambiente e tecnologia. O primeiro, de pesquisadores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, avalia as dificuldades do Programa Polo Costa Norte nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Ainda da UnB é apresentada pesquisa do Centro de Excelência em Turismo com diagnóstico dos observatórios de turismo sustentável nos municípios goianos de Cristalina e Cavalcante. Completam

este bloco uma experiência da UFV sobre redução do uso de sacolas plásticas no supermercado escola da própria instituição e uma reflexão instigante sobre trabalho de artesanato com fibra de bananeira, desenvolvido no Vale da Ribeira (SP) por pesquisadores da ESALQ.

Projetos de extensão nas áreas de educação e saúde são contemplados nos quatro últimos artigos. O primeiro trata da interação com o terceiro setor em um curso de graduação à distância, ofertado pela UnB, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O segundo, um outro projeto da federal de Viçosa, aborda experiência de educação nutricional continuada no controle do diabetes em idosos. Segue relato que traz experiência do projeto de extensão de ação contínua (Peac) da UnB, na área de saúde: Atendimento psicossocial ao paciente internado no Hospital Universitário, nas clínicas cirúrgica e pediátrica. Por fim, fecha esta edição artigo sobre o papel da educação ambiental na construção do núcleo de extensão da UnB na cidade satélite de Santa Maria-DF.

O conjunto de artigos evidencia um salutar esforço da comunidade acadêmica brasileira. Está em curso um rico processo de aprimoramento da análise da experiência extensionista. A Universidade de Brasília apoia ativamente esta tarefa e conta com a Participação para ampliar sua difusão pública.

Boa leitura.

Wellington Lourenço de Almeida
Decano de Extensão

PARTICIPAÇÃO

Revista do Decanato de Extensão da
Universidade de Brasília

Ano 9 – nº 15 – junho/2009 – ISNN 1677-1893

Periodicidade: semestral

Tiragem: 2.000 exemplares

REITOR

José Geraldo de Souza Júnior

VICE-REITOR

João Batista de Sousa

DECANO DE EXTENSÃO

Wellington Lourenço de Almeida

DECANA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Marcia Abrahão Moura

DECANO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Denise Bomtempo Birche de Carvalho

DECANO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pedro Murrieta Santos Neto

DECANA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Rachel Nunes da Cunha

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro A. Cerletti (Universidad de Buenos Aires-UBA)

Alexandre Bernardino Costa (DEX/UnB)

Ana Paula Morais Fernandes (USP)

Bernardina Maria de Souza Leal (UFF)

Cláudia Mendonça Magalhães Gomes Garcia (UCB)*

Conceição Gislaine Nóbrega L. de Salles (UFAL)

Domingos Sávio Coelho (IP/UnB)

Fabiana Nunes de Carvalho Guimarães (UCB)

Jane Dullius (FEF/UnB)

Leila Chalub Martins (FE/UnB)

Lúcia Helena C.Z. Purino (IP/UnB)

Maria de Fátima R. Makiuchi (FIS/UnB)

Paulo Sergio de Andrade Bareicha (FE/UnB)

Perci Coelho de Souza (SER/UnB)

Renato Hilário dos Reis (FE/UnB)

Sérgio Luiz da Silva (UFSCar)

Walter Omar Kohan (UERJ)

EDITOR CIENTÍFICO

Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro

EDITORA-EXECUTIVA

Sonia Ramos Cruz

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Damara Santos Ribeiro

Webson Dias

FOTO CAPA

Hélio Rocha (apresentação da Cia Nós no Bambu)

REVISÃO

Editorial Abaré

(*) Universidade Católica de Brasília (UCB)

DECANATO DE EXTENSÃO

Prédio da Reitoria –Campus Universitário Darcy Ribeiro

70.910.900 – Brasília-DF Brasil -Fax: (55 61) 3273 7122

Telefones: (55 61) 3307-26212 e 3272- 0194

redex@unb.br – <http://www.unb.br/portal/extensao/>

www.revistaparticipacaodex.br -E-mail: participacao@unb.br

DECANATO DE EXTENSÃO –DEX

(Gabinete do Decano/Secretaria)

Wellington Lourenço de Almeida (Decano)

Alexandre Oliveria Simões

Antônio Pereira de Carvalho

Eliane de Jesus Correia (Secretária da CEX)

Geraldo Alves da Mata Filho

José Marques Ribeiro (Secretário)

José William da Silva (Assistente do Decanato)

Maria José Gomes

Messias Cândido de Oliveira

Nilda da Silva Malaquias

Renata Pietsch França Barbosa (Secretária)

Ricardo de Andrade Ribeiro

Rubens Augusto Brandão

Sonia Ramos Cruz (Assessora de Comunicação)

Brenda R. Gonçalves

Cássio Teixeira de Moraes

Douival Rodrigues Pereira (Coordenador)

Gilberto D. dos Santos

Jorivê Sardinha da Costa

José Edson Gomes Feitosa

Kátia Sales Lopes Ramos

Leda Ferreira Barros

Maria de Fátima Eleutério

Nanahira R. Sant'Ana

Raimundo E. Vasconcelos

Rogério Ramos Silva

Rosângela de Oliveira Alves

Rosilene Magalhães de Lucena

Shirlene S. Malaquias

Victor Hugo Barros Costa

DIRETORIA TÉCNICA DE EXTENSÃO

Daniela Conceição de Oliveira Teles

Eliane Aparecida dos Santos

Eliane Luciana Helena C. Milhomens

Jeane Cristina Gomes (Diretora)

GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA AGRÁRIA -GTRA

Catarina dos Santos Machado

Elizângela Nunes Pereira

Mônica Castagna Molina (Coordenadora)

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

Henrique de Aguiar Lara

Juliana Cristina Ribeiro

Marlene Bomfim (Coordenadora)

Rosilene de Oliveira Vasconcellos

CASA DA CULTURA DA AMERICA LATINA-CAL

Amanda Calirida da Silva

Ana Queiroz (Diretora)

Anelise Weingartner Ferreira

Antônio Carlos Maranhão

Ariane Abruñhosa

Cláudio Almeida Soares

Eduardo Carvalho

Fernanda Serpa

Flávia Alves Viana Marçal

José Carlos Vieira Martins

Maria Eduarda Ribeiro

Maritza Leite

Ornil Junior

Rafael Silva

Vilany Kehrle

Wagner Barja

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO VISUAL E INFORMÁTICA

Damara Santos Ribeiro

João Augusto Soares Martins

Michele Lunière de Lima

Webson Dias (Coordenador)

NÚCLEO DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL-NPIR

Alex da Silva Alves

Deborah Silva Santos (Coordenadora)

Debora Tatiana de Moraes

Fabiana Paiva

NÚCLEO DA AGENDA AMBIENTAL-NAA

Carolina Ramalhete Vieira

Fernanda Rachid Machado

Vera Catalão (Coordenadora)

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO CONTINUADA

- INTERFOCO

Jodete Guilherme Amorim ((Diretora)

Adeane Sena Carvalho

André Vicente E. de Carvalho

SUMÁRIO

- 8** ————— A Mulher excluída e o trabalho: a experiência do programa Polos de Cidadania em Belo Horizonte
Bárbara Néri Moreira, Eliza de Carvalho, Fernanda de Lazari Cardoso, Isabella Gonçalves Miranda, Júlia Leite, Juliana Roela Saraiva, Luiz Philipe De Caux, Pedro Mendes Rufino Barbosa, Sielen Barreto Caldas, Tamara Regina Caldeira Moraes, Vinícius Cunha Barcelos
- 17** ————— O Diálogo entre a Associação de Catadores de Material Reciclável Beija-Flor e o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular de Goiás: uma experiência
Cecília dos Santos Moraes, Isabella Petini de Oliveira, Kelly Bizinotto, Laís Papalardo, Lígia de Freitas Severino, Lucas Lima de Podestà, Patrícia Teles de Carvalho
- 26** ————— Direito, emancipação e cidadania: a experiência do projeto Promotoras Legais Populares no embate à violência contra a mulher e na transformação de realidades
Bruna Santos Costa, Fernanda Truite Pereira Lima, Juliana Manhães Mendes, Laura Carneiro de Mello Senra, Luna Borges Pereira Santos, Mariana Cintra Rabelo, Renata Cristina de F. G. Costa
- 33** ————— Dificuldades de inclusão social pela cultura: o caso do Polo Costa Norte (Maranhão, Piauí e Ceará)
Elimar Pinheiro do Nascimento, Helena Araújo Costa, David Leonardo Bouças da Silva
- 41** ————— Em busca de participação e sustentabilidade na gestão do turismo: os Observatórios para o Turismo Sustentável de Cavalcante e Cristalina-GO
Luís Henrique de Souza, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Elisangela Aparecida Machado da Silva, Davi Bimbatti
- 48** ————— Sensibilização Ambiental Acerca da Redução do Uso de Sacolas Plásticas no Supermercado Escola, Viçosa, MG
Leonardo Alves de Oliveira Silva, Laércio Antônio Gonçalves Jacovine, Claudinei Heleno da Silva, Rosilene Aparecida do Nascimento, Gínia César Bontempo, Fabiano Luis da Silva, Sabina Cerruto Ribeiro, Renata Bressan Emidio
- 59** ————— Uma experiência de pesquisa e de extensão universitárias: artesanato com fibra de bananeira
Maria Elisa de Paula, Eduardo Garavello, Silvia Maria Guerra Molina, Márcia Regina Farias da Silva, Eneida Elisa Mello Costa
- 65** ————— Do virtual à *práxis*: experiências práticas e interações com o Terceiro Setor em um curso de graduação a distância
Daniel Trento do Nascimento

- 74** _____ Educação Nutricional Continuada no Controle do Diabetes em Idosos
Kely Raspante Teixeira, Márcia Ferreira da Silva, Rita de Cássia Gonçalves Alfenas
- 82** _____ PEAC – Atendimento Psicossocial ao Paciente Internado no HUB:
Clínicas Cirúrgica e Pediátrica
*Fernanda Nascimento Pereira Doca, Virginia Turra, Áderson Luiz Costa Junior, Fabrício
Fernandes Almeida*
- 91** _____ A Educação Ambiental na Construção do Núcleo de Extensão da
Universidade de Brasília em Santa Maria, Distrito Federal
*Renan Janke Bosque, Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares, Maria Fernanda Nince
Ferreira*

A MULHER EXCLUÍDA E O TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA EM BELO HORIZONTE

Bárbara Néri Moreira
Eliza de Carvalho
Fernanda de Lazari Cardoso
Isabella Gonçalves Miranda
Júlia Leite
Juliana Roela Saraiva
Luiz Philippe De Caux
Pedro Mendes Rufino Barbosa
Sielen Barreto Caldas
Tamara Regina Caldeira Moraes
Vinícius Cunha Barcelos

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar a experiência do Projeto Saia da Rua, de formação de uma cooperativa popular sob os moldes da economia solidária com mulheres que vivem, trabalham, e/ou retiram seu sustento das ruas de Belo Horizonte. Serão apresentadas algumas observações de cunho sociodemográfico sobre o público, uma avaliação dos avanços e dificuldades enfrentadas na consecução dos objetivos e uma reflexão sobre as perspectivas do projeto. Para tanto, serão feitos alguns esclarecimentos teóricos preliminares que embasaram e indicam as diretrizes metodológicas seguidas.

PALAVRAS-CHAVE: mulher; trabalho; rua; economia solidária.

ABSTRACT

The objective of this article is to present the experience of the Saia da Rua Project of formation of a popular co-operative association in the moulds of solidary economy with women who live, work and/or obtain their sustenance from the streets of Belo Horizonte. There will be presented some socio-demographic observations about the public, an evaluation of the progresses and difficulties faced in the attainment of the purposes and a reflexion on the perspectives of the project for the year of 2009. For that, there will be made some theoretical preliminary explanations that based and indicate the methodology followed.

KEYWORDS: women; work; street; solidary economy.

1 INTRODUÇÃO

Na raiz da formação da sociedade brasileira está um profundo processo de exclusão da maior parte de sua população. Entre as mais fundamentais marcas desse processo, nota-se a desigualdade social e a discriminação contra a mulher. A desigualdade é uma questão estrutural da sociedade brasileira, reflexo das opções de desenvolvimento que, em regra, privilegiaram elites econômicas. A discriminação contra a mulher é marca cultural das relações privadas e públicas e se manifesta na subordinação da mulher, no machismo, no patriarcalismo e em suas diversas variantes. Essas duas dimensões de exclusão – a primeira, no âmbito da redistribuição, a última, no do reconhecimento – se cruzam quando se trata das mulheres que vivem e/ou trabalham nas ruas das grandes metrópoles.

Essa é uma situação inaceitável do ponto de vista dos direitos humanos. Estes são indivisíveis e interdependentes entre si, de modo que é na efetivação de direitos que se garante a realização de outros. Considerando que os direitos humanos são historicamente construídos de acordo com as necessidades humanas em determinado contexto, deve-se atribuir ao trabalho a condição de direito humano indispensável para a efetivação de outros direitos, como moradia, alimentação, lazer etc.

O fomento a projetos de inclusão produtiva, destinados às mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social constitui, assim, um eixo norteador de proteção aos direitos humanos. Esses estímulos visam à promoção de autonomia e protagonismo social, político e econômico das mulheres. As ações de inclusão produtiva devem desenvolver-se nessa direção constituindo-se em um importante instrumento na estratégia de promover e/ou fortalecer a participação social da mulher em sua comunidade.

Diante dessas constatações, o Programa Polos de Cidadania (Polos), da Faculdade de Direito da UFMG, pôs em atividade, no início do ano de 2008, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig), o Projeto “A Pesquisa-ação na Constituição de Cooperativas Populares de Produção Artesanal”, voltado, em Belo Horizonte, para a geração de trabalho e renda para mulheres excluídas.

Ao longo desse artigo será feita uma discussão sobre a experiência das primeiras atividades desse projeto, também conhecido como “Saia da Rua”. Pretende-se partilhar os conhecimentos adquiridos na prática de trabalho e pesquisa de campo, com vistas a dar maior publicidade a esse tipo de ação, contribuindo para outras eventuais atividades similares que estejam ou que venham a ser desenvolvidas.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição Federal Brasileira, no caput do art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Este preceito faz com que as universidades orientem-se, necessariamente, pela associação e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A universidade é detentora de conhecimento, que é transmitido aos seus estudantes por meio do ensino, renovado e aprimorado com a pesquisa, além de ser socializado e difundido à comunidade em geral, por meio da extensão. Ao possibilitar a aplicação prática do que é ensinado, a extensão complementa a formação dos estudantes ao mesmo tempo em que estes colaboram na democratização do conhecimento. As três atividades, então, atuam de forma sistêmica: são dependentes e complementares.

Os problemas sociais são complexos e estão em constante transformação, o que torna necessário que o ensino não se baseie num mundo estático. A universidade deve preparar os estudantes para que sejam capazes de identificar problemas futuros e desenvolver novas técnicas para sua solução. O trabalho intelectual original e criador deve estar sempre além dos problemas imediatos e estar voltado para o atendimento das demandas sociais.

A extensão universitária deve ser vista como uma forma de interação entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. A universidade consome um volume considerável de recursos, sendo razoável que seus beneficiários (professores, funcionários e estudantes) retribuam à sociedade por meio da aplicação concreta do conhecimento científico. Essa colaboração não é apenas justa como também útil, pois o conhecimento científico não é bem destinado se deixado apenas à pro-

dução de livros e artigos. Quando interage efetivamente com a sociedade, a universidade é retroalimentada com o aprendizado sobre as necessidades e anseios sociais. Evidencia-se, assim, um intercâmbio de conhecimentos, posto que ambas são detentoras de saberes. Por meio da extensão, a universidade leva à comunidade os conhecimentos que adquire com a pesquisa e os transmite pelo ensino, enquanto aprende seus valores e cultura, que deverão ser respeitados no planejamento e execução de suas atividades.

2.1 O PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA

Criado em 1995, como um projeto institucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Polos, por sua metodologia, tem possibilitado a inter-relação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a defesa, promoção e efetividade dos direitos fundamentais e de cidadania.

Interinstitucional e interdisciplinar, o Polos atua em parceria com outras instituições públicas e privadas de ensino superior e da administração pública e envolve graduandos, pós-graduandos e profissionais de Direito, Ciências Sociais, Comunicação, Economia, Psicologia, Arquitetura, Administração, Serviço Social, Urbanismo e Teatro.

A metodologia do Polos, da qual se tratará detidamente mais adiante, é qualitativamente diferenciada e fundamenta-se no relacionamento permanente entre investigações e atuação social, com entrecruzamento e retroalimentação de seus resultados. A característica marcante dessa metodologia é o envolvimento ativo da própria comunidade em uma atuação interativa e emancipadora, com o objetivo de redução dos índices de pobreza urbana e de riscos sociais. Dessa forma, a pesquisa passa a ser um elemento de transformação e os

integrantes das comunidades sujeitos ativos e não meros destinatários de ações externas.

O Polos, por sua complexidade, estrutura-se a partir de projetos. Estes podem ser renovados e recriados de acordo com demandas de interesse público, formuladas diretamente por comunidades ou por instituições governamentais e não governamentais. Seus projetos atuais, além do Saia da Rua, são: a) Projeto Núcleo de Mediação e Cidadania (NMC), que desenvolve o processo de mediação e de discussão coletiva de problemas, possibilitando o acesso à Justiça por meio da resolução extrajudicial de conflitos, com atuação direta nos aglomerados da Serra e Santa Lúcia, em Belo Horizonte; b) Projeto Vila Acaba Mundo, que desenvolve ações que promovem a sustentabilidade da regularização fundiária e a geração de renda estável para a população da Vila Acaba Mundo (Região Centro-Sul de Belo Horizonte); c) Projeto Mosaico, que trata da incubação de cooperativas e associações para o fortalecimento de grupos de mulheres e jovens na geração de trabalho e renda na região do Médio Vale do Jequitinhonha; d) Trupe “A Torto e a Direito”, montagem e apresentação de peças teatrais (com dramaturgia específica de teatro de rua), para a mobilização social e cultural de grupos sociais, ampliando a discussão de temas relacionados com os direitos humanos e difusos e que sejam relevantes para essa população; e) Projeto Escola que Protege: Qualificação de professores da rede pública municipal de ensino para lidar de maneira adequada e responsável ante a violência na escola.

2.2 A METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO

Uma das metodologias de pesquisa adotadas pelos projetos do Polos é a pesquisa-ação, por ajustar-se perfeitamente com a sua proposta de aliar pesquisa e extensão universitária.

Tripp (2005, p. 447) a define como “uma técnica de investigação-ação¹ que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. A definição de Michel Thiollent traz um elemento fundamental a mais, a participatividade, sendo a mais adequada para expressar a metodologia utilizada no Polos:

“Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2000, p. 14)”.

A primeira característica da pesquisa-ação é sua natureza cíclica. Pesquisa e ação, os dois polos do processo, se retroalimentam permanentemente, de modo que os resultados de uma são determinantes para os rumos da outra. Tendo em vista um problema prático coletivo identificado, planeja-se uma ação para solucioná-lo. Realizada essa ação, seus efeitos são monitorados e descritos, e a avaliação feita servirá para o planejamento da próxima. Obviamente, o ciclo não é sempre rigidamente seguido e muitas vezes ação e pesquisa não são completamente distinguíveis. Todavia, o entrecruzamento entre os resultados das ações e da pesquisa é marca sempre presente.

A pesquisa-ação cumpre, assim, dois objetivos: um “prático”, de solução de um problema de determinada coletividade e um “teórico”, de produção de saber. Desse modo, a pesquisa-ação torna-se importante instrumento para a extensão associada à pesquisa, potencializando a atividade universitária. Outra característica da pesquisa-ação é a interação entre os pesquisadores e as pessoas envolvidas no problema, que deve ser, como afirma Thiollent, “representativo da situação”. O envolvimento ativo dessas pessoas é de grande importância para a qualidade dos resultados, tanto da pesquisa

quanto da ação. A pesquisa-ação ganha assim uma dimensão emancipatória, ao construir resultados por meio do diálogo e da partilha de conhecimentos. Freire já afirmava que a única libertação possível é a libertação em comunhão:

“A ação libertadora [...], reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é a doação que uma liderança, por mais bem intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho –, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1974, p. 58)”.

Nesse processo intersubjetivo, o conhecimento produzido também é de diferente matiz do conhecimento acadêmico tradicional, uma vez que “entre pesquisadores e participantes do problema coletivo, não deve haver imposição de concepções próprias” (GUSTIN e DIAS, 2006, p. 106). O saber acadêmico não deve se sobrepor ao das pessoas envolvidas diretamente no problema. Caso contrário, não haveria, de fato, um diálogo, e, ao invés de emancipação intersubjetivamente produzida, haveria a tutela de um grupo a outro. Leva-se em conta, dessa forma, o fato de que a hierarquia entre o saber acadêmico e o do senso comum é, muitas vezes, aparente e fruto de relações de poder. Além disso, como afirma Boaventura de Sousa Santos:

“Uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada porque qualquer descrição completa das variedades de saber não incluiria a forma de saber responsável pela própria descrição. Não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos (SANTOS, 2008, p. 88-89)”.

O conhecimento produzido por meio da pesquisa-ação é, assim, um conhecimento que vai muito além do positivismo acadêmico, e, portanto, inovador. A característica mais importante desse tipo de pesquisa, dessa forma, é que o conhecimento produzido é, ao mesmo tempo, benéfico para os envolvidos no problema, que o tem resolvido de forma consciente, e para a equipe pesquisadora, cuja pesquisa é renovada pelo intercâmbio de saberes.

3 SAIA DA RUA

A população que trabalha nas ruas das grandes cidades brasileiras enfrenta diversos problemas como a falta de moradia e trabalho estáveis, além de estar sujeita a diversos tipos de violências, preconceitos e outros tipos de violação à sua dignidade e direitos em geral. Diante desse cenário, o Polos constatou a necessidade de atuar em favor da melhoria da capacidade organizativa e da consequente promoção da autonomia dessa população.

O Projeto Saia da Rua foi pensado visando à efetivação dos direitos humanos de mulheres que trabalham e tiram seu sustento das ruas de Belo Horizonte, tais como catadoras de materiais recicláveis, vendedoras ambulantes e profissionais do sexo.

O objetivo do projeto é fomentar entre essas mulheres a constituição de cooperativas de produção que gerem trabalho e renda e que possam, ao mesmo tempo, se converter em espaços democráticos de organização do trabalho de forma a promover a autonomia, o estabelecimento de laços de cooperação e solidariedade entre elas e a inserção do grupo de forma mais ativa na esfera comunitária, permitindo com isso, a sua inclusão no âmbito das decisões políticas da sociedade. Dessa forma, pretende-se reverter, ou ao menos atenuar, o quadro de miséria e exclusão social em que essas mulheres se encontram e criar condições para a emancipação e o reco-

nhcimento destas como cidadãs.

O nome Saia da Rua se originou de um jogo com a palavra “saia”, cuja finalidade é indicar tanto o verbo “sair” quanto o item de vestuário feminino. Isso porque a pretensão inicial do projeto, e que veio a se confirmar depois, era a incubação de uma cooperativa de moda com as mulheres trabalhadoras de rua, que possibilitasse uma melhoria de vida, seja para aquelas que querem uma nova profissão, seja para as que entendam a cooperativa como um complemento de renda.

Vale ressaltar que o Saia da Rua é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e trabalha em parceria com a Pastoral de Rua de BH, com o Fórum de População de Rua de BH e com a Associação Municipal das Profissionais do Sexo.

3.1 TRÊS ELEMENTOS

O Saia da Rua alia três eixos temáticos em seu trabalho: economia solidária, o trabalho na rua e a questão de gênero.

3.1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social e emancipação de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica. A concepção de um trabalho realizado de forma solidária e cooperativa, de uma certa forma, quebra a ideologia individualista da modernidade e abre espaço para a constituição de laços sociais que fortaleçam as comunidades que adotam essa forma de produção.

A Economia Solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção

de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Ela implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, apontando, assim, para o desenvolvimento sustentável. Na economia em moldes solidários, o ser humano é considerado em sua integralidade como sujeito e finalidade das atividades econômicas.

Segundo Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego a economia solidária pode ser definida como:

“(…) um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática (...) (SINGER, 2008, p. 289)”.

Dessa forma, a Economia Solidária pode ser vista como um meio de produção que amplia os espaços de atuação democrática. O indivíduo em situação de igualdade e conferido de responsabilidade para com o grupo, passa a possuir maiores oportunidades de exercer o seu potencial criativo através da elaboração de soluções para os diversos problemas e desafios da administração autônoma do trabalho. Nesse sentido, aponta-se como aspecto relevante a horizontalidade, ou seja, a não distinção da importância das funções. Cada sócio, independente do setor pelo qual ficou responsável, tem direito a um voto com o mesmo valor de todos os outros. É o inverso do que ocorre nos empreendimentos heterogestionários, nos quais os que exercem funções de maior notoriedade têm autoridade sobre os demais. Outro aspecto a se destacar é que nestas empresas, em geral, o nível de participação das pessoas está limitado ao capital investido, enquanto nas de gestão solidária há a prevalência do retorno econômico em

função do trabalho desempenhado.

Considerando essa concepção, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão e da igualdade entre os seus sócios.

3.1.2 O TRABALHO NA RUA

As necessidades básicas da população que trabalha nas ruas das cidades brasileiras são evidentes. Muitas vezes esses trabalhadores não têm acesso sequer a moradias adequadas e nem a trabalho e renda sustentáveis e estáveis. Além dos riscos e dos danos a que estão sujeitos, em razão destas necessidades, essa população está exposta, ainda, a inúmeras violências, preconceitos e violações aos seus direitos individuais e sociais. Os direitos humanos e fundamentais dessas camadas mais pobres ainda são pouco reconhecidos e respeitados, levando a uma perda crescente de esperança desses segmentos excluídos de obterem bem-estar.

Em relação à ocupação, uma das principais características dessa população é o fato de sobreviver a partir de atividades produtivas bastante diversas e heterogêneas desenvolvidas nas ruas. Dentre as atividades apontadas como forma para os que vivem na rua ganharem dinheiro, destacaram-se, de acordo com o 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006, p. 55), a catação de material reciclável (42,8%), “flanelinhas” (13%) e “pedir esmola” (9%). Dentre as profissões descritas pelo Censo, as que registram as maiores frequências foram aquelas relacionadas à prestação de serviços pouco qualificados (ibidem, p. 58).

O mesmo Censo registra um dado relevante: em relação à pergunta “Qual é o seu maior desejo?”

“(…) foi também externada a intenção de ter trabalho ou emprego, em 24,1%

das respostas. Muitas vezes as atividades realizadas, como a coleta de materiais recicláveis, não são reconhecidas pelos próprios moradores como um 'trabalho', apesar de prestarem um importante serviço à sociedade (ibidem, p. 66)".

O pouco valor atribuído pelos trabalhadores de rua ao próprio trabalho é um reflexo daquele que a sociedade lhes dá. Frente a essa situação de falta de reconhecimento, acredita-se que a economia solidária é uma importante ferramenta de valorização, tanto por possibilitar a inclusão social advinda da geração de renda, quanto pelo reconhecimento próprio possibilitado através de uma formação autogestionária e horizontal das relações.

3.1.3 GÊNERO

A (re)construção do papel da mulher na sociedade (pós)moderna ainda representa um grande desafio àqueles que se dedicam aos estudos de gênero. A despeito de tudo o que já se pensou e produziu de teoria e ações feministas, de Simone de Beauvoir e queima de soutiens aos últimos números do Cadernos Pagu, a opressão da mulher e desigualdade entre os sexos continuam vivos e bem alimentados na sociedade. Nesse sentido, são necessários empreendimentos para a superação dessas distorções sociais entre os gêneros que continuam mais que urgentes.

Michelle Rosaldo, antropóloga pós-moderna, já apontava que:

"Toda sociedade conhecida reconhece e elabora algumas diferenças entre os sexos e embora haja grupos onde os homens vestem saias e as mulheres calças, em todo lugar há tarefas, maneiras e responsabilidades características, especialmente associadas com as mulheres ou com os homens (ROSALDO, 1979, p. 35)".

Em outras palavras, essas diferenças entre os sexos produziram atribuições e significados específicos do que se espera de um homem e de uma mu-

lher². Por isso, que durante muitas décadas, e aqui tomemos em especial o período dos "Anos dourados"³, a mulher se viu aprisionada ao papel de "esposa devotada ao marido", sempre entregue às atividades domésticas e aos filhos, e a quem atribuíam-se traços de personalidade como a "meiguice, a ingenuidade, a modéstia e a profunda dedicação à família, à ordem e à religiosidade" (CASTRO, 2005, p. 93)⁴. E, em oposição a este estereótipo da mulher, edificava-se um homem provedor, ambicioso, viril, responsável pelo trabalho e pelas conquistas da família.

Esses diferentes papéis de homem e mulher foram durante muito tempo entendidos como resultantes de diferenças naturais entre os sexos. Como, por exemplo, a agressividade do homem era justificada pelos seus instintos e níveis de testosterona, ao passo que a docilidade da mulher era entendida também como um traço natural. Somente com o refinamento dos estudos de gênero é que esse discurso determinista biológico deixou de ser hegemônico nas ciências sociais. Foram, sobretudo, trabalhos como os de Margaret Mead que se contrapuseram a essa "cilada da diferença"⁵. Em sua análise de três sociedades primitivas, a antropóloga assinala:

"Consideramos, até agora, em pormenor, as personalidades aprovadas de cada sexo, entre três grupos primitivos. (...) [Entre os Arapesh] encontramos homens, assim como mulheres, treinados a ser cooperativos, não agressivos, suscetíveis às necessidades e exigências alheias. Não achamos ideia de que o sexo fosse uma poderosa força motriz quer para os homens quer para as mulheres. Em acentuado contraste com tais atitudes, verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuais, com um mínimo de aspectos carinhosos e materiais em sua personalidade. (...) Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos com verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e pessoal, e o homem a pessoa menos

responsável e emocionalmente dependente. (MEAD, 1988, p. 267-268)". Essa construção social das diferenças entre os sexos legitimadas e perpetuadas por meio das relações da sociedade e estereótipos de gênero acabou por excluir a mulher das esferas de poder, estando esta pouco ou nada incluída nos processos de tomada de decisões relevantes à sociedade. Entretanto, com a ascensão de novos valores e crenças, bem como os reflexos promovidos pela intensificação da ditadura das relações de consumo na sociedade pós-moderna, uma nova mulher vem sendo lapidada. Uma mulher que – embora se esforce para superar a beligerância que marcou o movimento feminista na década de 70 – ainda luta contra a hegemonia masculina.

Atualmente, os órgãos governamentais buscam incorporar uma nova concepção da autonomia feminina como é perceptível pela postura adotada pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres segundo o qual:

"Deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008, p. 29-30)".

No entanto, para promover uma verdadeira autonomia feminina é necessário que se extrapole o campo das leis e passe para práticas localizadas que visem promover a emancipação das mulheres.

3.2 AVANÇOS E DIFICULDADES DO PROJETO

Uma vez exposto todo o contexto, tanto o fático quando o teórico e metodológico, pode-se passar ao relato da experiência do Projeto Saia da Rua em seu primeiro ano de trabalho.

Logo no início, revelou-se o primeiro e maior desafio da equipe, que foi encontrar um grupo para junto do qual fosse possível desenvolver sua pesquisa-ação. Para tanto, foi prevista a feitura de um diagnóstico sociodemográfico com dois objetivos: a) compreender melhor a realidade do tipo de público do projeto, isto é, mulheres que trabalham ou retiram o sustento de alguma forma das ruas de Belo Horizonte, orientando a coleta de dados para as áreas de interesse do projeto, especialmente gênero e trabalho; b) travar o primeiro contato pessoal com potenciais companheiras de trabalho e pesquisa, ou seja, as mulheres que poderiam vir a formar uma cooperativa.

Devido ao pequeno número de estagiários face ao tempo e abrangência geográfica necessários para atingir parte significativa das trabalhadoras de rua de Belo Horizonte, foi constatada a impossibilidade de se realizar a pesquisa-diagnóstico, saindo diretamente às ruas para realizar entrevistas. Assim, em consonância com a metodologia da pesquisa-ação, que, de acordo com Thiollent (1999, p. 84), demanda “que haja apoio, pelo menos em termos relativos, do movimento, da organização social, cultural, educacional, sindical ou política na qual está concentrada”, decidiu-se que o contato com as potenciais participantes da pesquisa se daria por meio da intermediação de instituições relevantes que lidam com a temática.

Foram, então, realizadas visitas e, por conseguinte, fortalecido o contato com diversas entidades de Belo Horizonte, tais como os diversos abrigos e repúblicas de população em situação de rua, associações de ambulantes, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pastorais ligadas ao tema (Pastoral de Rua e Pastoral da Mulher), Movimento de População de Rua, associações das profissionais do sexo (a municipal e a estadual), Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids) etc. Além disso, aplicaram-se questionários e realizaram-se discussões com as mulheres, a partir da intermediação de

algumas das entidades supracitadas. A análise dos dados obtidos encontra-se em vias de conclusão e, ao final do projeto, pretende-se publicar esse diagnóstico.

Por diversos motivos – seja a acolhida mais ou menos favorável que o Saia da Rua recebeu entre as distintas entidades, seja a necessidade em delimitar um público certo –, as parcerias mais fortes se deram com a Pastoral de Rua, da Igreja Católica de Belo Horizonte, e com a Associação Municipal das Profissionais do Sexo. Este é um grupo organizado das profissionais do sexo que trabalham em situação extremamente precária, exploradas por uma máfia de cántens, donos dos hotéis-prostíbulos do baixo-meretrício no hipercentro da cidade. Já a Pastoral de Rua, por meio do contato já mantido há anos com boa parte da população em situação de rua da região centro-sul da cidade, fez uma intermediação, possibilitando ao Saia da Rua um acesso facilitado a essas pessoas.

Desse modo, o projeto Saia da Rua vem acompanhando e criando vínculos com dois grupos bastante diversos: as profissionais do sexo integrantes da associação e algumas mulheres em situação de rua e/ou trabalhadoras de rua apresentadas pela Pastoral. O vínculo maior, no entanto, se dá com a Associação das Profissionais do Sexo que acolheu com entusiasmo o projeto, devido à sua configuração: muitas destas mulheres já não têm idade e saúde para continuar na prostituição, e largar a atividade torna-se mais que uma opção, uma necessidade imperiosa.

O Saia da Rua encontra-se, no momento, no início de seu principal objetivo: a formação de uma cooperativa de produção. Primeiramente, acompanhamos o grupo de mulheres durante, aproximadamente, nove meses, até que pudéssemos conhecê-las melhor, num processo mútuo de familiarização. Tal contato foi imprescindível para o desenvolvimento do projeto, não apenas pela necessidade de adquirirmos a confiança do grupo

e apresentarmos o objetivo do Saia da Rua, mas, também, porque o objeto de produção da cooperativa não estava definido desde o início, pois deveria se coadunar com a vontade das cooperadas. Assim, foi vontade espontaneamente manifesta das mulheres que sejam produzidos artigos de moda íntima feminina.

Atualmente, é oferecida ao grupo formado pelas profissionais do sexo, uma capacitação em design e artesanato, ministrada por uma empresa parceira. Ao fim desse curso, será oferecida a capacitação em costura, a fim de que, então, o grupo possa dar início ao processo produtivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS

Com um grupo de mulheres finalmente definido e o início das capacitações para a produção, uma segunda fase de desafios se impõe ao Saia da Rua. Como dar coesão e evitar que o grupo se dissolva? Como fazer com que o grupo realmente assimile a forma solidária de gestão? E, mais adiante, como dar sustentabilidade à cooperativa, na competição do mercado? As perguntas se acumulam e só poderão ser respondidas com o desenrolar da pesquisa e das ações. Além disso, surgem outras questões decorrentes da configuração do público por fim delimitado: o fato de se tratarem de profissionais do sexo. Preconceito, identidade e estigma são alguns dos novos temas a serem problematizados.

Almeja-se, com o desenvolvimento dessa pesquisa, o subsídio a ações de geração de trabalho e renda que sejam capazes de criar condições para o reconhecimento dessas mulheres não apenas por parte de instituições de filantropia, mas por toda a sociedade. Essa travessia significa a passagem da condição de excluídas para se tornarem sujeitos de políticas públicas. Assim, acredita-se que por meio do trabalho em condições dignas será possível a emancipação

dessas mulheres, para que, além de serem reconhecidas, se reconheçam como sujeitos de direitos, se autoafirmem no mercado de trabalho e possam amparar suas famílias e filhos, aumentando-lhes a chance de um futuro diferente e promissor.

Notas

¹ Tripp (ibid., p. 445-446) considera investigação-ação como “termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”, gênero do qual a pesquisa-ação é espécie.

² Não à toa Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1986), já falava na construção social da mulher ao afirmar que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher.

³ Conforme o delimita Castro (2005), como sendo as décadas 50 e 60.

⁴ Trata-se de um estereótipo amplamente difundido na cultura brasileira. Del Piori (2006) o expressa na pele da mulher passiva e submissa, voltada para o lar, a serviço do homem e organizadora de suas relações sociais e cotidianas.

⁵ Lembrando o texto homônimo de Pierucci (1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo de População em Situação de Rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento sócio-assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população de rua. Belo Horizonte, 2006.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2008. Brasília, 2008. 205p.

CASTRO, Bartyra Ribeiro de. A mulher e a psicanálise: construção da sociedade atual. In: *Opção Laciana*: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo: Eólia, v. 43, 2005. p. 92-100.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 2ª ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2006.

MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1988.
PIERUCCI, Antônio Flávio. Cidades da diferença, v. 1. São Paulo: Editora 34, 1999.

ROSALDO, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes; DIAS, Maria Tereza Fonseca (orgs.). Cidadania e inclusão social: estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin. Belo Horizonte, Fórum, 2008.

SINGER, Paul. Economia solidária: Entrevista com Paul Singer. Estudos avançados, 22, 62, 2008. p. 289-314.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 82-103.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 11ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, 31, 3, 2005. p. 443-466.

Bárbara Néri Moreira é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 2º período,

Eliza de Carvalho Cyrillo é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 2º período,

Fernanda de Lazari Cardoso é mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Sustentável (UNA),

Isabella Gonçalves Miranda é graduanda do curso de Ciências Sociais da UFMG, - 3º período

Júlia Leite Valente é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 5º período

Juliana Roela Saraiva é graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva - 9º período.

Luiz Philipe De Caux é graduando do curso de Direito da UFMG, - 5º período

Pedro Mendes Rufino Barbosa é graduando do curso de Ciências Sociais da UFMG, - 3º período

Sielen Barreto Caldas é doutoranda em Direito do Trabalho (UFMG),

Tamara Regina Caldeira Moraes é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 5º período

Vinícius Cunha Barcelos é graduando do curso de Ciências Sociais da UFMG, - 4º período.

O DIÁLOGO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL BEIJA-FLOR E O NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR DE GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Cecília dos Santos Moraes
Isabella Petini de Oliveira
Kelly Bizinotto
Laís Papalardo
Lígia de Freitas Severino
Lucas Lima de Podestà
Patrícia Teles de Carvalho

Resumo

A universidade brasileira tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo por objetivo a construção do conhecimento, alicerçada na interação da produção acadêmica e do saber popular, voltada para a sociedade. Nesse contexto, o Najup-GO vem relatar a experiência extensionista praticada em parceria com a Associação de Catadores de Material Reciclável Beija-Flor trazendo sua análise dos limites e dos desafios encontrados; dos reflexos provenientes de tal parceria; dos resultados da aplicação de uma metodologia diferenciada, baseada nos princípios da assessoria jurídica universitária popular, e da tentativa de efetivação dos direitos humanos. Enfim, a visão e a avaliação de estudantes extensionistas acerca da prática desenvolvida desde fevereiro de 2008.

PALAVRAS-CHAVE: extensão popular, direitos humanos, assessoria jurídica universitária popular, catadores de material reciclável.

Abstract

The Brazilian university takes as principle the indissolubility between instruction, searching and extension, targeting the construction of knowledge, based on the communication between "academic production" and "knowledge of the folks", regarding the society. In this context, the Group of Popular Juridical Universitarian Consultants, sited in the state of Goiás, (Najup-GO), comes to recount the extension's experience practiced in partnership with the Association of the Collectors of Recyclable Matter Beija-Flor, presenting its analysis of the limits and challenges encountered in its path; of the responses that have come from this partnership; of the results of the application an unordinary methodology, based on principles of popular juridical universitarian consultants, and of the attempt of real effectiveness of human rights. Finally, the vision and evaluation of extensionist students over the practices that were accomplished since february 2008.

KEYWORDS: popular extension, human rights, juridical undergraduate popular assessor, collectors of recyclable matter.

1 INTRODUÇÃO

A universidade brasileira, enquanto instituição social de produção de conhecimento, pauta suas ações pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso significa que a construção do saber e seu alcance devem permear toda a sociedade, num trabalho coletivo e constante para que os resultados condigam com sua função social.

Nesse contexto, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) se propõe a ser um espaço que viabilize a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, respeitando o relevante papel da população como integrante ativa desse processo de busca e construção do saber. Mesclando o saber popular e a produção acadêmica, o Núcleo tem por objetivo impulsionar a emancipação social de sujeitos em condição socioeconômica vulnerável, trabalhando, dentre outras temáticas, a promoção dos direitos humanos.

Em 2008, a Incubadora Social da UFG¹ apresentou ao Najup-GO uma proposta de constituição de cooperativas populares de catadores de material reciclável. O projeto, de caráter interdisciplinar, visava desde a alfabetização, passando pela formação político-social daquelas pessoas, até a estruturação e a legalização dos grupos enquanto cooperativas populares. A princípio eram três empreendimentos econômicos solidários (EES) em diferentes estágios de organização, porém o Núcleo pôde trabalhar apenas com a Associação de Catadores de Material Reciclável Beija-flor².

Após um ano de vivência nesse projeto de extensão universitária, muitos são os acúmulos que a Associação e o Núcleo alcançaram conjuntamente. Dessa forma, procuraremos sistematizá-los e analisá-los, a fim de contribuir no registro de experiências de efetivação do tripé universitário ensino-pesquisa-extensão.

2 EXTENSÃO

O tripé universitário ensino-pesquisa-extensão foi a novidade que a Constituição de 1988 trouxe como um de seus princípios. O surgimento da extensão vem retomar a relação entre a universidade e a sociedade, num momento histórico que exige uma maior interatividade entre as instituições de ensino superior e as camadas sociais excluídas, que não têm acesso a essas instituições (NETO, 2004, p. 41).

O ensino formal, função mais tradicional da universidade, e mesmo a pesquisa, função incorporada a partir da Revolução Industrial, não foram capazes de garantir a efetividade do compromisso social da universidade por meio da integração social da maioria dos indivíduos (SOUSA, 2000, p. 120). Para isso, foi necessário se pensar na proposta da extensão.

NETO destaca a concepção de ROCHA, para o qual:

“(…) é melhor pensar a extensão por meio da comunicação, considerando essa comunicação na perspectiva freireana, em que a sua sustentação decorre do processo dialógico (ROCHA apud NETO, 2004, p. 44).”

Esse diálogo não pode ser feito numa via de mão única, em que a universidade sabe e vai levar algum conhecimento àqueles que nada sabem. Assim, não se trata de uma relação unívoca, que se desenvolve em apenas um sentido – universidade para o povo – e na qual aqueles que executam a práxis se entendam como superiores àqueles que recebem o conteúdo. Pelo contrário, é um processo dialógico horizontal em que os interlocutores se respeitam mutuamente.

Sob essa perspectiva, no I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, o conceito de extensão se constituiu como processo educativo, cultural e científico. O Fórum concebeu esse processo

como via de mão dupla, que mantém a interligação entre universidade e sociedade e viabiliza “a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade”³.

O diálogo almejado pela extensão, portanto, não se resume à troca de conhecimento entre academia e as comunidades. Há a necessidade de produção do conhecimento, que se concretiza numa ação propriamente dita e não se limita à mera contemplação da realidade, mas sim numa transformação de saberes resultando nessa produção.

Daí o enorme potencial das atividades de extensão como um instrumento de transformação, não só nas comunidades em que estão inseridas, como também nas próprias instituições em que se desenvolvem. Destarte, a extensão assume a função de fazer a universidade sair de seus muros ao buscar, em parceria com a comunidade, não apenas explicações teóricas, mas respostas às necessidades imediatas e mediatas de setores socioeconômicos vulneráveis da sociedade, se caracterizando, assim, como popular.

3 EXTENSÃO POPULAR

Conceber a extensão universitária pressupõe a negação da dicotomia universidade-sociedade. A prática extensionista é um diálogo entre ambas. Assim bem coloca COSTA, ensinando que:

“A extensão universitária constitui-se como a oportunidade do saber científico desenvolver-se com sua abertura para a sabedoria criada e posta em prática na dinâmica social. Na medida em que se realiza a extensão universitária, sobretudo voltada para a cidadania e para os direitos humanos, a sociedade ganha por desenvolver processos de autonomia na sua luta

emancipatória, e a universidade ganha na medida em que aprende com a comunidade suas formas de realização social (COSTA, 2007, p. 11).”

Parte-se, indubitavelmente, das premissas: (a) que a universidade deve observar a indissolubilidade do trinômio ensino-extensão-pesquisa; (b) que a extensão não se enquadra em posturas contemplativas; e (c) que ela é “um trabalho social (...), [uma] ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva” (NETO, 2006, p. 35). A extensão deve ultrapassar os meros objetivos de erudição das massas, de assistencialismo paternalista, de vendagem de serviços e de constituição de saberes estéreis.

Assim sendo, a extensão deve estar adjetivada pela palavra popular, que lhe confere certas especificidades e lhe presta esclarecimentos. Popular é um termo polissêmico, mas não obscuro, podendo abarcar três dimensões diferentes e correlatas, quais sejam: popular o é pela origem, o é pelo posicionamento filosófico e político e o é pela metodologia (NETO, 2006, p. 23)⁴. A divisão é didática e, entre si, suas acepções não são excludentes, porém complementares. Desse modo, a extensão universitária é popular quando preenche ou satisfaz as reclamações e exigências contidas nas múltiplas acepções da palavra popular.

É popular pela origem aquilo que surge dos estratos mais baixos da pirâmide social. A segunda concepção de popular abrange o que concebe e apresenta os interesses do povo, posicionando-se transformadora e prospectivamente; relaciona-se aos movimentos sociais; é libertador, crítico e revolucionário; é profundamente ligado à democracia. A última concepção observa que popular é o que labora com resgate cultural do povo, levando à sua ampliação; por outro lado, percebe essenciais os exercícios de participação e de efetivação da cidadania, o que a aproxima muito da educação popular, percebida cla-

ramente nas ideias de Paulo Freire (NETO, 2006, p. 15-22).

Dessa forma, o Najup-GO não escapa à adjetivação popular, caracterizada na sua última concepção, procurando pautar-se pelo referencial teórico que norteia a práxis das assessorias jurídicas universitária popular (Ajups).

4 ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR (AJUP): um estudo abreviado sobre seu conceito e objetivos

A Assessoria Jurídica Universitária Popular (Ajup) é uma forma de extensão e pesquisa voltada para a Assessoria Jurídica Popular (AJP), que é uma maneira inovadora de se conceber o serviço legal de assessorar jurídica e politicamente grupos vulneráveis e movimentos sociais, além de realizar atividades educativas com o objetivo de viabilizar um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo na efetivação da emancipação e dos direitos fundamentais para uma vida com dignidade.

Para efetivar através da práxis os conhecimentos adquiridos na universidade, as Ajups trabalham com a educação popular em direitos humanos, voltando-se para as comunidades de pessoas socioeconomicamente desfavorecidas. Uma das características dessa prática desenvolvida por estudantes está justamente na ênfase dada às atividades educativas e ao protagonismo na gestão e organização dos grupos.

Como toda extensão popular, a Ajup se preocupa com a popularização e com a democratização do conhecimento acadêmico, com a formação humana do graduando e, consequentemente, com a formação humana dos futuros operadores do direito. Entendendo que o direito é um dos agentes modificadores da sociedade e que a Ajup cumpre um papel de humanização dos espaços jurídicos, é possível perceber que há nesse tipo

de extensão o objetivo de erradicação da opressão e da injustiça a que são submetidas as parcelas marginalizadas da sociedade.

Ao tentar aproximar a comunidade às estruturas do direito, a Ajup trabalha diretamente para a democratização do acesso à Justiça. A socialização do conhecimento jurídico e sua consequente desmistificação contribuem com os sujeitos sociais oprimidos para que não mais se sujeitem à dominação e à dependência, como também para que possam identificar, de forma consciente e politizada, as violações aos seus direitos. Faz-se a ressalva que outros conhecimentos são necessários para tanto, principalmente da realidade brasileira e das relações políticas e econômicas das sociedades. Além disso, o acesso à informação garante para as comunidades o reconhecimento dos direitos já positivados, indicando os mecanismos e instrumentos disponibilizados pelo ordenamento jurídico para defesa dos mesmos, pois apesar do acesso aos tribunais e às instâncias judiciais não ser sinônimo de “acesso à Justiça”, aquele já é um grande passo em direção a este.

Nesse sentido, o Najup-GO vem, ao longo dos anos, trabalhando em parceria com comunidades no sentido de alcançar esse acesso à Justiça por uma via autônoma e emancipatória.

5 NAJUP-GO COMO NÚCLEO EXTENSIONISTA DA UFG

O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular de Goiás (Najup-GO) é um grupo extensionista composto por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, que se baseiam na proposta da Ajup para realizar suas atividades.

Como um núcleo extensionista da UFG, considera extensão universitária “o processo educativo, cultural e científico que articulado ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre

a universidade e a sociedade.”⁵

Para tanto, o Najup-GO realiza anualmente cursos de formação em Assessoria Jurídica Universitária Popular e Direitos Humanos, espaço onde, além de discutir os temas pertinentes à Ajup, questiona-se:

“(…) a ordem social, jurídica e educacional instituída, propondo-se contribuir para a formação jurídica, social, política e humana (diferenciada) dos graduandos, a transposição dos obstáculos que não permitem a universidade estar presente nas comunidades marginalizadas e a transformação social por vias emancipatórias. (BIZI-NOTTO, GOMES, 2008, p. 13).”

Além dos cursos de formação, o Najup-GO realiza grupos de estudos voltados para os trabalhos extensionistas realizados pelo grupo, além de oficinas em que os estudantes podem conhecer, por exemplo, o trabalho dos catadores de material reciclável, de forma a promover um diálogo entre a universidade e a sociedade.

A seguir, um breve histórico dos principais projetos desenvolvidos pelo Najup-GO permitirá que se conheça melhor seu trabalho.

5.1 BREVE HISTÓRICO DO NAJUP-GO

Criado em 2003, o projeto nasceu influenciado pela participação de seus membros nos encontros relacionados à Ajup, como o Enaju (Encontro Nacional de Assessoria Jurídica Universitária). Conhecendo a Ajup, os estudantes da UFG que vieram a propor a criação do Najup-GO perceberam a importância do trabalho realizado pelos outros núcleos e idealizaram o projeto na Faculdade de Direito da Universidade de Goiás (FERREIRA, 2004, p. 77).

Dentre os programas extensionistas realizados pelo Najup-GO, destaca-se o Projeto de Difusão em Direitos Humanos, nomeado “Coletivo de Produção Marginal”. Realizado em 2004,

em parceria com o Movimento Organizado Hip Hop do Estado de Goiás (UMH2O), almejou-se estimular este grupo social organizado para a defesa e autotutela de seus direitos e garantias fundamentais, diante da realidade social que os rodeia, tendo, assim, como enfoque central a violência policial, o exercício da cidadania e a difusão dos direitos humanos.

Ainda em 2004, em parceria com o coletivo de direitos humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o Cerrado Assessoria Popular (membros da Renap⁶), o Najup-GO realizou várias oficinas de direitos humanos nos acampamentos e assentamentos do movimento em várias localidades do Estado de Goiás. Em 2006 e 2007, em parceria com a Casa da Juventude Pe. Burnier (Caju), o Najup-GO participou da campanha "A juventude quer viver com direitos", realizando na periferia de Goiânia oficinas sobre direitos. Esse trabalho reforçou a relação do Núcleo com a Caju e com demais movimentos sociais e grupos que defendem os direitos humanos em Goiás.

Em 2007, foi desenvolvido o projeto de Promotoras Legais Populares no setor Grajaú, Goiânia-GO, que seria, a priori, homônimo ao projeto desenvolvido na UnB, mas, por especificidades da comunidade⁷, o projeto foi adaptado. Assim, realizaram-se oficinas com as mulheres daquele setor, abordando os temas mais necessários para aquela comunidade.

A partir de 2008, então, tem início o trabalho do Najup-GO com a Associação de Catadores de Material Reciclável Beija-Flor.

6 A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO NAJUP-GO E DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL BEIJA-FLOR

O Najup-GO vem, desde fevereiro de 2008, realizando um trabalho de

Extensão Universitária Popular com a Associação de Catadores de Material Reciclável Beija-Flor. Fundada em 05/01/2006 por Vanusa Gonçalves da Silva, Raniere da Silva Moreira, Adélias José do Nascimento e Ariadne Simone Gonçalves da Silva, a Associação faz as atividades de catação, prensagem e venda de materiais recicláveis. Parte do material é coletada nas ruas pelos próprios trabalhadores que utilizam carrinhos empurrados por eles mesmos; outra parte é doada pela comunidade do Setor Crimeia Leste (bairro da cidade de Goiânia onde se localiza o galpão da Beija-Flor); e eles contam, ainda, com algum material recolhido da coleta seletiva da Prefeitura de Goiânia⁸. O todo recolhido é vendido para receptores que mantêm contato com empresas de reciclagem dos estados do Sudeste do país.

Tal trabalho foi possível de ser realizado, pois, em 2007, surgiu na Universidade Federal de Goiás – devido ao Programa "Goiânia Coleta Seletiva" (Decreto no 754, de 28/03/2008) – a proposta de implantação de uma Incubadora Social, que tinha como objetivo a criação, estruturação e a legalização de cooperativas de trabalhadores de catação de material reciclável. O projeto da Incubadora Social da UFG determinava uma atuação interdisciplinar dos grupos temáticos relacionados compostos por estudantes e professores de vários cursos, como Pedagogia, Administração de Empresas, Psicologia, Direito e outros.

Após ter sido aprovado o Projeto da Incubadora Social da UFG pelo SENAES/MTE⁹, o professor Cleuton Cezar Ripol de Freitas¹⁰, em dezembro de 2007, convidou para participar do projeto o Najup-GO, compondo os grupos de Direitos Humanos e de Legislação, que se responsabilizou por trabalhar tais temáticas com os grupos incubados, em dois vieses: de formação e de estruturação. No primeiro grupo, haveria a participação de representantes do curso de Direito e de Psicologia; no segundo, apenas de Direito. A priori, o Najup-GO acompanharia

todos os grupos integrantes do projeto, três à época: Associação Ordem e Progresso (Acop), Catadores do Entorno da UFG e Associação dos Catadores de Material Reciclável Beija-Flor. No entanto, o Núcleo só teve condições de acompanhar com maior proximidade a Associação dos Catadores, haja vista a presença de entrosamento, de organicidade e de regularidade nas reuniões, o que não havia nos demais, facilitando a presença dos estudantes assessores. Desse modo, o Najup-GO participava semanalmente de reuniões com os catadores aos sábados pela manhã. A princípio, as reuniões eram direcionadas pelo professor Fernando Bartholo, tecnólogo em cooperativismo, responsável pela Incubadora Social da UFG, que questionava sobre a situação da Associação, apresentava as propostas do Projeto e encaminhava algumas deliberações. As relatorias desses encontros eram feitas pelos estudantes de Direito, logo, membros do Najup-GO, na tentativa de acumular registro e de iniciar a pedagogia freireana, coletando temas geradores das falas dos associados.

Com o tempo, a presença do coordenador do Projeto foi rareando, devido ao surgimento de várias outras demandas a ele dirigidas, e possibilitando maior autonomia do Najup-GO em suas percepções e atividades. Com isso, o Núcleo presenciou a dinâmica de ação da Beija-Flor, constatando suas desenvolturas e dificuldades. A primeira destas foi o analfabetismo da maior parte dos trabalhadores, um obstáculo considerável diante da proposta feita pela Incubadora.

A segunda, cujo questionamento foi direcionado para os estudantes de Direito, decorreu de a legislação cooperativista impor parâmetros inacessíveis para legalização da Associação como tal – proposição apresentada pela Incubadora durante discurso de benefícios provenientes da condição de cooperativa do grupo. Evidenciou-se a distância existente entre a lei e o titular do poder estatal, o povo, que deveria usufruir da existência daquela.

Outra difícil situação foi a discriminação enfrentada pelos trabalhadores: são pessoas marginalizadas, em precária condição socioeconômica, muitas vezes desrespeitadas por utilizarem como objeto de trabalho aquilo que é descartado pela sociedade. Chega-se até a se comparar essas pessoas, verdadeiros agentes ambientais, com lixo, uma imagem demasiadamente forte, mas que traz embutido todo o preconceito enraizado naqueles que não enxergam como seus iguais, diante dos direitos humanos e cidadania, esses trabalhadores. Estes ainda são obrigados a enfrentar as “formas de trabalho insalubres, sem proteção ou prevenção, uma profunda vulnerabilidade nas situações de rua e uma novíssima perseguição por parte dos poderes instituídos” (RIBEIRO, 2008, p. 24).

Há, ainda, que se levar em consideração o modo de produção em que se insere esse tipo de grupo e seus princípios. Tanto o associativismo como o cooperativismo são “alternativas de produção na tentativa de resistirem à exclusão e marginalização geradas no sistema capitalista” (RIBEIRO, 2008, p. 22). Os princípios de produção solidária, distribuição igualitária do excedente, forma de organização pluralista, sistema de decisão democrático muitas vezes se veem fragilizados por necessidades imediatistas, como, por exemplo, crise financeira grave afetando a existência do mínimo social de sobrevivência dos associados. Isso se deu por mais de uma vez, sendo irrecusável a mobilização assistencial do Najup-GO.

A necessidade de formação, principalmente, política é empecilho para se estabelecer uma verdadeira participação igualitária nas decisões da Associação. A necessária rotatividade nos cargos, por exemplo, estabelecida no Estatuto Interno, é prejudicada, pois não há pessoas dispostas a se indicarem como competentes para os cargos estabelecidos. Essa ausência de disposição dos associados provém da insegurança diante de assuntos que não dominam, ou seja, falta de for-

mação básica, e desinteresse perante assuntos políticos internos e externos. A reclamação daqueles que administram a Associação é a inexistência de pessoas que tenham a mesma vontade de defender o grupo e desenvolver para isso.

Outra constatação foi a visita de empresas de diversas especialidades – contabilidade, gerenciamento, reciclagem, supermercados etc., na Beija-Flor, com o intuito de formarem parcerias. A atual preocupação ambiental tornou-se requisito para atestar a qualidade da empresa, fazendo-a procurar possibilidades de efetivar essa condição. Ou seja, foram muitas propostas de se utilizar o trabalho de reciclagem dos associados, ou simplesmente a parceria, como estratégia de marketing: ‘responsabilidade social’, claro que camuflada por outros discursos. Entretanto, a Associação tem certa independência diante desses intentos, não aceitando qualquer tipo de parceria.

A autonomia e a criticidade dos associados revelaram-se, expressamente, quando solicitaram ao Najup-GO uma carta compromisso, na qual deixasse clara e objetivamente as intenções do grupo para com eles, já que são pessoas que não mais estão dispostas a serem enganadas, ludibriadas com falsas promessas. Assim, o Núcleo se reuniu para formular esse documento de forma clara e precisa, inserindo os objetivos do projeto de extensão, os meios para alcançá-los e a proposta de relação entre a Associação e o Najup-GO.

Como toda atividade de Extensão Popular, o tempo, os anseios, os problemas e a dinâmica da comunidade tiveram que ser respeitados, o que inviabilizou a realização das tarefas no tempo em que haviam sido propostas. Houve, contudo, grandes resultados desse contato entre os dois grupos: o de catadores e o acadêmico. Em vários momentos, os associados disseram o quão valioso era para eles poder contar com o grupo de estudantes, pois reconhecem no Núcleo parceiros reais, pessoas que, de fato, importam-

se com os acontecimentos internos da Associação, com o que acontecia na vida de cada um dos trabalhadores. Perceberam que eram vistos como pessoas, sujeitos de direitos, e não meros objetos ou lixo, como são para alguns, algo inútil e descartável. São perceptíveis os avanços obtidos no que tange ao esclarecimento em assuntos políticos e até mesmo cooperativos da comunidade e à sua autoestima.

Assim, há mais de um ano que o Najup-GO vem acompanhando a Associação Beija-Flor e, além dos obstáculos supracitados, os estudantes do Núcleo constataram que a falta de conhecimento teórico, por parte dos estudantes, em Economia Solidária e Direito Cooperativo, e a ausência de aplicação da Pedagogia de Paulo Freire, por parte da Incubadora como um todo, acabaram dificultando a atuação do Najup-GO, levando-o a fazer uma reflexão acerca do Projeto e da atuação do Núcleo. Nesse momento, o grupo de estudantes decidiu assumir uma postura crítica dentro da Incubadora, assumindo a condição de agente questionador de suas ações e de sua relação com o poder público local.

Não satisfeitos com essa situação, os estudantes do Najup-GO convocaram uma reunião com toda a Incubadora, em dezembro de 2008, com o propósito de avaliar as atividades desenvolvidas naquele ano, para que, apontando os erros, estes fossem resolvidos e tomados como exemplo para o ano seguinte. Entretanto, somente o prof. Fernando Bartholo compareceu, ficando evidente, assim, que as demais unidades acadêmicas não estavam dando ao Projeto a mesma significância que os estudantes do curso de Direito. Ou seja, ainda que todas essas dificuldades tenham surgido, o Najup-GO buscava honrar com seus compromissos frente à universidade e, principalmente, frente à comunidade. Foi sugerido, então, que o prof. Bartholo, enquanto coordenador da Incubadora, convocasse uma reunião, até março de 2009, com o

mesmo objetivo da primeira, no entanto, essa convocação ainda não foi feita.

Sendo assim, os estudantes do curso de Direito resolveram, por si só, dar sequência ao trabalho que já haviam começado a desenvolver no ano anterior. Para tanto, montaram um grupo de estudos em Economia Solidária, Educação Popular e Direitos Humanos, no intento de suprir a insuficiência teórica e poder realizar da melhor forma suas atividades com a Associação, atendendo às demandas emergentes.

Da mesma forma que o Núcleo contribui com a comunidade, os catadores são de suma relevância para o grupo de estudantes. Desse contato, possibilitou-se aos estudantes uma análise da prática que desenvolviam, permitindo que apontamentos fossem feitos, no âmbito interno, para que uma verdadeira prática extensionista popular fosse desenvolvida. Dentro da Faculdade de Direito, o Najup-GO ganhou maior legitimidade e visibilidade, passando a ter substancial consideração de sua prática, tanto por parte da coordenação, quanto dos estudantes. Assim, tem-se como perspectiva a continuação desse projeto, buscando superar os desafios encontrados e aprimorar o conhecimento construído.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da prática desenvolvida em parceria com a Associação de Catadores de Material Reciclável Beija-Flor, faz-se mister ressaltar: o estudo e a pesquisa para a superação dos obstáculos que surgem; o respeito para com o tempo da comunidade (da Associação) a fim de não atropelar a autonomia desta; a análise conjuntural do contexto em que a Associação e, conseqüentemente, o Núcleo estão inseridos; a perspectiva de se ampliar as atividades realizadas em local determinado (galpão da Beija-Flor); a participação efetiva dos associados no processo de construção do conhecimento; a formação emancipatória dos participantes e a busca pela efetivação dos direitos humanos.

Parte das dificuldades encontradas pelo Núcleo na efetivação do projeto teve origem no reduzido número de participantes envolvidos, sobrecarregando aqueles responsáveis pela atividade ao ponto de alguns desistirem da Extensão, agravando ainda mais o problema. Portanto, pode-se retirar como conclusão de maior importância a necessidade de se enfatizar a atividade extensionista no viés popular, nas universidades, de forma a alcançar docentes, discentes e técnicos como um todo, proporcionando, assim, a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Notas

¹ Projeto de Extensão Interdisciplinar proposto pela UFG. Será mencionado e detalhado ao longo do texto.

² Associação que existe há três anos em Goiânia. Detalhes serão mencionados ao longo do texto.

³ BRASIL/MEC. Plano nacional de extensão universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU /MEC. Ministério da Educação. Brasília, 2000-2001. P. 4.

⁴ O autor propõe que existem certos indicadores das concepções possíveis de popular, e tais puderam ser quantificados. Aqui foram expostas as três concepções majoritárias, que abarcaram 94,25% dos indicadores.

⁵ Extraído do site da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFG: http://www.proec.ufg.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=55. Acesso em 23/04/2009.

⁶ Rede Nacional de Advogados Populares.

⁷ Através da educação popular, percebeu-se que a demanda das mulheres do Grajaú era maior em questões como cidadania, formação política etc., ao invés de questões de gênero especificamente, enfoque este dado pela UnB no seu projeto (MIRANDA, 2007, p. 44).

⁸ Essa colaboração da administração municipal, contudo, não foi constante: vários foram os momentos em que os associados reclamavam da ausência desse auxílio considerado por eles de extrema importância já que passaram a depender, na medida em que o tempo corria, do 'lucro' que o material doado proporcionava.

⁹ Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

¹⁰ Professor e diretor da Faculdade de Direito da UFG, no Campus da cidade de Goiás

Referências Bibliográficas

ALFONSIN, Jacques Távora. Assessoria jurídica popular. Breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas. Resumo da contribuição do autor ao IV Encontro Internacional de Direito Alternativo, realizado em Florianópolis, entre 15 e 18 de outubro de 1998, sob o tema "Direito e direitos: Democracia, Constituição e Multiculturalismo.". Mimeo:1998.

BIZINOTTO, Kelly; GOMES, Gilles. Pluralismo Jurídico e Educação Popular: um estudo acerca dos obstáculos na consolidação da assessoria jurídica universitária popular no Brasil. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E PLURALISMO JURÍDICO, 2008, Florianópolis. Anais... Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

BRASIL. Plano nacional de extensão. Ministério da Educação. Brasília, 1999, p. 8. Apud NETO, José Francisco de Melo. Extensão popular. João Pessoa: Editora universitária, 2006.

_____. Plano nacional de extensão universitária. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU / MEC. Brasília: Ministério da Educação, 2000-2001.

COSTA, Alexandre Bernardino. A extensão universitária da Faculdade de Direito da UnB: COSTA, Alexandre Bernardino (org.). A experiência da extensão universitária na Faculdade de Direito da UnB, série "O que se pensa na colina", v. 3. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2007.

FERREIRA, Allan Hahnemann. Assessoria Jurídica Popular: elementos de uma formação emancipatória em Direito. Monografia de conclusão de Graduação apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito. Goiânia: UFG, dez., 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MIRANDA, Carla. A contribuição da educação popular na efetivação dos direitos humanos: a experiência com as vítimas do despejo forçado do Parque Oeste Industrial. Monografia de conclusão de Graduação apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito. Goiânia: UFG, Dezembro, 2007.

NETO, José Francisco de Melo. Extensão popular. João Pessoa: Editora universitária, 2006.

_____. Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. Extensão. Universidade Federal de Goiás. Disponível

em http://www.proec.ufg.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=55. Acesso em 23/04/2009.

RIBAS, Luiz Otávio. Assessoria jurídica popular universitária e educação popular em direitos humanos com movimentos sociais. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E PLURALISMO JURÍDICO, 2008, Florianópolis. Anais... Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

RIBEIRO, Bruna Junqueira. A contribuição da AJUP na Incubadora Social da UFG. Monografia de conclusão de Graduação apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito. Goiânia: UFG, Dezembro, 2009.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

Cecília dos Santos Moraes é graduanda do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, ceciliamoraess@yahoo.com.br.

Isabella Petini de Oliveira é graduanda do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, Isabellapetini@hotmail.com.

Kelly Bizinotto é graduanda do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, kbizinotto@yahoo.com.br.

Lais Papalardo é graduanda do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, lais_papalardo@yahoo.com.br.

Lígia de Freitas Severino é graduanda do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, ligiaseverino@hotmail.com.

Lucas Lima de Podestà é graduando do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, (lucaspodestanajupgo@yahoo.com.br)

Patrícia Teles de Carvalho é graduanda do curso de Direito e membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Najup-GO) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, patriciateles90@yahoo.com.br.

DIREITO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NO EMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E NA TRANSFORMAÇÃO DE REALIDADES

Bruna Santos Costa
Fernanda Truite Pereira Lima
Juliana Manhães Mendes
Laura Carneiro de Mello Senra
Luna Borges Pereira Santos
Mariana Cintra Rabelo
Renata Cristina de F. G. Costa

Resumo

O artigo fala sobre o Projeto de Extensão Promotoras Legais Populares, grupo que debate e discute temas relacionados ao direito, à discriminação de gênero, cidadania etc. O objetivo primordial do grupo é fornecer às mulheres – de diferentes contextos socioculturais – maior conhecimento e maior senso crítico sobre seus direitos, que são constantemente sobrepostos e esquecidos dentro de uma sociedade machista. O projeto se funda, principalmente, em três bases teóricas: na visão mais ampliada do direito, na educação jurídica popular e nas ações afirmativas em gênero.

PALAVRAS CHAVE: direito, extensão, empoderamento, gênero

Abstract

This article is about the Extension Project “Promotoras Legais Populares”, group which debates and discusses themes related to Law, gender discrimination, citizenship etc. The group’s main objective is to provide women – from different social and cultural contexts – more knowledge and a critical sense about their rights, which are often hidden and left behind in a sexist society. There are three theoretical basis in the Project: the enlarged view of the Law, the juridical popular education, and affirmative actions in gender.

KEYWORDS: law, extension empowerment, gender

INTRODUÇÃO

O projeto Promotoras Legais Populares consiste na criação de um espaço de discussão e debate sobre temas relativos ao direito e à cidadania, tendo como foco questões de gênero. Seu objetivo principal é capacitar mulheres de diferentes contextos socioculturais a exercer seus direitos como cidadãs, tornando-as mais críticas para práticas sexistas ocorridas cotidianamente. O projeto busca atender, principalmente, mulheres vítimas de violência doméstica, não apenas transmitindo conhecimento acerca das leis que as protegem, mas também (e primordialmente) desenvolvendo o papel ativo dessas mulheres sobre suas próprias vidas.

O projeto constitui-se num Projeto de Extensão de Ação Contínua (Peac) oferecido pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Ele é sustentado por três pilares teóricos: uma concepção alargada de direito, educação jurídica popular e ação afirmativa em gênero.

O conceito de direito que se busca trabalhar com as participantes do curso é aquele cuja amplitude permite que a atuação das promotoras legais populares (PLPs) não seja limitada apenas ao caráter técnico do direito, mas que seja uma atuação capaz de perceber injustiças e associá-las a violações a direitos, independentemente destes direitos terem previsão legal ou não. Entendendo o direito como algo maior que a legislação, é possível desenvolver a consciência de que de fato existem injustiças positivadas e mais, que existem novos direitos ainda não positivados, mas que nem por isso estes devem deixar de ser entendidos como direitos.

É nesse sentido que Lyra Filho destaca que “o direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação – enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua (...)”¹.

Outro pressuposto teórico do projeto é a educação popular, com um enfoque no campo jurídico, a Educação Jurídica Popular definida, segundo Danilo R. Streck, é um ensino que:

“(...) rompe os espaços formais da Educação e busca a aproximação entre saberes de diferentes lugares da sociedade e da cultura. (...) uma das grandes utopias de educação popular [é] o aprender como troca e como partilha. (...) Assim, na educação popular, encontram-se, lado a lado, a negociação de posições e de ideias porque as pessoas envolvidas estão imersas em relações de poder; a troca entre pessoas conscientes do fato de terem o que dar e que reconhecem a sua interdependência; e a partilha como uma expressão da dádiva”².

O terceiro pilar teórico do curso, a proposta de ação afirmativa em gênero, pode ser definido como uma medida especial e temporária com o objetivo de acelerar o progresso desta população (mulheres) em relação à busca e conquista de direitos, uma necessidade que se dá devido à situação historicamente desfavorável das mulheres.

Os três pressupostos mencionados se concretizam com base na concepção de extensão adotada pelo Projeto. As extensionistas compartilham o mesmo conceito de extensão no qual este é entendido como uma troca de saberes e não como uma imposição do conhecimento universitário às classes menos favorecidas da sociedade.

A extensão deve se constituir numa comunicação entre pessoas, onde todos devem ser tratados como agentes de mudança e não como objetos de ação. O projeto não busca simplesmente estender o conhecimento acadêmico àquelas que não o possuem, mas objetiva uma comunicação de saberes, um diálogo entre extensionistas e comunidade, já que ambas as partes aprendem e ganham experiências novas a partir dos encontros (FREIRE, 1985).

Uma prática antidialógica consiste numa prática de invasão cultural. A falta do diálogo entre as partes provoca uma relação vertical entre o saber universitário e o vivencial, trazido pelas mulheres da comunidade. “Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar”³.

Com relação à importância do tema ao qual o projeto se propõe a tratar, este é de inegável relevância, uma vez que a erradicação da violência conjugal e a busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres são questões fundamentais tanto para a saúde e o bem-estar das brasileiras, quanto para o crescimento de nossa nação.

Neste contexto, Nalu Faria afirma que “como todos os outros aspectos da opressão das mulheres, a violência sexista é um fato histórico, foi construída socialmente e tem sua base material na divisão sexual do trabalho, sustentada na construção de uma cultura patriarcal e misógena, que desqualifica as mulheres”⁴. Assim, entende-se que, embora muitas vezes a opressão feminina seja naturalizada, esta não corresponde a algo biológico e natural. Ao contrário, é fruto de uma construção cultural e social na qual a mulher é vista como inferior, frágil e submissa ao homem.

Na tentativa de desnaturalizar as diferenças entre gêneros, o feminismo surge como um movimento social e político para dar voz às mulheres e lutar por seus direitos. Adriana Piscitelli reforça a importância das feministas que:

“(…) trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação”⁵.

Lourdes Bandeira e Deis Siqueira constata, entretanto, que “desde o mundo grego até a modernidade, as aberturas em relação ao universo das mulheres têm sido sempre parciais e localizadas – porquanto foram operadas como concessões por parte dos poderes instituídos ou existentes e não como espaços de mudanças – como troca de valores ou como imposição de uma nova ética”⁶. Argumentos como esses mostram que a concepção do masculino como prioritário ainda vigora, e, em consequência, a exclusão e a inferioridade feminina, mesmo com todas as conquistas do movimento feminista.

Inúmeros outros exemplos poderiam ser dados a fim de comprovar o caráter sexista da sociedade ocidental. Segundo Swain, “Os produtos culturais destinados ao público feminino desenham, em sua construção, o perfil de suas receptoras em torno de assuntos relacionados à sua esfera específica: sedução e sexo, família, casamento, maternidade e futilidades”⁷. Em contrapartida, revistas de caráter masculino abordam temas como economia, negócios, questões jurídicas, entre outros. Observa-se, assim, que é pressuposta uma falta de interesse e até mesmo de intelecto das mulheres quanto aos assuntos da esfera pública da sociedade, cabendo às mesmas preocupar-se apenas com as questões da vida privada e doméstica.

Vale ressaltar que a Constituição Brasileira de 1988, ainda vigente, determina

no § 1º do art. 5º que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”⁸. Mas observa-se, no cotidiano das pessoas, que a cultura muitas vezes se sobrepõe à legislação, havendo discriminação da mulher em detrimento do homem. Como exemplo, pode-se citar o maior salário que é atribuído aos homens dentro de empresas de maneira geral, e o quinhão da atribuição dos afazeres domésticos e da educação dos filhos que é dada à mulher, dentre muitos outros.

Tendo em vista todas as implicações que a cultura ocidental exerce na vida da população, mais especificamente na vida das mulheres, o presente artigo tem por objetivo apresentar o Projeto das Promotoras Legais Populares ao meio acadêmico, bem como problematizar e gerar reflexões acerca das questões de gênero e da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

METODOLOGIA

O curso de promotoras legais populares (PLPs) do Distrito Federal ocorre todos os sábados pela manhã durante nove meses e é sediado no Núcleo de Prática Jurídica da UnB, em Ceilândia. As alunas devem possuir, no mínimo, 75% de presença para que se formem como PLPs.

A coordenação do projeto fica sob responsabilidade de quatro parceiras. A Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, idealizadora do projeto como atividade de extensão, o Centro Dandara de Promotoras Legais, a Agende (Ações em Gênero e Cidadania) e a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Todas as parceiras se encarregam da organização das oficinas, da frequência das alunas, dos materiais didáticos e de resolução de problemas inusitados.

As parceiras da coordenação do projeto trabalham com delegações de função. Cada uma se responsabiliza por um aspecto do curso e as oficinas são distribuídas, ou seja, cada parceira é encarregada de oferecer ou convidar facilitadoras/es de oficinas para os temas de sua responsabilidade. A Universidade de Brasília, para exemplificar, fornece o espaço para o curso e organiza a formatura. Já o Ministério Público se encarrega de todas as impressões necessárias

para o projeto como as apostilas com textos que complementam o conteúdo das oficinas.

Para o ingresso na coordenação no curso, as/os alunas/os da UnB interessadas/os devem participar da Semana de Formação oferecida dentro das dependências da UnB antes do início letivo do curso de Promotoras Legais Populares. A Semana de Formação tem duração de três dias e é baseada em leituras e discussões de textos relevantes para a compreensão do significado de Extensão Universitária, da história do feminismo, e de aspectos práticos do próprio projeto.

O curso é composto de oficinas multidisciplinares de teoria, vivências e situações práticas e cotidianas das mulheres envolvidas, que propõem a construção conjunta de conhecimento entre os membros da coordenação e da comunidade, levando em consideração os diversos saberes existentes na sociedade e valorizando cada contribuição no processo de troca de conhecimento. Os temas de discussão são divididos em seis módulos: Contexto Sociopolítico e Diversidade, Organização do Estado e Direitos Humanos, Violência Contra a Mulher, Direitos da Mulher: saúde, sexualidade e reprodução, Direitos da Mulher: noções básicas de direito e Atuação em Rede.

O objetivo das oficinas não é o de

ensinar o saber acadêmico como superior ou até mesmo transgressor de valores culturais de determinada população. A atuação de uma promotora legal popular é na orientação de outras mulheres que tenham seus direitos infringidos ou ameaçados e, para isso, as habilidades importantes de uma PLP são a flexibilidade em colocar-se na situação do outro para entender suas dificuldades, a capacidade de ouvir e acolher o sofrimento, além de transmitir o conhecimento necessário de meios de assistência jurídica/social e encaminhamentos ou até acompanhamento a delegacias da mulher. Apesar disso, no final de cada Módulo do curso, é entregue uma apostila para cada participante com textos sobre os assuntos discutidos. É incentivado também que as mulheres busquem por si mesmas as informações teóricas que lhes sejam de maior interesse.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Promotoras Legais Populares traz consigo uma série de resultados para as mulheres que participam do curso, para as/os estudantes, professoras/es e todas/os aquelas/es que permitem que o projeto aconteça.

E, de uma maneira mais geral, traz ainda consequências para toda a comunidade em que atua, por meio da multiplicação dos saberes adquiridos no curso e pela ação posterior das PLPs por meio do Fórum.

Para a realização das oficinas, por exemplo, vê-se, desde 2005, a movimentação de mais de quarenta facilitadoras/es diferentes que já contribuíram com a formação de cada curso em seus cinco anos de existência. Essas/es convidadas/os são pessoas das mais diversas áreas e origens, desde homens e mulheres atuantes em movimentos sociais, militantes na luta pelos direitos das mulheres até promotoras/es de Justiça, delegadas, professoras/es da Universidade de Brasília e outras mais.

Em seu quinto ano de curso, o projeto, que já formou quase duzentas promotoras legais populares (PLPs) no Distrito Federal, conta com 92 alunas inscritas para participação neste ano com formatura prevista para 12 de dezembro de 2009.

É importante ressaltar que após o término do curso, as promotoras formadas ingressam no Fórum de Promotoras Legais Populares organizado pelo Centro Dandara, uma das ONGs parceiras no projeto. Neste espaço, elas atuam como PLPs em prol dos direitos das mulheres, têm oportunidade de participar de oficinas e eventos relacionados ao mesmo tema, assim como podem organizar manifestações e atos políticos em defesa da mulher. Um claro exemplo foi o ato realizado no dia 08 de março de 2009, onde as PLPs seguiram em passeata do Núcleo de Prática Jurídica até a Feira da Ceilândia, com cartazes e dizeres que chamavam a atenção para este dia tão importante para o movimento feminista e a luta das mulheres por direitos iguais.

Quanto aos resultados referentes à participação de estudantes extensionistas no Peac, já houve mais de 35 estudantes cadastradas/os como participantes voluntárias/os ou bolsistas. Atualmente, o grupo é formado por 10 estudantes da graduação,

sendo cinco do Direito, três da Psicologia e duas da Antropologia, além de duas alunas da pós-graduação em Direito e uma aluna especial, além da professora Bistra Stefanova Apostolova, coordenadora do projeto. É importante lembrar que a participação dessas facilitadoras e facilitadores não contribui apenas para o enriquecimento do curso em si. Observa-se que as futuras PLPs se veem de forma diferente depois de uma oficina, assim como a/o própria/o convidada/o que ministrou tal oficina se vê também transformada/o. Concretiza-se, então, uma característica própria da escolha metodológica do curso, aquela que preza pelo diálogo como forma essencial na construção de conhecimento e pela comunicação entre os saberes científico e popular.

Para Isadora, estudante do 3º semestre, a principal mudança que o PLP trouxe para sua formação foi contrariar a lógica das carreiras verticais:

“Na Faculdade de Direito tem-se um conformismo muito grande dos estudantes com a ordem jurídica, o legalismo estrito; você só consegue processar as demandas dentro das possibilidades do sistema. No PLP você percebe que pode expandir as possibilidades do sistema jurídico por meio da ação coletiva. A participação (nesse projeto) modificou meu olhar, o que se refletiu quando comecei a estagiar. Muitos dos meus colegas estagiam em grandes escritórios, e eu, com a percepção de que gostaria de interferir, modificar a realidade social decidi estagiar na defensoria. (...) O projeto me trouxe muito a sensibilização; muitas vezes a gente passa tão despercebido pela realidade do mundo que naturaliza as injustiças dessa realidade”⁹.

Para Lindalva Martins, alfabetizadora de jovens e adultos na Vila dos Carreiros, situada na periferia de Ceilândia, promotora legal popular formada em 2006, turma Dandara, o aspecto mais relevante das oficinas foi o fortalecimento interno que obteve por meio da relação de identificação e cumplicidade que construiu com as demais participantes da turma:

“Eu me identifiquei muito com elas, os exemplos das outras promotoras (...) No momento em que fui para o curso não me vi só como líder comunitária, mas sim como uma mulher que passava por tudo isso, por tudo que elas passava também, e vi que podia reagir, então foi muita força mesmo, orientação. Assim eu tive coragem de lutar, hoje estou impondo algumas condições; porque a mulher é vista somente como submissa ao marido e reprodutora”¹⁰.

Adriana Miranda, coordenadora do projeto pela Universidade de Brasília explica a importância das promotoras legais populares e dos profissionais do direito e estudantes, se articularem em uma das redes de direitos humanos para o enfrentamento à violência contra a mulher:

“Como a gente pode atuar, tanto nós, profissionais do direito, que estamos organizando o curso, mas como vocês também, como a gente pode criar esta rede de solidariedade para mudar um pouco essa situação de violência e de opressão que as mulheres vivem e que não é só em casa, não é só com seus maridos, só com seus pais e irmãos, mas é uma coisa mais estrutural e como a gente pode agir em relação a isso”¹¹.

“Tanto nós, profissionais do direito, que estamos na organização do curso, como vocês estudantes podem atuar criando uma rede de solidariedade para mudar um pouco essa situação de violência e de opressão que as mulheres vivem não só em casa, não só com seus maridos, pais e irmãos, mas em aspectos mais estruturais.”

Além de todos esses resultados que o projeto produz, também se pode constatar uma série de consequências como o deslocamento dos estudantes do ambiente tradicional da sala de aula, o aumento nas possibilidades de contato entre o Ministério Público e a sociedade civil, além de o projeto permitir a sensibilização de inúmeros profissionais para a questão da mulher, e buscar desenvolver uma reflexão crítica acerca do Direito e das demais áreas de conhecimento produzidas na Universidade.

A preocupação acerca da responsabi-

lidade das extensionistas na construção contínua da Universidade como espaço de produção de saberes científicos, questionando os deveres de uma instituição detentora de autoridade discursiva na sociedade, não se limita apenas a um retorno social prático de nossa formação acadêmica. As questões colocadas em nossas reuniões e atividades abrangem uma problemática contextualizada com nossas posições e com as posições das mulheres no mundo, nas ciências, no direito, na política.

Toda forma de conhecimento, em nossa sociedade, é hierarquizada (SANTOS, 2004, p. 28). A Universidade legitima falas, questões, reivindicações, ocupações de cargos, decisões que ajuízam sobre a estrutura cultural e a política brasileira. Transversais à hierarquização entre saberes científicos e saberes populares estão as relações sociais de gênero, de raça, de classe social, geracional, entre outras.

O enriquecimento mútuo entre academia e alunas do curso se faz através de desconstruções de gênero, desnaturalizando condutas misóginas, sexistas, classistas, racistas interiorizadas culturalmente. A metodologia de educação jurídica popular permite que o diálogo sobre cidadania, gênero e direito aconteça realmente. Dessa forma, as mulheres se apropriam de discursos que antes não lhes eram acessíveis, como o discurso jurídico. A partir dessa troca de conhecimentos, construímos ferramentas conjuntas de capacitação para forjar alianças que permitam a elevação da autonomia e mudanças no trânsito entre o privado e o público.

O aprendizado que ocorre ao longo do curso lhes permite o enfrentamento à violência doméstica e conjugal, em suas casas e em suas comunidades. As alunas munidas de conhecimento sobre os caminhos legais para a erradicação dessas violências, empoderam outras mulheres, reconhecendo e reagindo às expressões cotidianas de machismo e sexismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção conjunta, entre acadêmicas e não acadêmicas, de conscientização das posições sociais variadas que ocupamos, como mulheres brancas, negras, indígenas, trabalhadoras, donas de casa, mães, heterossexuais, homossexuais, pobres ou ricas, é realizada a partir de resgates da legitimidade histórica e política de vivências pessoais e sociais.

O empoderamento e articulação de mulheres são uns dos principais objetivos do projeto, e a existência e participação das PLPs formadas no Fórum demonstram que essas alianças são possíveis e poderosas. Os relatos das movimentações políticas das PLPs formadas mostram que o efeito desse projeto cria consequências, não só para autoestima de cada uma e para as que se articulam no Fórum, mas em outras mulheres e suas famílias, em suas comunidades.

Notas

¹ LYRA FILHO, 1986.

² STRECK, 2008.

³ FREIRE, 1985.

⁴ FARIA, 2005.

⁵ PISCITELLI, 2004.

⁶ BANDEIRA e SIQUEIRA, 1997.

⁷ SWAIN, 2001, p. 69.

⁸ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

⁹ TOKARSKI, 2007.

¹⁰ Idem, p. 95.

¹¹ Idem, p. 99.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo. In: *Feminismos e Gênero. Revista Sociedade e Estado*. V. VII/2, n. 3, p. 266. Brasília: UnB/Depto. de Sociologia, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

FARIA, Nalu. Para a erradicação da violência doméstica e sexual. In: *SOF – Sempre viva organização feminista (org.) Feminismo e a luta das mulheres: análise e debates*. P. 25. São Paulo: SOF, 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 8. ed., p. 28. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IPAS BRASIL. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/12direitos.html>. Consultado dia 05/05/2009

LYRA FILHO, Roberto. *Desordem e Processo*. Porto Alegre: S. A. Fabris, p. 312. 1986.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone P. (Orgs.). *Poéticas e Políticas Feministas*. P. 45. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. P. 28. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

STRECK, Danilo R. José Martí e a Educação Popular: um retorno às fontes. P. 11-25. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100002&lng=pt&nrm=iso. Consultado dia 14/05/2009.

TOKARSKI, Carolina. *A extensão nos cursos de direito à luz do humanismo dialético: a experiência do Projeto Promotoras Legais Populares*. P. 87-95-99. Monografia de final de curso. Brasília: UnB, 2007.

Bruna Santos Costa é graduanda do curso de Direito da UnB.

Fernanda Truite Pereira Lima é graduanda do curso de Psicologia da UnB e bolsista do Programa de Ensino Tutoria- PET, fetruite@hotmail.com.

Juliana Manhães Mendes é graduanda do curso de Psicologia da UnB e bolsista do Programa de Ensino Tutorial-PET, mendes.juliana1@gmail.com.

Laura Carneiro de Mello Senra é graduanda do curso de Direito da UnB, laurasenra@yahoo.com.br.

Luna Borges Pereira Santos é graduanda do curso de Direito da UnB, borges.luna@yahoo.com.br.

Mariana Cintra Rabelo é graduanda do curso de Antropologia da UnB, miana_rabelo@hotmail.com.

Renata Cristina de F. G. Costa é graduanda do curso de Direito da UnB, renatacfgc@gmail.com

DIFICULDADES DE INCLUSÃO SOCIAL PELA CULTURA: O CASO DO POLO COSTA NORTE (MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ)

Elimar Pinheiro do Nascimento
Helena Araújo Costa
David Leonardo Bouças da Silva

Resumo

Sociedade e Estado, personagens fundamentais na promoção da inclusão social, têm trabalhado com o binômio emprego e renda para mitigar a pobreza e a desigualdade, particularmente, por meio da educação e da capacitação de jovens e adultos. A experiência relatada trata da inclusão social por meio da identificação e estímulo de grupos culturais desenvolvida no Polo Costa Norte, que abrange como principais atrativos os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, e Áreas de Proteção do Delta do Parnaíba e de Jericoacoara. Esta iniciativa foi executada em parceria entre universidades e ONGs, com financiamento do Ministério do Turismo e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. A experiência mostrou a necessidade de articular políticas, contextos e culturas. Apesar da importância do turismo como ferramenta de inclusão social através da promoção da cultura local, observou-se dificuldades para realizar com êxito o ensejo, dentre elas: desarticulação, descrença e falta de visão empreendedora dos grupos culturais na sua capacidade de inserção no mercado turístico; carência de sensibilização do empresariado local para o trabalho sistemático com grupos culturais; forte presença de menores nos grupos culturais; desconhecimento acerca das potencialidades culturais locais; e perspectiva de curto prazo na execução de projetos.

PALAVRAS-CHAVES: inclusão social; cultura; turismo; Polo Costa Norte

Abstract

Society and State are both crucial for promoting social inclusion. They usually combine actions for employment and income generation in order to reduce poverty and inequality, particularly through projects for young people and adults' education. The article presents an experience of social inclusion which alternatively managed to identify and stimulate cultural groups in the Costa Norte, remarked by its conservation areas and natural attractions. The initiative is supported by the Brazilian Ministry of Tourism and the Spanish Cooperation for International Development and conducted by universities and NGO in partnership. The experience shows the importance of articulating public policies, realities and cultures in projects for social inclusion. Despite the fact that tourism can be an alternative for social inclusion when linked to local popular culture, some difficulties were found in order to accomplish the objectives. First, group's members lack of faith, organization and entrepreneurial attitude to integrate the tourism market. Second, the local entrepreneurs lack openness to work systematically with the groups. Third, the strong presence of minors as members of the groups and few information about the tourism potential in the group. Last, short term basis in projects which require long term perspective.

KEYWORDS: social inclusion; culture; tourism; Costa Norte (Brazil).

INTRODUÇÃO

O tema da integração social tem estado presente na literatura das ciências sociais brasileira de forma relevante desde os anos 1980, porém de formas distintas¹. Uma delas encontra-se expressa no jogo entre exclusão e inclusão social, na medida em que o risco da desagregação social substituiu o da desagregação territorial resolvido nos anos 1960/1970, com o deslocamento da capital federal para o planalto central, a construção da transamazônica e a expansão da fronteira agrícola para o norte, além da criação da Sudene².

O ponto de partida do jogo supracitado encontra-se no fato de que a exclusão social é percebida na modernidade como algo anacrônico. Considerada normal nas sociedades pretéritas, pois fundadas em princípios particularistas, a exclusão social é tida como anacrônica em uma sociedade fundada no princípio universal da igualdade de direitos entre os seus membros, como é a sociedade moderna (NASCIMENTO, 1997; ESCOREL, 1999). Enquanto o processo de inclusão ou integração social prevaleceu no Brasil, marcado pelo dinamismo econômico dos primeiros setenta anos do século XX, a exclusão social não tinha lugar na agenda pública. Com a perda de dinamismo econômico que marca o país desde os anos 1980, a exclusão passou a ser considerada como objeto de estudo pelas ciências sociais, ao mesmo tempo em que integrava a agenda política e ganhava os meios de comunicação. Ganhou visibilidade social, tornou-se objeto de denúncias e de tentativas de explicação, muitas vezes sob a forma de debate em torno do significado da pobreza (DEMO, 2003; SCHWARTMANN, 2004; ROCHA, 2006). Contribuiu para isso o deslocamento de uma massa de pobres trabalhadores para os centros urbanos, atraídos pelo dinamismo econômico dos anos 1970 e jogados no desemprego com a crise dos anos 1980, que perdurou, de forma latente, ao longo dos 25 anos seguintes. Neste período o Brasil caiu do patamar de 10% de crescimento do PIB para 2%, e mais forte ainda, conheceu a instabilidade que nos fez navegar entre índices de crescimento de 8% para abaixo de zero (NASCIMENTO, 2003).

A contra face do fenômeno foi o aumento do interesse dos agentes públicos por processos de inclusão social (SACHS, I, 2003), inclusive no campo internacional (SACHS, J., 2005).

A sociedade e o Estado no Brasil assumiram, desde a década de 1990, o dever de promover a inclusão social por meios os mais diversos. A de maior sucesso é, atualmente, a política de transferência de renda, expressa relevantemente no programa Bolsa Família, e a mais discutida tem sido a de geração de emprego. Emprego e renda, transferida ou obtida, tem sido o binômio da inclusão, valorizando, em particular, a educação e a capacitação de jovens e adultos. No entanto, apesar da redução da pobreza e da desigualdade nos últimos anos (BARROS e CARVALHO, 2005), os resultados têm sido, aparentemente, poucos.

Neste artigo relata-se uma experiência de inclusão social por meio da identificação e estímulo de grupos culturais locais, desenvolvida durante cerca de um ano (2008/2009) no Polo Costa Norte (Lençóis Maranhenses, MA; Parnaíba, PI e Jericoacoara, CE). As ações foram financiadas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Ministério do Turismo (MTur), executadas em parceria de organização do Terceiro Setor com universidades federais. Conclui-se que a inclusão social, para ter êxito, precisa contar com a articulação de políticas, contextos e culturas, e de ações públicas com durabilidade.

O chamado Polo Costa Norte (PCN) é um dos Roteiros Integrados resultantes do Programa de Regionalização do desenvolvimento da atividade turística no Brasil, que tem como objetivo “promover o crescimento econômico, a criação e manutenção de novos postos de trabalho, de forma a buscar o desenvolvimento sustentável nas regiões turísticas envolvidas” (MTUR, 2005). É composto por uma faixa litorânea que perpassa três estados – Maranhão, Piauí e Ceará – incluindo 12 municípios, 4 em cada um desses estados.

A atuação deste projeto englobou, na região dos Lençóis Maranhenses, os municípios de Santo Amaro, Barreirinhas; Paulino Neves e Tutoia. Na região do Delta, foram incluídos os municípios de Ilha Grande; Parnaíba; Luís Correia e Cajueiro da Praia. Na região de Jericoacoara, por sua vez, os municípios de Camocim, Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Acaraú.

A visão de futuro presente no planejamento estratégico do PCN menciona tornar-se “um destino sustentável de referência nacional e internacional, por seus produtos únicos, diferenciados, que integram natureza, aventura, esportes relacionados com vento e água, e cultura, num cenário de sol e praia” (SEBRAE, SENAC, MTUR, 2006, p. 60 [grifo próprio]).

A diversidade cultural e ecossistêmica da região é acompanhada também de fragilidades. O turismo no PCN se assenta, sobretudo, na visitação de unidades de conservação (UCs), cujo incremento na demanda de turistas, assim como o avanço da especulação imobiliária e de algumas atividades econômicas locais – como a carcinicultura em Cruz –, impõe desafios aos seus gestores.

As UCs em destaque são os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara, afora as Áreas de Proteção Ambiental Federais do Delta do Parnaíba e de Jericoacoara, sendo estes os atrativos naturais de maior

interesse turístico da região (LIMA/COPPE/UFRJ, MTUR, 2007). A exploração turística dos municípios – especialmente em Jericoacoara – absorve, com evidência, culturas exteriores a sua, adquirindo conotação de “aldeia global”, porquanto é dificultoso perceber, nas manifestações culturais, na gastronomia e no artesanato, traços típicos que identifiquem o que, tradicionalmente, pertence à região.

A região do PCN é economicamente desfavorecida, o que fica demonstrado por seus indicadores de saúde, alfabetização e renda, condensados em baixos IDHs municipais. Todos os municípios da região apresentaram em 2000 IDHs menores do que as médias do Brasil (0,766) e do Nordeste (0,676) (PNUD, 2006).

Economicamente, alguns municípios têm como setor produtivo mais relevante o turismo, particularmente aqueles denominados de âncoras (Barreirinhas, Parnaíba e Jericoacoara). Os demais se concentram em atividades de pesca e agricultura, sendo raras as indústrias manufatureiras.

O turismo no território vincula-se, principalmente, ao lazer, contemplação, esporte e aventura no meio ambiente natural realizado na zona costeira. Merece considerações a disparidade da realidade do turismo nas localidades investigadas, porquanto os destinos apresentam níveis de vida bastante desiguais e forte distinção no que diz respeito não somente ao fluxo de turistas, mas aos serviços turísticos oferecidos.

Jericoacoara apresenta superior variedade de equipamentos turísticos, com mais sofisticação, respondendo pela maior parte do fluxo de turistas estrangeiros no PCN. A região dos Lençóis Maranhenses, que conta com uma infraestrutura turística mais simples, vem atraindo um número crescente de turistas nacionais e começa a despertar interesse em mercados emissores internacionais. Na região do Delta do Parnaíba, a atividade turística é a mais incipiente em termos de infraestrutura e fluxo turístico, cuja demanda, provém, sobretudo, do es-

paço regional e local. As demais localidades, atualmente, ocupam uma posição predominantemente de rota e não de destinos dentro da lógica do roteiro. Dificilmente podem ser chamadas de turísticas, tendo um fluxo residual de turistas e baixa profissionalização da mão de obra envolvida no setor em questão.

Resumidamente, o PCN apresenta um contexto de acentuada pobreza – consubstanciado em baixos IDHs – e de fragilidade ambiental, com perda de identidade cultural em alguns casos, escassas alternativas econômicas e disparidade na inserção de seus destinos no mercado do turismo. Por outro lado, tem recebido crescente atenção de políticas públicas, com destaque para intervenções vinculadas ao turismo, firmando o pioneirismo nacional na criação de um consórcio interestadual para gestão da região.

A EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO POR MEIO DE ATIVIDADES CULTURAIS E BREVES RESULTADOS

Dentro da noção de turismo sustentável residem preocupações com a valorização e fortalecimento da cultura local e o transbordamento de benefícios advindos da atividade turística para os arredores das localidades consideradas como destinos principais.

Entende-se que promover a inclusão destas comunidades – atualmente à margem do turismo desenvolvido no PCN, com ações de baixo custo e com potencial de sobrevivência em longo prazo – é tarefa desafiadora, todavia, por meio da facilitação do acesso de grupos culturais comunitários ao mercado turístico existente pode residir uma alternativa.

Se, por um lado, o produto turístico do PCN é despido de vertentes culturais, por outro lado, existem grupos que carecem de oportunidades para se inserirem naquele mercado. Inserção que pode viabilizar uma alternativa

de geração de renda, incremento da experiência turística e valorização de identidades para populações de menor renda.

Na experiência supracitada tentou-se experimentar essa via promovendo-se concursos culturais que funcionavam, simultaneamente, como vitrines para os tomadores de decisões locais e empresários e, em segunda instância, como espaços para entretenimento de visitantes e da própria população, com seus próprios grupos e cultura, estimulando a autoimagem desses grupos culturais.

Buscou-se respeitar, em todas as etapas do processo, as idiossincrasias das regiões dos Lençóis, do Delta e de Jericoacoara. Para isso foram lançados três editais regionais com traços específicos, diferenciando-se desde a maneira de convidar os grupos até o tipo de evento e premiação.

A delimitação de onde deveriam acontecer os eventos culturais ocorreu de forma a privilegiar a participação de grupos carentes – arcando com os custos de deslocamento e alimentação de cada componente – e de fomentar o fortalecimento em locais com atividade turística menos consolidada. Portanto, foram realizados cinco eventos, em forma de concurso ou apresentação³: Santo Amaro, Barreirinhas, Tutoia, Parnaíba e Camocim.

Ao estabelecer contato com maior parte dos grupos culturais e convidá-las para as apresentações, seus representantes manifestaram aos pesquisadores preocupação com relação a duas situações: primeiramente, que seus grupos necessitavam de recursos para investir nas indumentárias e ajustá-las para conseguirem competir e, em segundo, que diante do envolvimento com as campanhas eleitorais, um concurso geraria rivalidade entre os grupos, situação esta inexistente em muitas localidades.

Desse modo, a fim de agir de acordo com as realidades locais, optou-se por concursos apenas nos locais que não manifestaram tais inquietações – Barreirinhas e Parnaíba. Nos demais, uma premiação em forma de cachê foi

dada para auxiliar o grupo a dotar-se de condições para apresentações públicas. Uma resultante de destaque é que, para muitos dos grupos que se apresentaram, esta iniciativa representou o primeiro apoio financeiro desde a sua criação.

O primeiro passo da atuação consistiu na identificação dos grupos culturais em cada município. Alguns quesitos, ainda que compostos por alguma subjetividade, deveriam ser contemplados como: a representação de cultura tradicional do local na manifestação e/ou que pudesse agregar valor à experiência do turista no PCN. Ademais, focou-se em grupos minimamente organizados e com atividades já iniciadas, o que foi verificado por meio do prazo médio concedido para que eles pudessem se preparar para a apresentação (quatro semanas). Com isso desejava-se não fomentar, neste momento, o surgimento de novos grupos, mas sim oferecer possibilidade de inclusão àqueles já existentes e carentes de apoio.

Em Santo Amaro e Barreirinhas, utilizou-se a chamada por rádios comunitárias para que os grupos se inscrevessem para as apresentações. Em Tutoia e Paulino Neves, a identificação foi feita por meio de entrevistas com moradores antigos, empresários e pessoas que trabalham nos órgãos locais envolvidos com educação, cultura e turismo. Posteriormente, os grupos foram visitados e convidados pessoalmente por articuladores locais dos eventos.

No Delta, por se tratar da inclusão de quatro municípios no mesmo concurso, foi utilizada uma metodologia de bola de neve para identificação de grupos. Iniciou-se o contato por meio de indicações de atores locais que trabalhavam com questões culturais, a exemplo do Senac e o Sebrae de Parnaíba, a Universidade Federal do Piauí. Realizou-se um trabalho de reconhecimento e visita aos representantes dos grupos, além da sondagem do desejo de participar em uma premiação.

Na região de Jericoacoara, contou-se

com a colaboração dos órgãos públicos locais relacionados ao turismo e à cultura. No caso de Camocim, a Secretaria de Cultura e Desporto local, juntamente com a Secretaria de Turismo, selecionou grupos culturais já conhecidos pela população e com formato para apresentação turística, além de outros com potencial, todavia carentes de ajuda financeira. No município de Cruz, a Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente se encarregou de estimular os grupos para se apresentarem, organizando a logística da apresentação.

Os concursos ou apresentações foram realizados após os grupos de trabalho dos seminários Construindo Soluções⁴, cujos participantes foram empresários envolvidos com hospedagem, receptivo e alimentação; além de escolas, professores, autoridades locais e a própria população. Como parte da programação cultural, os grupos artísticos dispunham de um espaço variado para apresentação, variando de praças públicas a auditório de universidade. A divulgação ocorreu por meio de anúncios e faixas afixadas em locais de grande circulação popular, fato que corroborou com o comparecimento de público local composto também de turistas nacionais e internacionais. A ideia-chave foi a de apresentar as manifestações simultaneamente aos empresários, aos moradores e aos turistas, estimulando a crença na cultura local enquanto potencial de atrativo turístico.

Privilegiou-se, em todos os contextos, que os grupos apresentassem manifestações culturais distintas, a fim de demonstrar a diversidade presente no local. Como exemplo, em Tutoia (MA) houve a participação de um grupo de dança com inspiração indígena formado por estudantes secundaristas da cidade, afora um grupo de boi cujos componentes também eram alunos de escolas locais e, por fim, grupo de dança do Carço, tradicional nos arredores da cidade, e em vias de se perder como manifestação cultural local.

No caso de Camocim (CE), a variedade

de cultural foi representada por grupos de música, dança, e uma banda de flautas, trompetes, saxofones etc., acompanhada de um grupo de quadrilha, ambos compostos por mais de 20 componentes e nitidamente adequados a apresentações públicas, inclusive turísticas. Por outro lado, os grupos de teatro e de capoeira, ratificaram a diversidade de atratividades culturais.

Outra situação de fomento à cultura local foram os almoços oferecidos nos seminários Construindo Soluções nos quais os participantes puderam conhecer melhor a gastronomia típica de cada localidade (pratos, doces e sucos regionais). Esta etapa levantou dados em entrevistas sobre pratos típicos localmente e objetivou estimular o prestígio à culinária local, uma vez que se percebe nos meios de hospedagem e nas empresas de alimentação em vários municípios, como Jericoacoara e Barreirinhas, a baixa oferta de produtos da gastronomia local. Em Santo Amaro, aproveitando-se da ocasião do seminário, a Secretaria Municipal de Turismo organizou uma oficina de gastronomia cuja parte prática do curso foi o preparo do almoço aos participantes do evento.

Registrou-se dificuldade de encontrar nas localidades pessoas que trabalhavam profissionalmente com alimentação e que oferecessem receitas tradicionais locais para um evento – entendidos por eles como do dia a dia e não especiais para uma ocasião como esta. Portanto, verificou-se o estranhamento e a dificuldade de oferta na tentativa de valorizar traços rotineiros daquelas culturas, ao mesmo tempo em que uma riqueza cultural-gastronômica existente e não é aproveitada para a oferta do turismo. Para contornar a situação, foram contratadas pessoas locais e encomendadas as receitas citadas ao longo da pesquisa.

Somando-se às apresentações de grupos artísticos e almoços com comidas típicas, exposições com artesanato local foram apreciadas pelos participantes das oficinas e da programação cultural. Em Barreirinhas,

organizou-se um desfile de moda com peças confeccionadas a partir da fibra de buriti, pelos artistas da comunidade do Marcelino. No local, um stand foi montado para as artesãs comercializarem seus produtos (bolsas, chapéus etc.). Em Camocim, pintores divulgaram sua arte em praça pública juntamente aos grupos de música, dança e teatro. Em Parnaíba, além de expor o artesanato, cooperativas piauienses foram contratadas para suprir o evento com copos de cerâmica e pratos de palha, permitindo divulgar seu trabalho e promover um evento de enlace entre a cultura popular e o meio ambiente, valorizando o saber-fazer com materiais locais, evitando produtos descartáveis de plástico.

Entre os resultados positivos da iniciativa, dois merecem destaque, segundo depoimentos de seus participantes e moradores locais.

No concurso de Barreirinhas, a Dança Portuguesa Meninas do Soeiro – que conta com a participação de jovens de uma escola municipal e cujas vestimentas foram confeccionadas e compradas pelas mães das discentes – investiu o prêmio de 1º lugar do concurso na aquisição de novas indumentárias e, desde então, passou a ser convidada para se apresentar em eventos locais, ganhando, inclusive cachês para apresentação.

No concurso de Parnaíba, o grupo premiado com o primeiro lugar, Boi Novo Fazendinha, investiu o prêmio em material de construção para ampliar a pista de ensaio na sede do grupo cultural por acreditarem ser importante para o grupo ensaiar com maior conforto e realizar festas de apresentação para turistas e moradores, possibilitando uma nova fonte de renda. Para aqueles envolvidos com o grupo, que tem ocupações outras (mototaxistas, pedreiros etc.), foi uma ocasião de valorizar suas famílias e um traço cultural tradicional que vinha sendo perdido, além de incrementar a oferta turística cultural da cidade de Parnaíba potencial atividade de geração de renda e propagação desta atividade cultural. Os exemplos demonstram que este

pode ser caminho de inserção social, com possibilidade de ampliar a renda de seus participantes, fortalecer os vínculos culturais e as tradições populares, além de fomentar o desenvolvimento de talentos e ampliar a atratividade dos destinos turísticos.

DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS GRUPOS CULTURAIS

Apesar de resultados positivos e satisfatórios, várias dificuldades foram encontradas nestes primeiros passos para inserção dos grupos culturais.

Encontrou-se nesta atuação o desafio de motivar alguns grupos a participarem dos concursos, tendo em vista a desarticulação e descrença demonstrada pela falta de estímulo e reconhecimento, bem como pela falta de recursos básicos para comparecer ao evento, em alguns casos. Entre aqueles que se motivaram inicialmente, alguns demonstraram não crer na capacidade de inserção no mercado do turismo, porém viam como oportunidade de exibir seu trabalho momentaneamente e para pessoas de fora, vinculadas no seu imaginário a autoridades públicas.

Ainda, por parte dos grupos, há o obstáculo imposto por uma aliança entre a falta de preparo para o empreendedorismo que habilitem a construção de projetos de caráter comunitário em suas localidades e de espaços de diálogo com tais empresários, limitando o surgimento e alcance de iniciativas mais autônomas.

Aparece também como desafio a sensibilização do empresariado local para o trabalho sistemático com os grupos culturais, passando a valorizá-los como incremento ao turismo local e a oferecer disponibilidade para remunerar seu trabalho. Revelou-se um desencontro de expectativas: se por um lado os empresários argumentam que não promovem a cultura porque não é o que o turista da região bus-

ca, por outro lado, queixam-se turistas e empresários da falta de opções de atividades, o que reduz o potencial turístico dos locais e o tempo de permanência de turistas.

Outro desafio percebido se refere à grande participação de crianças e adolescentes nos grupos culturais locais, muitas vezes ligados às escolas. Ao mesmo tempo em que é louvável por ser uma atividade complementar aos estudos, garantindo que vivenciem e prestigiem mais sua cultura, impõem-se restrições para inserção no mercado turístico tanto em decorrência dos horários das apresentações – normalmente à noite – quanto por necessidade de assegurar ambientes e negociações adequados à exposição de menores.

Evidenciou-se o desconhecimento acerca das potencialidades culturais tanto por parte de autoridades estaduais e federais, como também das locais. Somam-se a isso, dificuldades em realizar o levantamento das manifestações artístico-culturais dos municípios. Em muitas situações, confirmou-se o desconhecimento da própria população acerca do que deveria ser parte de sua vivência cotidiana. Situação esta que justifica a descrença local em utilizar a cultura como produto de apelo turístico e com potencial para inclusão de seus participantes.

Por fim, emerge um desafio recorrente em projetos de desenvolvimento local: o tempo do projeto não ser compatível com o tempo das mudanças sociais, considerando ser interessante acompanhar a utilização dos recursos e das mudanças, embora o tempo do projeto estivesse esgotado formalmente.

CONCLUSÃO

A inclusão social favorecida pelo governo federal, atualmente expressa no Programa Bolsa Família é, sem dúvida, um programa de sucesso, com efeitos visíveis e registrados em avaliações e estudos. Trata-se de uma transferência de renda absoluta-

mente necessária tendo em vista as precárias condições de vida de uma parte da população brasileira, não apenas despida de renda como de meios eficazes de sua obtenção em níveis indispensáveis para uma vida minimamente digna. Porém, uma parte dos beneficiários do Programa tem chances de sair, na medida em que haja articulações de políticas e ações governamentais e societárias, ou seja, tanto das diversas instâncias de governo quanto da iniciativa privada.

A experiência registrada neste trabalho demonstrou que o processo de inclusão social reveste-se de inúmeras dificuldades advindas de fontes diversas, e que a sua superação depende em grande parte da articulação de iniciativas públicas e privadas, econômicas e sociais, locais e nacionais. Isso na medida em que as dificuldades de inserção no mercado de grupos culturais locais estão relacionadas a diversos fatores, entre os quais foi possível identificar na experiência descrita os seguintes: a) dos poderes públicos constituídos, que não percebem que a cultura constitui um campo de empreendimentos e negócios importante e crescente no país; b) do empresário local de turismo que não é capaz de antecipar um diferencial de serviço na apresentação de grupos locais culturais; c) dos grupos culturais sem traquejo de inserção mercadológica e, finalmente, d) da cultura pré-capitalista imperante em largos espaços do país, a qual não permite a parte de seus atores mobilizarem energias maiores para a geração de renda e mudança de estilo de vida.

Além disso, percebe-se que o turismo, cuja bandeira reside nas potenciais ações de inclusão social e valorização das culturais locais, caminha por vezes em sentido contrário. O caminho de investigação para identificar os grupos culturais da região do PCN foi mais dificultoso nas localidades em que a atividade turística encontra-se em estágio mais avançado (a exemplo de Barreirinhas e Jericoacoara). A roupagem do turismo do PCN propicia em muitos casos o desapego às ques-

tões culturais e maior enfoque na visitação dos espaços naturais, fato que, mesmo a curto prazo, pode resultar no distanciamento das populações locais com a sua cultura e, portanto, caminhando na contramão dos objetivos precípuos do turismo sustentável⁶.

Sendo assim, é fundamental que os estímulos à valorização do produto cultural na região do PCN sejam reproduzidos pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil por meio de projetos a longo prazo focados no resgate, na valorização e na consolidação da cultura como produto efetivamente turístico dos seus municípios.

Notas

¹ Exemplos destas abordagens diferenciadas podem ser observados em Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983), Hoffman (1984), Abranches (1985), Jaguaribe et al (1986), Bacha e Klein (1986), Albuquerque e Villela (1990), Rocha (1991), Faria (1992) e Nascimento (1993).

² Nascimento (1994) e Buarque (1994).

³ Os concursos pressupõem competição entre grupos em função de uma premiação. Já as apresentações são demonstrações públicas com pagamentos de cachês e sem competição.

⁴ Os seminários Construindo Soluções, fruto do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara – parceria entre Ministério do Turismo, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, Instituto Ambiental Brasil Sustentável e Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, consistiram em oficinas voltadas às discussões de potencialidades, problemas e suas soluções para os municípios turísticos da costa do Ceará, Piauí e Maranhão.

⁵ Uma das exceções é o ministro atual da cultura, Juca Ferreira.

⁶ Quando a prática turística se torna realidade em determinado lugar, mesmo que seja orientada para a sustentabilidade, com a predominância de baixos fluxos de turistas, os espaços locais são incessantemente invadidos pelo novo. O novo pode vir representado pelos visitantes com seus costumes, sotaques e línguas; construções civis atípicas; dinâmica nova em transportes e no modo de comerciar; novos moradores, enfim (CARVALHO, 2007).

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Os despossuídos: crescimento e pobreza no país dos milagres. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de e VILLELA, Renato. A Situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

BUARQUE, Cristovam. A Revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética. São Paulo: Paz e terra, 1994.

CARVALHO, Rossane C. Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA. 311p. Tese de Doutorado, CDS/Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DEMO, Pedro. A pobreza da pobreza. São Paulo: Vozes, 2003.

ESCOREL, Sarah. Vidas ao leu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. Novos Estudos Cebrap, 33, São Paulo, jul. 1992, p. 103-114.

HOFFMAN, R. A Pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980. VI ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, São Paulo, 1984, mimeo.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil: reforma ou caos. Rio de Janeiro: Paz e terra 1989.

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DO MEIO AMBIENTE - LIMA/COPPE/UFRJ, Ministério do Turismo – MTUR. Avaliação Ambiental Estratégica: linha de base aspectos do turismo na Costa Norte. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <http://www.lima.coppe.ufrj.br/aaecostanorte> Acessado em maio de 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes operacionais. Brasília, 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In Burzstyn, M. (Org.) No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, E. (Orgs). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas , resultados (quase) similares? In Diniz, E.; Leite Lopes, J. Sérgio e Prandi, R. (Orgs). O Brasil no rastro da crise. São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs–Hucitech-Ipea, 1994.

_____. Projetos nacionais e exclusão social. Planejamento e políticas públicas, 10, Ipea, Brasília, dezembro de 1993, p. 91-116.

BARROS, R. P.; CARVALHO, Mirela de. A política social brasileira. In: URANI, A.; ROURE, M. (Org.). Investimento privado e desenvolvimento: balanço e desafios. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2005, p. 109-131.

PASTORE, J.; ZYLBERSTJN, H. E PAGOTTO, C. S. Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?). São Paulo: Pioneira, 1983.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 2006.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata? (3. ed.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ROCHA, Sonia. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. Rio de Janeiro: IPEA, Boletim Conjuntural, n. 12, jan.1991, p. 35-39.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Jeffrey. O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Elimar Pinheiro do Nascimento é professor doutor em Sociologia, pós-doutor em Ciências Sociais e Diretor do CDS/UnB, elimarcds@gmail.com.

Helena Araújo Costa é professora do ADM/UnB, doutora em Desenvolvimento Sustentável e Mestre em Turismo, helenacosta@unb.br.

David Leonardo Bouças da Silva é Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão e Mestre em Desenvolvimento Sustentável, davidboucas81@hotmail.com

EM BUSCA DE PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DO TURISMO: OS OBSERVATÓRIOS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE E CRISTALINA

Luís Henrique de Souza
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo
Elisangela Aparecida Machado da Silva
Davi Bimbatti

Resumo

O planejamento e a gestão de destinos turísticos são tratados neste artigo a partir da experiência do projeto Observatório para o Turismo Sustentável, executado em 2008 nos municípios de Cavalcante/GO (localizado na Chapada dos Veadeiros, a 320km de Brasília) e Cristalina/GO (localizado a 138km de Brasília conhecido pelo artesanato de cristais e pelo agronegócio). O projeto foi realizado pelo Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília, com o objetivo de difundir informações e promover conhecimentos úteis sobre desenvolvimento sustentável do turismo por meio de uma gestão participativa do mesmo. Não se trata de um observatório comum, com um papel passivo de observação do que ocorre a partir da atividade turística em determinada região ou país. Ao contrário, trata-se de um observatório para o turismo cuja observação, em tempo real, permite perceber novas necessidades, bem como problemas locais ou regionais e, de imediato, interagir para intervenção nos processos de seu desenvolvimento. O Observatório para o Turismo Sustentável proposto é uma forma de organização para o planejamento e o monitoramento do turismo de forma participativa cuja metodologia estratégica consistiu na reunião de diferentes olhares mediante a criação de um comitê gestor como instância de governança local para o turismo.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento turístico participativo, observatórios, desenvolvimento local.

Abstract

The planning and management of tourist destinations are handled in this article from the experience of the Project Observatories for Sustainable Tourism, executed in 2008 in the municipalities of Cavalcante/GO (located in Chapada dos Veadeiros, about 320Km from Brasilia) and Cristalina/GO (municipality located 138Km from Brasilia, known for handicrafts of crystals and agribusiness). The Project was conducted by the Centro de Excelência em Turismo (CET) Universidade de Brasília, aiming to disseminate information and promote useful knowledge on sustainable tourism development through a participatory management of it. In this sense, it is not a common observatory, with a passive role of observing what happens from the tourist activity in a given region or country. Rather, it is an observatory for tourism whose observation, in real time, allows realizing new needs as well as local or regional problems, and immediately, interact to intervene in the processes of their development. The proposed Observatory for Sustainable Tourism is a framework to organize planning and monitoring of tourism development on a participatory methodology which consisted in a strategic meeting from different views by establishing a local governance for tourism as a manager committee.

KEYWORDS: tourism planning, observatories, local development.

OS OBSERVATÓRIOS DO TURISMO E OS NOVOS PARADIGMAS EM PLANEJAMENTO DE DESTINOS

Os destinos turísticos pautam-se por um ambiente de incertezas e pela crescente competitividade no plano global. Assim, o destino precisa manejar um conjunto de habilidades e competências a fim de consolidar a experiência turística. Um melhor aproveitamento das tecnologias da informação, a efetividade nas estratégias de segmentação e posicionamento do destino nos principais mercados emissores, a qualidade dos atrativos e dos serviços prestados pelos recursos humanos e, sobretudo, a pronta resposta às necessidades cada vez mais exigentes da demanda turística constituem desafios para a gestão de destinos. Em particular, isso se faz necessário em locais menos desenvolvidos, de forma a viabilizar o aproveitamento das belezas naturais e das especificidades culturais como atrativos turísticos.

Em função dos novos cenários, o sucesso do turismo depende muito da autenticidade e unicidade dos destinos (COSTA, 2001) e por este raciocínio, os destinos devem tomar o melhor de seus próprios recursos internos, devem evitar fuga de capitais, com menos importações e matérias-primas providenciadas localmente, enquanto os empregos devem ser prioritariamente para habitantes locais. Isso busca fortalecer a base econômica local, viabilizando a multiplicação de renda, produção e emprego, e impulsionando crescimento cumulativo. É possível ainda, com isso, atrair capital, investimentos e reconhecimento de uma imagem positiva do destino. Para Costa (2001), entre as novas abordagens ou paradigmas que irão sustentar a gestão do turismo local destacam-se: o planejamento visto como um processo de construção social, suportado por uma abordagem sistêmica, onde as políticas construídas devem levar em conta as caracte-

terísticas sociais, econômicas e físicas de cada destino; o planejamento turístico sustentado por participação pública, envolvendo representações de grupos da comunidade, da indústria do turismo, cidadãos, dentre outros, formando uma espécie de comitê gestor do turismo.

Nesse contexto, pesquisa e dados são essenciais para destinos turísticos e, assim, observatórios de turismo estão sendo lançados em vários países como França, Itália, Portugal e Espanha, atuando como agências de condução da governança dos destinos turísticos. Eles provêm empreendedorismo, informações de gestão e de planejamento para organizações, criam conhecimento e experiência que sustentam e fortalecem a competitividade dos destinos.

Esse tipo de iniciativa é particularmente importante em destinos pouco desenvolvidos e com turismo ainda incipiente. Nestes é preciso conduzir a gestão do turismo de forma compartilhada para, por um lado, transmitir experiência e conhecimento anterior sobre turismo e sustentabilidade, por outro, ouvir adequadamente a população local sobre suas necessidades e, finalmente, iniciar o planejamento, a gestão e o monitoramento do turismo analisando, discutindo e decidindo a partir de estudos, pesquisas e informações. Neste sentido o Observatório funciona como uma incubadora de gestão participativa.

As análises sobre a economia do turismo no Brasil, elaboradas pelo Núcleo de Economia do Turismo (NET) do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília, usando matrizes de insumo-produto e de contabilidade social, descreveram o turismo e suas relações econômicas (ANDRADE, et al, 2008), assim como o potencial de redução de pobreza e desigualdade que o setor tem, ao empregar mão de obra qualificada e de baixa renda para fornecer um serviço que é principalmente consumido pelos mais ricos. Mais que isso, esses estudos simularam aumentos de demanda turística para verificar o impacto sobre

a redução da pobreza e da desigualdade (TAKASAGO e MOLLO, 2008). Entre as conclusões dos mencionados trabalhos, cumpre aqui destacar que a redução da pobreza não pode ocorrer por meros mecanismos de mercado. A lógica de mercado, por meio de ofertas e procuras, beneficia os que destas participam com recursos reais ou monetários para tanto, enquanto a pobreza, por definição, é falta ou insuficiência desses recursos. Nesse sentido, a lógica mercantil exclui ao invés de incluir os mais pobres.

Independentemente das divergências sobre o diagnóstico das desigualdades, elas foram observadas com o processo de globalização, e a percepção das dificuldades para integrar ao processo produtivo em populações mais pobres e regiões e municípios menos desenvolvidos vem dando origem a trabalhos no mundo inteiro buscando formas alternativas à concorrência de mercado para implementar e gerir processos de produção e geração de renda e emprego. É o caso das análises e proposições de economias ditas populares, regidas por lógicas alternativas, entre as quais se destacam as ideias de economia solidária (SINGER, 2005; SINGER e SOUZA, 2003), economia do trabalho (CORAGGIO, 2005), ou economia de território (ZAPATA et al, 2007). É dentro dessa perspectiva, de criação de alternativas para inclusão produtiva e social de populações mais pobres e desenvolvimento do turismo de forma sustentável, que foram concebidos e planejados os chamados Observatórios para o Turismo Sustentável pelo CET-UnB.

Os Observatórios para o Turismo Sustentável, diferentemente dos demais observatórios, não são apenas bancos de dados e informações que possibilitam observar e analisar um determinado assunto, mas devem ser experiências de gestão participativa do turismo, ou incubadoras de gestão turística. Trata-se de envolver a comunidade residente no planejamento, no monitoramento e na avaliação do desenvolvimento local e regional do

turismo, de forma a minimizar problemas e prejuízos provocados pela atividade, potencializando ganhos de desenvolvimento local sustentável.

É uma ferramenta de desenvolvimento local pelo turismo onde efetivamente ocorre o ganho de poder de definição do seu próprio desenvolvimento por parte dos atores locais, definindo as prioridades para o turismo e executando os planos e projetos de forma participativa. Busca-se, ao longo do processo, garantir sustentabilidade ambiental, preservando a natureza e a infraestrutura local; cultural, preservando e valorizando a cultura local ao torná-la atrativo turístico; e econômico-social, ao garantir a retenção de renda e emprego evitando vazamento destes para regiões mais desenvolvidas. De forma a possibilitar o alcance desses objetivos, o projeto desenvolveu a metodologia apresentada a seguir.

A METODOLOGIA PARTICIPATIVA DOS OBSERVATÓRIOS

A metodologia do Observatório para o turismo sustentável, aplicada nos municípios de Cristalina/GO e Cavalcante/GO, empreendeu as seguintes etapas:

a) Formação da equipe técnica e composição dos comitês gestores

A equipe técnica do projeto foi constituída por profissionais com formações acadêmicas diversas, incluindo Turismo, Economia, Comunicação, Geografia, Biologia, Informática e Arquitetura, compondo, dessa forma, uma equipe multidisciplinar. Em seguida, formaram-se os comitês gestores que, ao serem representativos das comunidades locais, e permitirem o planejamento, a gestão e o monitoramento do desenvolvimento do turismo de forma compartilhada, garantem o apoderamento da ferramenta pela população local, que ganha assim, poder de determina-

ção sobre o seu desenvolvimento. Os estudos indicam a necessidade de criação de sinergias entre os diversos envolvidos e afetados pelo turismo de forma a possibilitar o melhor desempenho do setor e criar uma imagem coerente do destino junto ao turista (SPEZIA e SOUZA, 2008). É necessário reconhecer e fortalecer organizações geridas de forma compartilhada pelo poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino dos municípios componentes da região turística. Essas organizações são as instâncias de governança regionais. O Ministério do Turismo define governança como a capacidade de governar que pressupõe “uma administração participativa que envolve as populações locais na elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas”. (MINTUR, 2007, p. 16).

A partir destes pressupostos, a equipe responsável pelo projeto convocou as principais lideranças do turismo nestes municípios e solicitou-lhes que propusessem os comitês gestores, atendendo à premissa de representatividade dos diversos atores e segmentos do turismo local (nas áreas de alimentação, alojamento, lazer etc. e representantes da comunidade afetados pelo turismo e mesmo turistas mais frequentes), ressaltando apenas que o número de participantes não excedesse a 12 componentes. Esta limitação buscou evitar a perda de agilidade nas discussões e definições. Uma vez constituídos os comitês gestores em Cristalina e Cavalcante, iniciaram-se os trabalhos para a implantação local dos Observatórios.

b) Aplicação da metodologia participativa

A metodologia dos Observatórios tem e teve como premissa envolver a comunidade com o processo de desenvolvimento turístico, de forma a ouvi-la, no que tange a suas necessidades e dificuldades, mas também quanto à melhor forma de planejar e monitorar as atividades produtivas relacionadas ao turismo. Neste processo, coube

à equipe da Universidade contribuir com os conhecimentos disponíveis, assessorando os Observatórios quanto ao estímulo à discussão e debates coletivos para a definição de qual o “turismo” desejado. Coube ainda, com base na experiência da equipe com a atividade turística, e em processos de gestão do desenvolvimento turístico, organizar, com a comunidade onde se instalaram os Observatórios, o processo de gestão participativa do desenvolvimento, discutindo as questões relacionadas à sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, de forma a permitir um desenvolvimento local a partir dessa perspectiva.

Os Observatórios para o Turismo Sustentável funcionaram como fóruns de discussão de gestão do turismo e definição das ações prioritárias a serem implementadas em diferentes escalas de tempo. Foi, portanto, a forma como se projetou o comitê gestor e o seu funcionamento que garantiu o caráter participativo e compartilhado do planejamento e gestão do turismo em Cavalcante e Cristalina.

c) Funcionamento dos Observatórios

Uma vez compostos os comitês gestores de cada município e definidos os espaços físicos para suas respectivas sedes, os Observatórios funcionam a partir de reuniões mensais. Estas são formas de organização da discussão dos trabalhos apresentados pela equipe do projeto ou outros convidados, das propostas decididas pelos comitês ou pela comunidade local e trazidas pelos comitês para discussão. É também nelas que se fazem os relatos e as avaliações das providências tomadas. Assim, não apenas elas permitem o planejamento do desenvolvimento do turismo, mas podem também avaliá-lo em tempo real, evitando e resolvendo de forma rápida os eventuais problemas. Tudo isso discutido, analisado e definido de forma participativa. Em poucas palavras, uma forma de gestão compartilhada. Observe-se que esse processo exige

a cooperação de todos numa atividade econômica, quando o habitual é o comportamento econômico se pautar pela competição, ao invés da cooperação. Assim, foi preciso insistir, em Cavalcante e Cristalina, desde o início, na necessidade e no interesse de um comportamento cooperativo e na gestão compartilhada.

Tendo em vista que esse é um aprendizado também coletivo, e dado que o objetivo é garantir resultados positivos ao longo de todo o processo, maximizando os benefícios da atividade turística e reduzindo seus problemas, esta metodologia de planejamento turístico propôs, desde a sua implantação, a realização de um evento ligado ao desenvolvimento turístico para gerir coletivamente. Com isso, não apenas se inicia o processo de trabalho em parceria, mas ficam claros, desde o princípio, os ganhos da cooperação, em particular numa atividade como o turismo que, por definição, envolve de forma complementar tantos setores e atinge todos na localidade receptora. Dessa forma, o funcionamento do Observatório ou período de incubação do processo de gestão se encerra com a avaliação dos eventos planejados e dos seus impactos sobre o turismo local, num período próximo a 12 meses.

Neste ponto, cumpre destacar que o funcionamento dos Observatórios dependia de mão de obra para a preparação da logística das reuniões do comitê gestor, para garantir a motivação e participação de seus membros. Para esta finalidade, o projeto previu a contratação de um coordenador local para cada um dos municípios e a formação de uma equipe de estagiários, todos nativos ou residentes nos municípios. Na Universidade, formavam a equipe um coordenador executivo, encarregado de organizar e realizar as reuniões dos comitês gestores durante o período de incubação e pelos estágios nas localidades; um coordenador técnico, responsável pelas pesquisas turísticas; e um coordenador conceitual, a quem coube articular as

discussões, análises e propostas de adaptação da metodologia.

d) Realização dos eventos metodológicos

Concebido como um método de aprendizado coletivo foi proposto aos comitês gestores dos Observatórios que planejassem e executassem coletivamente um evento ligado ao desenvolvimento turístico. O planejamento e a execução dos eventos foram acompanhados de algumas premissas. Em primeiro lugar, garantir a retenção da renda gerada na região receptora e a máxima incorporação da população local nos ganhos provenientes destes eventos, ampliando, dessa forma, a inclusão social e produtiva dos residentes. Em segundo lugar, garantir o usufruto do evento criado pelos residentes. Finalmente, se possível, estimular a relação do evento com a cultura local, para valorizá-la e potencializá-la como atrativo turístico.

e) Os métodos de comunicação e a mobilização da comunidade

A concepção dos Observatórios como incubadoras de gestão participativa só faz sentido quando o objetivo da participação é ouvir bem e atender de forma precisa aos anseios da população residente, garantindo que ela participe dos ganhos do desenvolvimento do turismo. Assim, é fundamental a criação de canais de comunicação com a comunidade.

O primeiro canal é aberto quando o comitê gestor é bem representativo da comunidade, possibilitando a inclusão social pelo turismo. O segundo canal de comunicação encontra-se na escolha de residentes como representantes do Observatório na localidade onde ele se instala, assim como para entrevistadores das pesquisas, para realização de outras eventuais tarefas que se mostrem necessárias. O terceiro canal facilita desde o início a comunicação entre os membros do comitê gestor, a equipe da universidade e também a comunidade interna e externa ao Observatório. Trata-se da página do Observatório na rede

mundial de computadores. Para tanto, foi fundamental, logo no início da implantação, contar com uma página na internet (www.cet.unb/observatorio), onde o Observatório foi sendo construído com o conhecimento e a participação de todos. Para isso foi necessário disponibilizar um computador e uma impressora para cada localidade.

O quarto canal é criado pelo coordenador executivo do projeto por meio de estadias mais prolongadas na região do Observatório. Nestas estadias, assim como no contato com o comitê gestor, precisam ser criadas várias formas de mobilização da comunidade, a começar pela mobilização do comitê gestor no planejamento e cumprimento das tarefas, passando pela divulgação dos trabalhos do Observatório, para prestar contas à população local das realizações do mesmo, assim como reuniões, palestras e outras informações relativas aos trabalhos realizados pelos comitês e a respeito do que pensa e o que deseja a comunidade do turismo local. O quinto canal utiliza as mídias tradicionais de comunicação, a exemplo do rádio e televisão, que de forma espontânea geram matérias e releases sobre o Projeto.

RESULTADOS DO PROJETO

O Observatório para o Turismo Sustentável em Cavalcante se originou de preocupação das principais lideranças do turismo local com o aumento da demanda turística em função da iminente criação no município de uma nova entrada para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e acessos aos atrativos como trilhas e cachoeiras. A ideia central residia em evitar os erros verificados em destinos turísticos de natureza sobressaltados por intensos fluxos turísticos. Pretendia-se para a região um turismo mais sustentável. Por sua vez, o Observatório de Cristalina também teve origens no interesse do poder público local em

umentar as fontes de renda e emprego da região mediante o aumento da permanência dos turistas que se dirigem ao município buscando o artesanato feito de cristais e de turistas de negócios centrados na produção agrícola. Neste âmbito, apostou-se no aproveitamento do potencial em atrativos naturais como cachoeiras, reservas particulares de proteção à natureza e formações geológicas singulares para manter o turista de compras e de negócios por mais tempo no município.

Com estes pressupostos iniciaram-se as reuniões dos comitês gestores em cada município. Na primeira reunião, o comitê gestor do Observatório de Cavalcante destacou a necessidade de escolher segmentos específicos, em termos de demanda turística, para serem incentivados a visitar a região. Para tanto, seria imprescindível conhecer o perfil do atual turista de Cavalcante e suas impressões sobre este destino. Também foi apontada a necessidade de obter dados, indicadores e monitorar o processo de desenvolvimento e a preocupação em levar o turismo como tema transversal ao ensino médio e fundamental da rede escolar e, de igual modo, manter vivas as manifestações culturais do povo quilombola Kalunga que habita a região. Por fim, foram manifestadas preocupações com a baixa qualificação da mão de obra local, levantando-se a necessidade de realização de programas de capacitação profissional em turismo. Nesta efervescência de ideias, emergiram, mediante o debate público, as primeiras prioridades e estratégias para o desenvolvimento do turismo local de Cavalcante.

Em Cristalina, destacaram-se problemas de infraestrutura, a falta de qualidade em muitos dos meios de hospedagem e a necessidade de cursos de capacitação para a mão de obra empregada no turismo. Também se identificou a necessidade de instalação de um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), de treinamento de guias, de educação turística nas escolas e divulgação nos meios de comunicação

das propostas do Observatório, assim como se sugeriu a mobilização de estudantes, por meio dos grêmios, de forma a envolvê-los no desenvolvimento do turismo local.

Nas demais reuniões, prosseguiram as discussões sobre o andamento das ações prioritárias, havendo sempre apresentação dos resultados dos trabalhos designados tanto para a equipe do projeto, como os atribuídos ao comitê gestor. Com frequência, estas reuniões eram oportunidades para a apresentação e posicionamento de novos projetos, normalmente desencadeados pelas ações do Observatório, além do registro da presença de novos parceiros que tomavam conhecimento da mobilização do Observatório e manifestavam o interesse em contribuir com a gestão participativa do desenvolvimento turístico. Estas discussões foram orientadas e sustentadas pelos mencionados trabalhos de pesquisa que couberam à equipe da Universidade responsável pelo projeto, em particular os diagnósticos econômico e social e as pesquisas de perfil do turista e de satisfação da demanda, realizados para cada localidade. Na altura da sétima reunião, realizou-se a avaliação da implantação dos Observatórios. Por fim, na décima reunião, houve a preparação para a desincubação do processo de gestão, ou seja, sua entrega aos comitês, para conduzi-lo sem a participação da equipe da Universidade responsável pelo projeto.

Importa destacar que os dois Observatórios, embora aplicando-se a mesma metodologia, obtiveram resultados distintos. Ao longo de todo o processo, observou-se em Cristalina menor envolvimento, principalmente em sua fase inicial, assim como dificuldades para convergência de objetivos a serem definidos. Em parte isso decorreu da menor importância que o Observatório teve no início para as pessoas do chamado trade, mais relacionadas com o turismo de negócios, que se desenvolve independentemente do Observatório. Além disso, a iniciativa do mesmo partiu do poder municipal,

e a maior parte do comitê gestor era de pessoas ligadas à administração pública, o que pode tê-los deixado, no início, pouco interessados no assunto.

O envolvimento com a comunidade local foi tentado desde o início, em Cristalina, com a articulação do Observatório com representante de um dos assentamentos agrícolas, de forma a estreitar laços comerciais e garantir ganhos econômicos para maior número de residentes. Além disso, houve contato com lideranças estudantis organizadas e com a Rede Terra, encarregada de promover plantios sustentáveis do ponto de vista ambiental e ecológico.

Ao contrário, em Cavalcante, constatou-se desde o início, o interesse e a percepção da importância do Observatório para o desenvolvimento sustentável do turismo local, como instrumento para a geração de emprego e renda no município. Dessa forma, o trade, o poder público e a comunidade residente, particularmente os Kalungas, envolveram-se na discussão e nas providências discutidas e decididas nas reuniões do Observatório. Foi como se Cavalcante estivesse muito consciente da sua vocação, concedora de suas limitações em infraestrutura e mobilizada para atrair um turista de qualidade com maior poder aquisitivo, que preservasse a cultura e as tradições locais. Assim, as reuniões do comitê gestor em Cavalcante eram sempre bastante disputadas em termos de participantes com discussões relevantes para a construção de um modelo de desenvolvimento em turismo de forma sustentável.

À medida que a metodologia ganhava repercussão, vários parceiros se interessavam em conhecer a metodologia e contribuir para o desenvolvimento participativo instalado e, nessa circunstância, o Observatório abraçou pessoas de outras organizações como, por exemplo, em Cavalcante, a Direção do Parque Nacional da Cha-

pada dos Veadeiros, o Presidente da Associação Brasileira de Municípios, a Goiás Turismo, o Sebrae-GO, o Projeto Brasil Local. Em Cristalina, participaram representantes da mencionada Rede Terra.

Importante observar também que, foi proposto que os comitês gestores treinassem a gestão participativa do turismo planejando e organizando um evento para atração de turistas. Estes foram discutidos e planejados, desde a primeira reunião, em cada localidade. Naturalmente, com a aproximação da data do evento, houve a necessidade de realização de uma série de reuniões extraordinárias, o que representava um amadurecimento dos comitês gestores no cumprimento do desafio da gestão participativa.

A partir do 3º mês de implantação dos Observatórios, com maior facilidade em Cavalcante, mas seguido pouco depois por Cristalina, foram definidos com maior precisão os eventos a serem organizados e as campanhas e providências necessárias. Em Cavalcante, o evento escolhido foi a I Mostra de Cinema Etnográfico de Cavalcante, realizado entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2008. Em três dias de exibição, a mostra contemplou vídeos etnográficos, em especial documentários, curtas, mídias e longas-metragens. Atenção especial foi dispensada ao resgate e compilação das produções existentes sobre a comunidade Kalunga (e quilombolas em geral) e os índios Avá-Canoeiro, bem como produções que retratam as tradições culturais dos povos da Chapada dos Veadeiros. Na programação da mostra destacou-se a exposição de fotografias com o tema Cavalgada Científica Kalunga, mesa-redonda com tema cinema etnográfico e atrações musicais da região. O motivo principal para a escolha do mês de dezembro assentou no intuito de fortalecer o fluxo turístico nesse período, considerado de baixa temporada para

o destino. Dessa forma, a I Mostra de Cinema Etnográfico de Cavalcante buscou criar uma demanda específica para o segmento turístico e incrementar o calendário cultural do município.

Em Cristalina, de forma a desenvolver aquilo que pareceu ao comitê gestor mais de acordo com os interesses da comunidade local, foi organizado o 1º Encontro Estudantil com a Agricultura Familiar de Cristalina (EAF). O objetivo do evento foi aproximar e divulgar o trabalho da agricultura familiar junto à comunidade, bem como propiciar lazer e cultura aos estudantes. Embora o evento fosse menos ligado à atração de turistas, buscava maior envolvimento da comunidade local com as ações do Observatório. Além disso, estimular-se-ia maior conhecimento da questão da sustentabilidade ambiental necessária ao desenvolvimento do turismo e do próprio turismo, a partir de então, uma vez que as ações do Observatório chegariam mais facilmente aos estudantes e, por meio deles, a suas famílias e demais relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Observatório para o turismo sustentável trouxe para os municípios de Cavalcante e Cristalina uma experiência de sucesso em termos de aplicação de uma metodologia participativa para o desenvolvimento do turismo, a julgar pelas avaliações realizadas localmente pelos comitês gestores. A participação da Universidade foi fundamental na elaboração das pesquisas e na condução das primeiras análises e discussões, organizando a gestão participativa. Por meio da composição de comitês gestores, tornou-se possível a convergência cooperativa de esforços no sentido de viabilizar o turismo local como atividade econômica para estes destinos. As discussões que vieram à baila ao longo das reuniões dos comitês gestores permitiram aprofundar análises sobre a valoriza-

ção da cultura autóctone, a melhoria das infraestruturas e da qualidade na prestação dos serviços turísticos e a necessidade de evitar vazamentos de renda e emprego das localidades.

Desde o início foi possível perceber uma vocação mais madura em Cavalcante para o turismo, e uma consciência maior desta vocação, a julgar pelo sucesso em que foi empreendido o evento I Mostra de Cinema Etnográfico de Cavalcante, pela assiduidade dos membros do comitê gestor, pelas discussões e debates, pela quantidade de parceiros e convidados presentes nas reuniões e pela continuidade de uma série de projetos locais derivados da metodologia do Observatório. Destaque-se, em particular, o sucesso do evento para valorização da cultura local e para atração de turistas em baixa temporada.

No caso de Cristalina, o problema desde o início não era ampliar a lotação dos hotéis, de resto lotados ao longo da semana com turistas de negócios. Os representantes do comitê gestor, formado por pessoas com relações econômicas ligadas direta ou indiretamente ao turismo, não mostraram a mesma assiduidade nem o mesmo compromisso observado em Cavalcante. Além disso, logo ficou claro que independentemente do trabalho e do papel do comitê gestor, o trade ia muito bem e prosperava com os negócios realizados com a agricultura, fonte maior de renda da região, em particular a grande agricultura irrigada.

Assim, não se mostrava prioritário o melhoramento do atendimento ao turista ou a melhoria das instalações, como parecia no início, e como se diagnosticava como condição para o desenvolvimento do turismo de fim de semana usando os atrativos naturais locais. Isso porque o turismo de negócios, atendendo aos negócios gerados pela agricultura de irrigação se encontra bem desenvolvido. Neste sentido, o desenvolvimento do turismo de natureza ou ecoturismo, logo se mostrou menos importante. Observe-se, porém, que até para que essa percepção fosse possível, foram fun-

damentais as reuniões do comitê gestor. Além disso, as pesquisas mostraram que o número de turistas de lazer hospedando-se em casas de parentes não é desprezível, abrindo novas possibilidades para o planejamento turístico local.

Ao mesmo tempo, desde o início ficou clara a necessidade de articular os produtores agrícolas assentados ao turismo. Por um lado, cabia desenvolver na região uma estrutura produtiva mais articulada no interior de Cristalina ou na região próxima, de forma a ganhar com os efeitos de encadeamento, por meio da compra e venda de insumos entre os setores, de forma a reter renda na região e garantir assim maior geração de empregos e renda locais. A ideia era planejar e fechar acordos entre os assentamentos e os setores relacionados ao turismo (nas áreas de alojamento e alimentação, em particular), por meio da compra de insumos. Esta articulação não apenas foi discutida no comitê gestor, mas parece-nos hoje uma forma de potencializar o desenvolvimento local e torná-lo mais abrangente, incluindo maior número de beneficiados.

Os exemplos de Cristalina e Cavalcante são elucidativos quanto à necessidade de se mergulhar na realidade local dos destinos, nos mais amplos aspectos, (econômicos, sociais, históricos, culturais, geográficos, políticos etc.) e envolver seus participantes para se iniciar um processo de gestão do desenvolvimento do turismo. Cada destino guarda em si suas complexidades, especificidades e necessidades próprias, que devem ser consideradas em propostas metodológicas como a do Observatório para o turismo sustentável.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, J. P.; DIVINO, J. A.; MOLLO, M. L. R.; TAKASAGO, M. (Orgs.). A Economia do Turismo no Brasil. Brasília: Senac, 2008.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho: uma alternativa racional à incerteza. Diniz, C. C. e Lemos, M. B. (Orgs.). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COSTA, C. An emerging tourism planning paradigm? A comparative analysis between town and tourism planning. *International Journal of Tourism Reserach* 3: 425-441, 2001.

MINTUR. Institucionalização da instância de governança regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

SINGER, P. A economia solidária. *Revista Teoria e Debate* n. 47, fev./mar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. E.; SOUZA, A. (Orgs.) A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SPEZIA, D. S.; SOUZA, L. H. Planejamento e organização do turismo. Disponível em <http://cetunb.tempsite.ws/formatur/file.php/14/disciplina12.pdf>. Acesso 03/12/2008.

TAKASAGO, M. e MOLLO, M. L. R. Economia do Turismo e Combate à Pobreza no Brasil: potencialidades e o papel do governo na redução de desigualdades, *Turismo em Análise*, v. 19, n. 2, jul./2008.

ZAPATA, T., AMORIM, M. e ARNS, P. Desenvolvimento territorial a distância, Florianópolis/Brasília: Universidade Federal de Santa Catarina/Secretaria de Educação a Distância/Ministério da Integração Nacional, 2007.

Luís Henrique de Souza é professor assistente do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS, luís_rce@yahoo.com.br).

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo é professora titular da Universidade de Brasília e pesquisadora do Núcleo de Economia do Turismo do Centro de Excelência em Turismo da UnB, mlmollo@unb.br

Elisangela Aparecida Machado da Silva é gerente de turismo do Centro de Excelência em Turismo da UnB. eams@unb.br;

Davi Bimbatti é analista em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da UnB, bimbatti@unb.br.

SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL ACERCA DA REDUÇÃO DO USO DE SACOLAS PLÁSTICAS NO SUPERMERCADO ESCOLA, VIÇOSA, MG

Leonardo Alves de Oliveira Silva
Laércio Antônio Gonçalves Jacovine
Claudinei Heleno da Silva
Rosilene Aparecida do Nascimento
Gínia César Bontempo
Fabiano Luis da Silva
Sabina Cerruto Ribeiro
Renata Bressan Emidio

Resumo

A atual sociedade insere-se numa economia do descarte, em que os produtos apresentam baixa durabilidade, destacando-se as sacolas plásticas. Tais sacolas têm alta praticidade, entretanto, trazem vários problemas ambientais como: poluição visual, entupimento de bueiros, malefícios à fauna marinha etc. O projeto intitulado Sacola Legal, desenvolvido no Supermercado Escola, localizado no Campus da Universidade Federal de Viçosa em Viçosa, MG, teve início em 2008, onde fez-se um diagnóstico quanto ao consumo de sacolas plásticas. Em 2009, o projeto trabalhou a sensibilização ambiental, com os funcionários e clientes, visando à racionalização do uso das sacolas plásticas, além de propor medidas alternativas à utilização das mesmas. Dentre as ações realizadas até o momento destacam-se: observação do comportamento dos embaladores e consumidores junto aos caixas do Supermercado Escola; controle no estoque para verificação do consumo de sacolas; aplicação de entrevistas aos clientes e funcionários; e formação de comissão. Com a análise das entrevistas pôde-se perceber que 97% dos clientes e 97% dos funcionários acreditam que as sacolas plásticas causam problemas ambientais, dentre outros. Conclui-se através dos resultados obtidos que é necessário trabalhar a Educação Ambiental com os clientes e funcionários.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental, sacolas plásticas, supermercado, problemas ambientais

Abstract

The current society is part of a disposal economy, where products have low durability. Examples of this are plastic bags, which have high practicality, but cause several environmental problems such as visual pollution, clogging culverts, disturbs to marine fauna, etc. The project entitled "Sacola Legal", developed in the Escola supermarket, located on the campus of the Federal University of Viçosa, in Viçosa, MG, started in 2008. This project did a diagnosis regarding the consumption of plastic bags. In 2009, the project has developed actions of environmental awareness with employees and customers, seeking to use plastic bags in a rationale way. Moreover, other alternative ways to the use of this material have been proposed. Among the actions, four of them could be highlighted: observation of customers and packers behavior in the Escola Supermarket; control in the stock to verify the consumption of bags; interviews with customers and employees; and creation of a committee. The analysis of interviews shows that 97% of consumers and 98.5% of employees believe that plastic bags cause environmental problems, among others. Hence, the results allow concluding that is necessary to join employees and consumers in environmental education activities.

KEYWORDS: environmental education, plastic bags, supermarket, environmental problems

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico atual acarretaram inúmeros benefícios à sociedade (ROLIM, 2000). No entanto, estes benefícios aliados ao crescimento populacional e a um consumo inadequado, desencadearam diversos efeitos colaterais. Entre eles, destaca-se a poluição, principal agente de degradação do meio ambiente e responsável pela redução da qualidade de vida do homem. Sendo assim, é importante que temas que abordem estas questões sejam discutidos, principalmente no meio acadêmico. Com esta preocupação, o presente artigo visa abordar a questão das sacolas plásticas dentro da comunidade acadêmica.

O trabalho tem sido desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizada na cidade de Viçosa, MG, e representa uma oportunidade de maior interação entre o ensino e a pesquisa, assim como entre os pesquisadores, a comunidade acadêmica, clientes e funcionários do Supermercado Escola. O referido supermercado situa-se no campus da UFV, e está vinculado à Fundação Artur Bernardes (Funarbe), uma instituição de amparo à UFV.

O projeto denominado Sacola Legal teve início em 2008, quando foi proposto à gerência do Supermercado Escola, uma parceria com o Departamento de Engenharia Florestal (UFV). Tal parceria teve como ação motivadora, a redução do uso das sacolas plásticas, bem como propor alternativas ao uso convencional.

De acordo com Fabro, Lindemann e Vieira (2007), os sacos plásticos foram introduzidos na década de 1970 e rapidamente ganharam aceitação popular, principalmente através da distribuição gratuita feita por supermercados e lojas. Dessa forma, o hábito de ter embaladas as compras em sacos plásticos acabou sendo incorporado pelo consumidor, que passou a depender muito de tais sacos para transportar os objetos.

As sacolas plásticas são comumente utilizadas nos diversos estabelecimentos comerciais e tornaram-se muito úteis devido a sua alta praticidade, sendo consumida em diversos países. Entretanto, em virtude desse alto consumo, diversos problemas de ordem socioambiental têm ocorrido. As sacolas plásticas proporcionam comodidade na vida dos cidadãos de centros urbanos, visto que na ausência dos avanços tecnológicos que contribuíram para o advento dessas sacolas, não haveria como prover o abastecimento e a segurança satisfatória às pessoas. O problema é que depois de usadas, as sacolas plásticas são agregadas ao lixo urbano e terminam em lixões e aterros sanitários. Nesse contexto, Vilas Boas (2006) acredita que:

“A preocupação com o impacto ambiental e o conseqüente dano a imagem de uma marca pode ser um tocante às empresas quanto à substituição das ultrapassadas sacolas plásticas por sacolas de papel cartão ou papel, haja vista que embalagens celulósicas sem revestimento ou revestidas com materiais biodegradáveis, podem apresentar uma melhor degradabilidade e um menor índice de descartes, já que permitem uma reutilização mais flexível (VILAS BOAS, 2006, p. 12)”.

Dentre os diversos problemas causados pelas sacolas plásticas, está a sua destinação inadequada aos lixões. No Brasil, aproximadamente 9,7% de todo o lixo é composto por saquinhos plásticos. Além disso, a produção do plástico é ambientalmente nociva. Para produzir uma tonelada de plástico são necessários 1.140 kw/hora (esta energia daria para manter aproximadamente 7.600

residências iluminadas com lâmpadas econômicas por 1 hora), sem contar a água utilizada no processo e os dejetos resultantes (SER MELHOR, 2007).

Segundo Fabro, Lindemann e Vieira (2007), o plástico é um material que existe há pouco mais de um século, e ainda não se sabe ao certo quanto tempo ele leva para se decompor, sabe-se apenas que é maior que 100 anos. O potencial de danos que o plástico pode causar ao meio ambiente é enorme, pois quando jogado em ecossistemas terrestres ou aquáticos prejudica seriamente a flora e fauna aí existentes.

Outro problema que merece destaque é o entupimento de bueiros e a poluição de cursos d'água, os quais contribuem para as inundações e retenção de mais lixo. A reciclagem desse produto também é um problema, pois dado o seu baixo peso específico e o seu baixo valor, não há interesse dos catadores de papel e nem da indústria na sua reciclagem. Com isso, as sacolas ficam espalhadas por diversos lugares causando um impacto visual negativo.

Este projeto está inserido em uma universidade pública, sendo de suma importância para enfatizar a relevância da questão socioambiental, pois é neste contexto que se encontram os profissionais envolvidos com pesquisa, ensino e extensão visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Com a mundialização dos efeitos decorrentes da degradação ambiental, e os desdobramentos da globalização econômica e cultural, surgiu um movimento favorável à consciência ecológica global. Leff (1993) esclarece que o ambientalismo questiona a racionalidade da civilização ocidental, que na sociedade industrial de consumo teria gerado um crescente processo de racionalização formal e instrumental, estimulando a sociedade a crer no cálculo econômico, no controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência dos seus meios tecnológicos.

Tigre (1994) considera que o mercado tem sido o maior impulsionador dessa mudança de postura das empresas, pois, em função da competitividade, tem exigido maior responsabilidade delas não só em relação à qualidade do produto fabricado, mas também em relação a uma ética ambiental. Há, portanto, pressão dos mercados no sentido de privilegiar processos industriais e produtos que não agridam ou agridam menos o ambiente. A partir da década de 80, o critério de sustentabilidade começa a ser utilizado por gestores empresariais, devido ao surgimento de um mercado consumidor. Assim, inicia-se uma tendência de que aquilo que é ambientalmente adequado possui um fator de maior diferenciação no mercado e de maior aceitabilidade pelo consumidor.

Atualmente o mundo vem passando por sérios problemas de caráter ambiental, como poluição do ar, da água, do solo, aquecimento global, perda da biodiversidade, extinção da flora e fauna, entre tantos outros que comprometem a existência humana. Estes fatos têm sido cada vez mais debatidos e vêm ganhando destaque na mídia, bem como no meio acadêmico. Desta maneira, a sociedade tem buscado alternativas para evitar uma maior disseminação do caos. É neste contexto que a educação ambiental, por meio da sensibilização, busca valores que conduzam a uma convivência harmoniosa entre o ser humano e o ambiente em que este vive. Quintas (2001), afirma que:

"[...] à educação ambiental caberia, promover a mudança de comportamento do sujeito em sua relação cotidiana e individualizada com o meio ambiente e os

recursos naturais, objetivando a formação de hábitos ambientalmente responsáveis no meio social. Essa abordagem evidencia uma leitura crítica e ingênua da problemática ambiental e aponta para uma prática pedagógica prescritiva e reprodutiva. Assim, a transformação da sociedade seria o resultado da transformação individual dos seus integrantes (QUINTAS, 2001, p. 43)“

O atual modelo de desenvolvimento econômico tem levado a uma predominância da visão economicista sobre o meio ambiente e tem gerado um agravamento das questões ambientais, e com isso, assolado a população mundial. Temas como aquecimento global, escassez de água, crise energética e produção maciça de resíduos sólidos têm sido debatidos constantemente pela mídia. Estes fatos ressaltam a importância da educação ambiental, como forma de sensibilizar a população. Nesse contexto, Neves (2001) enfatiza que a vê como uma estratégia frente às questões ambientais.

“Em função desse problema identificado como crise ambiental decorre a inserção da educação ambiental percebida como uma das importantes estratégias na construção de uma nova mentalidade e um novo modelo de desenvolvimento com utilização sustentada dos recursos naturais, levando em conta no seu processo à concepção de crescimento com equidade social e equilíbrio ecológico (NEVES, 2001, p. 02)“.

Entretanto, é somente após a 2ª Guerra Mundial que as questões ambientais passaram a ser discutidas em âmbito mundial, emergindo movimentos de cunho conservacionistas com o propósito de frear o desenvolvimento econômico predatório dos recursos naturais, e propor outras formas de desenvolvimento que não agridas tão negativamente o meio ambiente. Essa forma de desenvolvimento é conhecida como desenvolvimento sustentável, pois procura criar uma harmonia entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Neste sentido, foi realizada em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano em 1972, na qual estabeleceram o Plano de Ação Mundial e a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano.

Todavia, segundo Rodrigues e Rodrigues (2001), na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, na Geórgia (CEI), foram definidos os objetivos da educação e do ensino formal. Nessa conferência definiu-se a educação ambiental como sendo:

“[...] uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (UNESCO e IBAMA, 1997 apud RODRIGUES e RODRIGUES, 2001, p. 15).

Em muitos casos, a sensibilização ambiental ainda não está consolidada, sendo necessário trabalhá-la, por meio da educação ambiental. A efetivação da sensibilização é fundamental para a sobrevivência humana no Planeta, uma vez que é necessário modificar os hábitos humanos e com isso afetando todos os indivíduos da sociedade.

METODOLOGIA

Em 2008, foram realizadas observações empíricas junto aos caixas do supermercado com o objetivo de coletar informações referentes ao número de produtos colocados por sacola, a fim de otimizar o seu uso.

Dados quantitativos acerca do consumo de sacolas plásticas no supermercado foram obtidos por meio do controle de estoque, o qual foi monitorado entre os meses de junho e agosto de 2008. Inicialmente, foi contabilizado o número de sacolas presentes em um fardo de 1kg. A partir disso, por proporcionalidade obteve-se o número de sacolas plásticas consumidas diariamente e mensalmente, já que todos os pacotes foram enumerados e retirados em ordem numérica pelos funcionários.

No mês de junho foram realizadas 100 entrevistas semiestruturadas (Anexo 1) com clientes do supermercado. Em seguida, os dados foram tabulados e apresentados por meio de gráficos à gerência e aos funcionários do supermercado. Na continuação do projeto, em 2009, mais precisamente nos meses de janeiro e fevereiro, foram realizadas entrevistas (Anexo 2) com os funcionários do supermercado, tendo por finalidade verificar se houve uma sensibilização por parte destes, mediante a apresentação dos resultados das entrevistas feitas aos clientes e palestra que abordou questões ambientais. Após a aplicação das entrevistas, os dados foram compilados e os gráficos gerados, sendo também apresentados em uma reunião junto à gerência e aos funcionários. Em seguida, foi proposta a formação de uma comissão composta por funcionários e clientes, a fim de dar prosseguimento ao projeto juntamente com os membros já envolvidos. Essa comissão foi formada com a livre manifestação dos funcionários presentes na reunião e que tiveram seus nomes anotados para esclarecimentos posteriores, acerca do objetivo da comissão.

Anexo 1

Roteiro de entrevista aos clientes do Supermercado Escola

Data:

1. Você pertence a qual categoria?

- professor estudante
 servidor outra

2. O que você acha do número de sacolas plásticas utilizadas para embalar suas compras?

- Poucas sacolas para a quantidade de produtos
 Adequado a quantidade de produtos
 Muitas sacolas para a quantidade de produtos

3. Você tem hábito de levar alguma sacola de casa quando vai fazer suas compras?

- SIM NÃO

4. Quando você vem de carro para fazer compras, tem hábito de pedir caixa de papelão para colocá-las?

- SIM NÃO

5. Quais as utilidades que você dá às sacolas plásticas que vão em suas compras?

6. Você acha que as sacolas plásticas causam algum impacto ao meio ambiente?

- SIM NÃO

7. Você teria disponibilidade em optar por outras sacolas diferentes das que são usadas?

- SIM NÃO

8. Quais tipos:

- De pano TNT De plástico mais resistente
 De nylon De juta Outras

9. Você tem conhecimento das sacolas oxibiodegradáveis?

- SIM NÃO

10. O Supermercado Escola adotou sacolas oxibiodegradáveis, o que você acha disso? Por quê?

Anexo 2

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Engenharia Florestal
Super Ecológico
Projeto Sacola Legal

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:
Função:
Gênero: Masculino Feminino
Idade:
Escolaridade:
 até a 4ª série até a 8ª série até o 3º ano do Ensino Médio
 Superior completo Superior incompleto
Rua:

1. Qual é o principal problema ambiental que afeta o planeta?

- Poluição da água Poluição do ar Poluição do solo
 Aquecimento global Desmatamento
 Consumo Extinção de animais

2. Em sua opinião, existe alguma atividade desenvolvida no supermercado que pode trazer problemas ao meio ambiente?

- Sim Não

Se sim, qual(is) tipo(s) de problema(s) esta atividade causa?

3. No seu entendimento, o que poderia ser feito no supermercado para contribuir com a melhoria do meio ambiente?

4. Para você, as sacolas plásticas causam problemas ao meio ambiente?

- Sim Não Não opinou

Por que ?

5. Na sua opinião, a quantidade de sacolas plásticas utilizadas na embalagem das compras dos clientes é:

- Exagerada Suficiente Insuficiente

6. Utilizar menos sacolas plásticas na embalagem das compras seria:

- Muito importante Importante Pouco importante Não opinou

7. Se reduzir a quantidade de sacolas ao embalar as compras, você acha que a reação dos clientes seria:

- Reclamar e pedir para colocar mais sacolas
 Achar bom por levar menos sacolas para casa
 Indiferente Outros

8. Caso o supermercado queira reduzir o uso das sacolas plásticas para embalar as compras, o que deveria ser feito?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto iniciado em 2008 teve como resultado das observações colhidas dos caixas, a constatação de que houve uma variação da quantidade de sacolas gastas entre os sete embaladores avaliados. Isso evidencia a necessidade de um trabalho de educação ambiental com eles para minimizar e padronizar o uso de sacolas gastas por compra. No que se refere às entrevistas realizadas com clientes, dos 100 entrevistados 84% (Figura 1) disseram não ter o hábito de levar sacolas próprias, 88% (Figura 2) alegaram estar dispostos a adotarem outro tipo de sacola e 97% (Figura 3) afirmaram que as sacolas plásticas causam algum tipo de impacto ambiental. Neste caso, evidencia-se que há a possibilidade de se trabalhar a conscientização dos clientes, como forma de adoção de alternativas ao uso da sacola plástica.

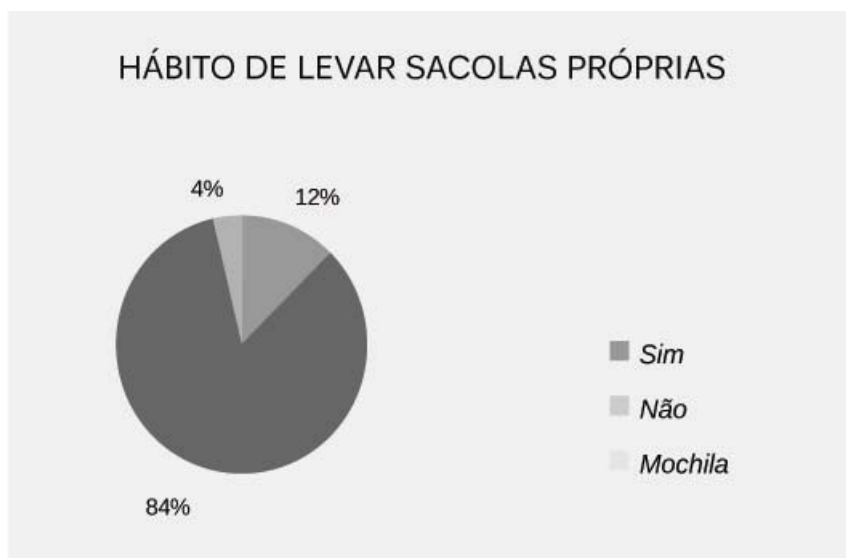


Figura 1: Clientes que têm o hábito de levar sacolas próprias.



Figura 2: Clientes dispostos a utilizar outros tipos de sacolas.



Figura 3: Opinião dos clientes acerca dos impactos causados pelas sacolas.

Durante a primeira fase (2008), também foi feito um controle do estoque de sacolas plásticas no Supermercado Escola para verificar o seu consumo. O gasto total durante os dias de levantamento foi de 202.801 unidades, o que equivale a uma média de 3.120 sacolas por dia. No mês de agosto do mesmo ano, o supermercado implantou a venda de sacolas de lona de algodão (Foto), iniciativa que teve boa aceitabilidade dos consumidores o que denota que os mesmos apresentam alguma sensibilidade à questão ambiental.

Acervo do projeto



Foto: Sacola de algodão comercializada pelo Supermercado Escola.

Diante disso, e com base nos resultados obtidos, os membros do projeto julgaram viável pleitear a renovação do mesmo a fim de se trabalhar com a educação ambiental, sobretudo com os funcionários do supermercado, por acreditarem que esta consiste num processo continuado que visa à reflexão e mudança de hábitos dos indivíduos.

Em 2009 o projeto teve sua renovação concedida, alcançando os seguintes resultados referentes aos meses de janeiro e fevereiro, quando foram aplicados 65 questionários abrangendo todos os funcionários do supermercado. Questionados sobre a quantidade de sacolas utilizadas para embalar as compras, 60% dos funcionários disseram que a quantidade usada era suficiente (Figura 4). A respeito da importância da redução do uso de sacolas, 68% dos funcionários consideraram essa iniciativa muito importante (Figura 5); já com relação à reação dos clientes quanto à redução das sacolas em suas compras, 34% dos funcionários acreditam que os mesmos iriam aprovar por se tratar de uma questão de comodidade e de consciência ambiental (Figura 6). No que se refere aos problemas ambientais causados pelas sacolas plásticas, 97% dos funcionários acreditam que tais sacolas causam algum tipo de impacto ambiental (Figura 7).

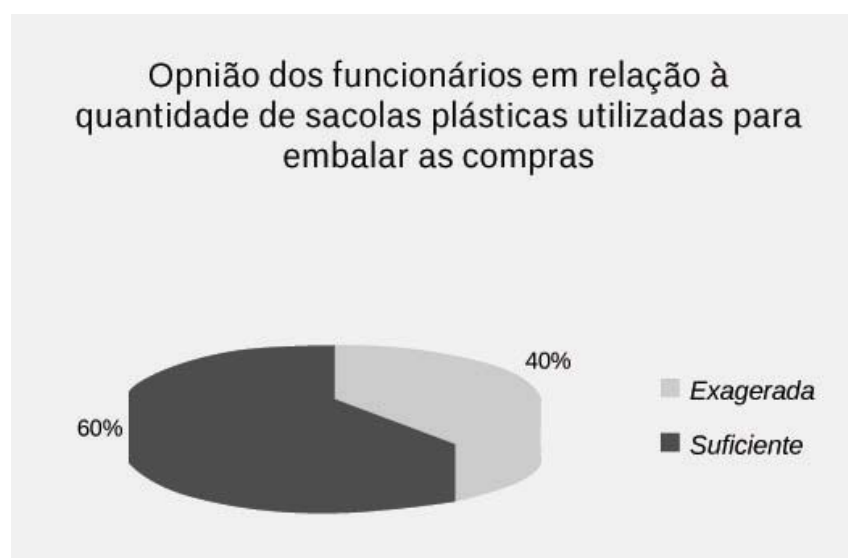


Figura 4: Quantidade de sacolas utilizadas pelos funcionários.

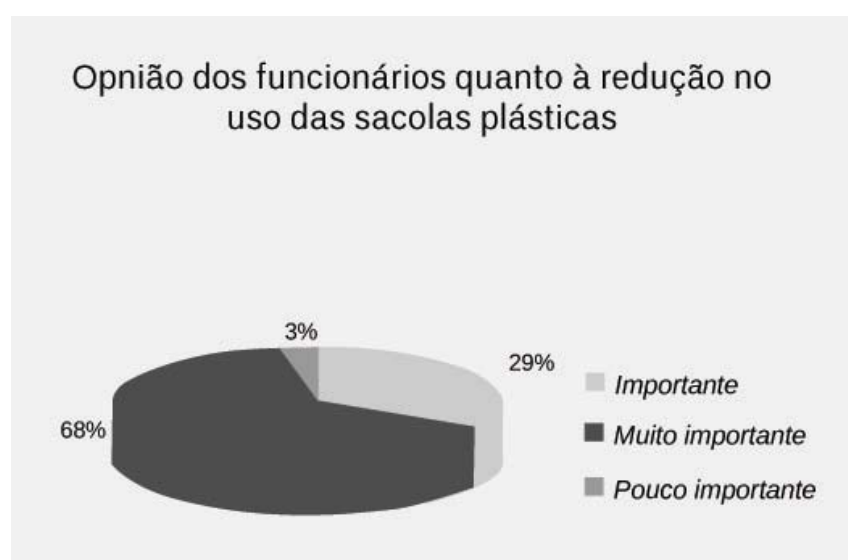


Figura 5: Grau de importância da redução do uso de sacolas plásticas.

Opinião dos funcionários quanto à dos clientes na redução de sacolas plásticas utilizadas nas compras

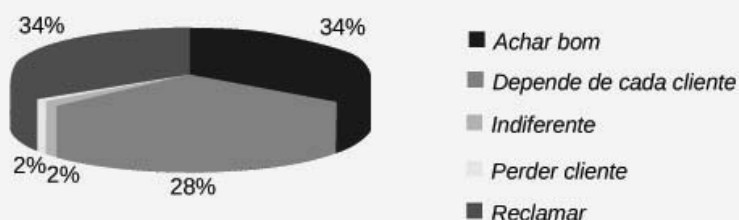


Figura 6: Reação esperada dos clientes.

Opinião dos funcionários se as sacolas plásticas causam impactos ambientais

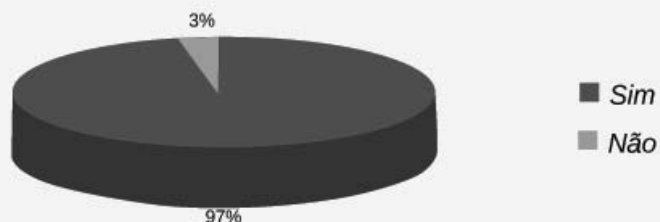


Figura 7: Opinião dos funcionários acerca dos impactos ambientais causados pelas sacolas plásticas.

Conclusão

A partir da análise dos resultados aferidos, pode-se concluir que seria necessário trabalhar as questões ambientais com os funcionários, tendo por base a educação ambiental. O Supermercado Escola também deveria capacitar os seus funcionários de forma a padronizar as embalagens das compras e otimizar a utilização das sacolas plásticas. Um trabalho com os clientes também deveria ser feito pelo supermercado a fim de que sejam incentivados a utilizar sacolas alternativas como as de algodão, ou até mesmo, caixas de papelão para embalar as suas compras.

O fato de grande parte dos clientes entrevistados ter afirmado que estariam dispostos a adotar outros tipos de sacolas que não agridam o meio ambiente, e de reconhecerem que as sacolas plásticas causam impactos ambientais, demonstra uma certa sensibilização ambiental presente. No entanto, grande parte desses clientes não toma nenhuma iniciativa para diminuir o consumo de sacolas plásticas. Dessa forma, constata-se a necessidade de o supermercado estimu-

lar os seus clientes a mudarem seus hábitos de consumo, proporcionando-lhes incentivos, como desconto por levar sacola própria e promover propagandas chamativas a fim de convencer os clientes a deixarem de usar gradualmente as sacolas plásticas.

Referências Bibliográficas

FABRO, A. T.; LINDEMANN, C.; VIEIRA, S. C. Utilização de Sacolas Plásticas em Supermercados. Revista Ciências do Ambiente On-Line. V. 3, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.sistemas.ib.unicamp.br/be310/include/getdoc.php?id=228&article=75&mode=pdf>>. Acesso em: 26, abr. 2009.

LEEF, E. Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, P. F.; MAIMOND, D. (Org.) As Ciências Sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Aped/Naea, 1993, p. 189-216.

NEVES, J. G. A Educação Ambiental e a questão conceitual. Revista Educação Ambiental em Ação. N. 15, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=369&class=21>>. Acesso em: 25/04/2008.

QUINTAS, J. S. Educação Ambiental e Cidadania: uma construção necessária. Ciclo de palestras sobre meio ambiente / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 2001. 56 p.

RODRIGUES, A. P. da M.; RODRIGUES, M. G. S. A Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais: um olhar sobre a transversalidade da questão. 2001. 56 f.: il. Projeto Final de Curso apresentado ao Programa de Formação Profissional em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ., 2001. Disponível em: <http://www.pulsar.org.br/portals/0/documentos/apost.doc>. Acesso em: 26/03/2008.

ROLIM, A. M. A reciclagem de resíduos plásticos pós-consumo em oito empresas do Rio Grande do Sul. 142 f., Porto Alegre/RS, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. Disponível em: <biblioteca.universia.net/ficha.do?id=38063491>. Acesso em: 27/04/2009.

SACOLAS PLÁSTICAS X MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.sermelhor.com/artigo.php?artigo=56&secao=ecologia>>. Acesso em: 29/12/2007.

TIGRE, P. B. Tecnologia e meio ambiente: oportunidades para a indústria. Rio de Janeiro: UFRJ. 1994. 141 p.

VILAS BOAS, José Eduardo. Sacolas Promocionais no Varejo de Moda. In: II COLÓQUIO NACIONAL DE MODA, Salvador: Unifacs, 2006. 17 p.

Leonardo Alves de Oliveira Silva é graduando em Geografia na UFV, leogeografiaufv@yahoo.com.br

Laércio Antônio Gonçalves Jacovine é professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV), jacovine@ufv.br

Claudinei Heleno da Silva é graduando em Geografia da UFV, neiheleno@yahoo.com.br

Rosilene Aparecida do Nascimento é graduanda em Geografia na UFV, rosegeo2005@yahoo.com.br

Gínia César Bontempo é doutoranda em Ciência Florestal na UFV, giniabt@ultimato.com.br

Fabiano Luis da Silva é doutorando em Ciência Florestal na UFV, fabianocoop@yahoo.com.br

Sabina Cerruto Ribeiro é doutoranda em Ciência Florestal na UFV, sabina_ribeiro@yahoo.com.br

Renata Bressan Emidio é gerente-geral do Supermercado Escola-UFV, rbressan@funarbe.org.br

UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIAS: ARTESANATO COM FIBRA DE BANANEIRA

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello
Sílvia Maria Guerra Molina
Márcia Regina Farias da Silva
Eneida Elisa Mello Costa

Resumo

O presente trabalho relata a experiência obtida com o desenvolvimento do Projeto de Aproveitamento de Resíduos da Bananicultura, no Vale do Ribeira, SP, na área artesanal, e discute a importância da interdisciplinaridade na integração ensino, pesquisa e extensão. Este Projeto proporcionou a vivência de questões fundamentais que se colocam para a academia, quando se trata da produção do conhecimento científico, visando a sua disponibilização para a inclusão social e a cidadania; permitiu discutir a necessidade da construção de uma universidade, a qual aproxime a sociedade dos limites acadêmicos, e contribuir, portanto, para a formação de conhecimentos que considerem as experiências sociais e a integração de diferentes áreas do saber.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato, extensão, cidadania.

Abstract

The present work reports an experience from the Project of Exploitation of Residues of the Culture of the Banana, in the Vale of the Ribeira River/SP; in the craftsmanship area and accosts the importance of inter-areas knowledge to integrate education, research and extension. This Project provided the discussion of basic questions that present themselves to academy about the generation of scientific knowledge with educative ends, aiming of the social inclusion and the citizenship. It was possible to argue about the necessity of the construction of a university turned back that approaches the society of the academic limits, contributing, therefore, for the formation of knowledge that consider the social experiences and the integration of different areas of knowing.

KEYWORDS: craftsmanship, extension, citizenship.

INTRODUÇÃO

Nas atuais discussões relativas ao papel da universidade, um ponto recorrente de análise, é a urgência de uma maior aproximação desta com a sociedade, prioritariamente com os setores mais desfavorecidos. Nessa direção, a extensão universitária tem um papel importante a cumprir, como intermediária na ampliação do vínculo entre ensino e pesquisa, na difusão dos conhecimentos desenvolvidos na academia, e ao mesmo tempo contribuindo para uma ação recíproca de troca de conhecimentos.

De acordo com Santos (2005), a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades de extensão se aprofundarem tanto, que desapareçam enquanto tais, e passem a fazer parte integrante das atividades de investigação e ensino, ou seja, por meio de uma integração entre as três funções da universidade.

Assim sendo, o presente trabalho relata uma experiência de pesquisa e extensão integradas, na direção mencionada, desenvolvida a partir do Projeto de Aproveitamento de Resíduos da Bananicultura, no Vale do Ribeira, SP, na área artesanal.

HISTÓRICO DO PROJETO

O artesanato com fibra de bananeira foi desenvolvido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), como parte integrante do Projeto de Aproveitamento de Resíduos da Bananicultura, no Vale do Ribeira, a partir de 1991. Este foi financiado pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SCTDE/SP), por solicitação do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (Codivar), com o objetivo de propor tecnologias economicamente viáveis para o aproveitamento dos resíduos da bananicultura, a qual se constitui a principal atividade econômica da região.

Uma característica do cultivo da banana é que após a colheita do cacho, a planta produtora tem o seu pseudocaule (tronco) cortado, já que não voltará a dar frutos, para favorecer o desenvolvimento de um novo broto da planta. Esse procedimento provoca grande acúmulo de matéria vegetal (folhas, pseudocaule e engaço).

Entre as alternativas estudadas para

utilização desses “resíduos”, a produção de artesanato baseou-se: (a) na busca de sustentabilidade, considerando-se o aproveitamento de um resíduo como recurso local anteriormente não utilizado; (b) no resgate de técnicas artesanais, comumente usadas entre a população-alvo, viabilizando uma solução compatível com a prática cotidiana e o modo de vida local; (c) no desenvolvimento de uma atividade como fonte de renda, que pudesse ser praticada de forma complementar à agricultura de subsistência, viabilizando-a.

Vale ressaltar que o artesanato não requer pré-qualificação para a aprendizagem, envolve baixo custo para implantação e apresenta apelo comercial, especialmente quando atividade vinculada ao turismo, que vem sendo incrementado na região.

O Projeto Aproveitamento de Resíduos da Agroindústria da Banana, do Vale do Ribeira, SP, pretendeu abordar a questão dos resíduos na perspectiva da sustentabilidade. Sem entrar no mérito das inúmeras discussões que tal conceito tem suscitado,

parte-se aqui do princípio de que houve um esgotamento do modelo vigente na inter-relação homem-ambiente, sendo necessário redirecionar o projeto societário para a busca de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Não se trata de obedecer a uma racionalidade ecológica dentro das engrenagens dos ciclos econômicos, em consonância à racionalidade tecnológica e à globalização do mercado, mas de buscar novos rumos, por meio de uma profunda reflexão teórica.

Nesse contexto, altera-se a relação entre cultura e sociedade, entre as diferentes significações sociais e os diversos potenciais da natureza. Uma ação voltada à sustentabilidade depende, assim, de uma intervenção participativa, tornando os seres humanos do local, copartícipes do processo. Há que fortalecer a capacidade local de inovação; aliando e adaptando o acervo de conhecimentos e saberes do meio; acumulados na sua experiência histórica, às tecnologias externas, através de experimentação (LEFF, 2000).

As técnicas artesanais foram inicialmente desenvolvidas em laboratório, a partir da seleção e aprimoramento de um processo de coleta, limpeza e tratamento da matéria-prima. Por intermédio de contato prévio com artesãos e profissionais da região considerada, realizou-se um resgate de técnicas artesanais utilizadas com outras fibras e adaptações às características do material estudado. Foram então feitos testes na produção de esteiras, cortinas, assentos de cadeiras, sandálias, bolsas e outros objetos de uso doméstico e pessoal, além da produção artesanal de papéis especiais de diferentes texturas e colorações peculiares.

Dessa forma, foi possível verificar a viabilidade técnica da utilização da fibra de bananeira na composição de produtos artesanais e de decoração, desenvolvendo ampla gama de produtos. Após se estabelecer um processo de produção de peças artesanais compatíveis com o material, iniciou-se a etapa de capacitação das novas técnicas nas comunidades-alvo.

Buscou-se a divulgação do trabalho, por meio de visitas e comunicações pessoais com as Secretarias de Cultura e Assistência Social dos municípios. Também, foram realizadas exposições e participações em seminários na região. A partir desses contatos, foi possível a realização dos primeiros cursos de treinamento, em parceria com as prefeituras municipais. Esses cursos tinham por objetivo formar possíveis agentes multiplicadores, constituídos por artesãos, professores ou funcionários qualificados e indicados pelas suas respectivas instituições.

Embora possa ser realizada uma avaliação positiva sobre esses cursos, no sentido de aprendizagem das pessoas envolvidas, o impacto foi reduzido. A avaliação posterior permitiu a identificação de alguns fatores que podem ser apontados como responsáveis: as pessoas treinadas já possuíam outra atividade remunerada, não assumindo as novas técnicas como base de seu sustento; por outro lado, não houve uma programação

de continuidade dos treinamentos. Assim, das comunidades treinadas nessa primeira fase, poucas deram prosseguimento às atividades. Duas foram exceções: os municípios de Miracatu e Itariri constituíram núcleos de produção, com apoio das prefeituras locais e posterior treinamento para aperfeiçoamento das técnicas; atualmente esses grupos estão produzindo cestaria, trançados e papel artesanal com características especiais.

A realização desses primeiros cursos propiciou a divulgação do trabalho do Projeto e o contato com outras instituições já atuantes na região do Vale, com novas oportunidades de cursos em outras localidades. Destaca-se aqui a participação da Superintendência do Trabalho Artesanal de Comunidades (Sutaco), órgão estatal, no patrocínio de alguns cursos e a interferência da Fundação Florestal, com o apoio da Fundação Palmares, entre outras.

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Intesp), também propiciou apoio, assim como o Instituto Florestal, na unidade Caverna do Diabo, do Parque Estadual de Jacupiranga. Cabe destacar, que esse apoio recebido do poder público por meio desses diversos órgãos, não foi espontâneo, mas obtido a partir de contatos e reuniões solicitados pela coordenação do Projeto.

Os novos cursos realizados tiveram a característica de serem requisitados diretamente pelas comunidades locais e, assim, de envolver a ação participativa das mesmas, a qual contribuiu para o aumento de motivação e maior êxito nos treinamentos e posterior continuidade das atividades artesanais.

A equipe assumiu o compromisso de acompanhamento e solução, na medida do possível, dos problemas ocorridos na continuidade dos trabalhos realizados após o treinamento. Esse tipo de artesanato, como qualquer outro, para ser uma atividade rentável ou que remunere dignamente o artesão, necessita treinamento intensivo e rigoroso controle de qualidade dos

produtos. Por isso, constatou-se ser necessária a iniciativa de lideranças locais para a organização da produção e a busca de mercados formais, em pontos de venda para turismo ou lojas destinadas a um segmento social, as quais se disponham a pagar pela exclusividade da peça. Foi nesse sentido que se procurou direcionar os trabalhos.

Ao todo foram realizados 29 cursos na região, entre aqueles de treinamento e os de aperfeiçoamento, com acompanhamento das atividades por pesquisadores e técnicos do Projeto, em diferentes municípios.

Dentre os grupos treinados, cabe destaque especial às atividades nas comunidades rurais de remanescentes de quilombos, particularmente Ivaporunduva, André Lopes e Sapatu, do município de Eldorado. Seu envolvimento com o artesanato de bananeira foi imediato, verificando-se a produção de artigos, que têm sido comercializados em feiras e exposições, com encomendas para o mercado interno e eventualmente para o exterior. Das três, Sapatu e, especialmente, Ivaporunduva, encontram-se desenvolvendo essa modalidade de artesanato até o presente momento.

Como expansão das atividades do Projeto foram oferecidos cursos em outras regiões do país: Macaé, RJ, Macapá, AP, Belém de Maria, PE, e Paranaguá, PR, entre outros, estabelecendo-se, portanto, novas parcerias. No total, foram mais de quarenta cursos oferecidos.

Não há dados numéricos sobre as pessoas alcançadas pelos agentes multiplicadores, embora se tenha notícia da sua existência, em praticamente todo o território nacional. Na maioria dos casos, tem-se observado a continuidade das atividades artesanais com a fibra de bananeira. Contabilizados, os cursos oferecidos chegaram a mais de 600 pessoas. Além das parcerias, a atividade tem recebido apoios variados de diferentes instituições, seja por meio de doações de equipamentos e materiais necessários para confeccionar os produtos

artesanais (linhas, urdideiras, teares); de infraestrutura física para o trabalho coletivo dos artesãos, como as sedes financiadas pelo governo do Estado de São Paulo pelo Itesp, em Sapatu e André Lopes, e pela organização não governamental (ONG), Instituto Socioambiental¹ (ISA), em Ivaporunduva; ou logístico, para comercialização dos produtos. Mais recentemente, o Sebrae tem acompanhado o trabalho de forma definitiva em vários estados brasileiros.

O PROJETO E A UNIVERSIDADE

O trabalho desenvolvido proporcionou a vivência de questões fundamentais, que se colocam para a academia, quando se trata da geração de conhecimento científico com fins educativos, ou seja, visando a sua disponibilização para a promoção de cidadania. Nessa perspectiva, pode-se discutir a construção de uma universidade voltada para a integração de pesquisas, que aproximem a sociedade dos limites acadêmicos, em um processo amplo de inclusão social.

No atual modelo de universidade, epistemológico e ideológico, a pesquisa, a formação e a prática constituem três polos separados, em que os pesquisadores produzem conhecimentos que são transmitidos durante a formação do aluno e depois aplicados na prática. Segundo Tardif (2000), de modo geral, os pesquisadores têm interesse em abandonar a esfera da formação e em evitar investir tempo nos espaços de prática: antes de tudo escrevem e falam para seus pares, conseguem financiamentos e formam outros pesquisadores, constituindo um segmento isolado.

Cabe aqui ressaltar que a experiência ora tratada permitiu um trabalho integrado, no qual as questões de interdisciplinaridade na pesquisa e transversalidade na ação proporcionaram a prática da cidadania aliada à aprendizagem.

O desenvolvimento do Projeto só foi possível a partir de uma ação interdisciplinar, tornando necessária a integração de diferentes áreas do conhecimento: biológica (envolvendo conceitos de estrutura e anatomia vegetal, microbiologia), exata e tecnológica (com ensaios físicos e químicos e adequação de equipamentos), ciências humanas (com o estudo da cultura das comunidades, dinâmicas de grupo, organização social, política, educação, economia e administração). O envolvimento de docentes e profissionais das diferentes áreas exigiu um exercício constante de trocas e experiências em que o diálogo era obstruído pela ausência de um discurso e de referências comuns e pelo uso de termos técnicos característicos a cada universo teórico em particular. Esses obstáculos tiveram que ser superados, num processo que se revelou profícuo e enriquecedor.

Por outro lado, a experiência permitiu aos alunos a aplicação prática dos temas que estudam e a percepção do papel do sujeito do conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, abriu espaço para a inclusão de saberes extracientíficos, possibilitando a referência a sistemas de significados construídos na realidade prática.

No campo educacional, a interdisciplinaridade não é uma questão de método ou de técnica didática, mas uma necessidade. É algo que se torna imperativo, pois a produção do conhecimento e a prática docente de transmissão do conhecimento são constituídas na/e pelas relações sociais (FRIGOTTO, 1995). Na organização do processo pedagógico a interdisciplinaridade tende a superar a fragmentação positivista da realidade e a divisão arbitrária das disciplinas que vêm sendo observadas ao longo do desenvolvimento científico produzido na academia.

As populações com as quais houve interação, além de beneficiárias de uma técnica artesanal, trouxeram importantes questionamentos sobre a realidade social e econômica. Sob a

ótica da academia, é possível assumir que para as mesmas, com a adoção dessas técnicas, houve a possibilidade de obtenção de renda, aumento de autoestima e valorização da condição feminina, pela prática de atividade produtiva e rentável, além de incremento da integração social a partir dessa atividade. Entretanto, este tema por si só, demanda investigação mais profunda ainda a ser realizada e que envolve questões amplas relacionadas à prática da interdisciplinaridade, adotada durante as pesquisas acadêmicas que vêm proporcionando a execução do Projeto.

É nesse sentido, que projetos, como o supracitado, têm papel primordial na aproximação dos conhecimentos adquiridos por meio das “experiências sociais”, conforme expressão de Santos (2004, 2006), com os conhecimentos produzidos na academia; contribuindo assim, para um diálogo de saberes, que tende a enriquecer não só os conhecimentos locais, como também o conhecimento científico. A interlocução desses conhecimentos não só contribui para a construção de uma universidade mais aberta, como se alia no debate de temas como pluralidade cultural, meio ambiente, cidadania, e na busca de alternativas para questões urgentes, que o conhecimento produzido no âmbito acadêmico, ainda, não fornece respostas.

Convém aqui refletir sobre as palavras de Santos (2008), quando assinala que os diálogos entre saberes não ocorrem dentro das academias e, sim nas oficinas de artesanato, nas praças, nos mercados, nos grupos e nas associações comunitárias. Sendo assim, a criatividade humana se dá em práticas cotidianas, formulando um acervo rico e diversificado.

A fecundidade que começa a se abrir entre o conhecimento científico e os saberes locais pode ser observada na execução do Projeto (SILVA, 2009). Essa fecundidade exigiu um diálogo crítico com a realidade e constante confronto da teoria com a questão prática; exigiu a busca da exata medida entre conhecimento técnico-cien-

tífico, em que se baseou a pesquisa para o desenvolvimento artesanal, e a sua adequação às populações-alvo, dentro das condições de vida em que esta se mantém.

Houve uma necessária aproximação do saber acadêmico, produzido com o rigor da racionalidade instrumental, à prática diária, de valores e técnicas advindos das experiências sociais. Se tal procedimento veio trazer um grau de indeterminação para o trabalho, no sentido de percorrer caminhos pouco usuais na academia, acabou por determinar o delineamento do foco central de todas as atividades e um processo de descobertas altamente satisfatório, tanto no campo do conhecimento quanto com relação ao processo ensino-aprendizagem.

O conhecimento procedente da pesquisa empírica, baseada em diferentes marcos conceituais, acrescido do saber proveniente da análise da própria prática pelos artesãos, constituiu-se em importante fonte de construção do conhecimento para o ensino. Vale ressaltar, que o desenvolvimento do Projeto em tais moldes despertou um interesse por parte dos alunos, seja pelos estágios supervisionados, participação em oficinas ou visitas às comunidades do Vale. Foram vários os pontos de identificação percebidos: a atualidade do tema, pela abordagem da questão ambiental e de sustentabilidade; a oportunidade de criar e transformar, com as próprias mãos, um resíduo em um artigo útil, por meio da atividade artesanal; e, em especial, a possibilidade de contato com populações e a troca de experiências. Por isso, com a possibilidade de integrar o processo, tanto de construção do conhecimento, como de torná-lo acessível à população local, ficou evidente a importância da pesquisa como essencial à formação acadêmica, integrando ensino e extensão.

Por outro lado, o envolvimento desses no Projeto trouxe motivação adicional aos docentes e pesquisadores e tornou possível o desenvolvimento de novas dimensões, ampliando as estratégias de ação: estabeleceu-se uma relação de cumplicidade com propósitos de educação voltados para a cidadania e o ambiente. O estímulo da corresponsabilidade e o espírito cooperativo, também foram deflagrados nesse processo, criando condições para o diálogo, percepção de direitos e deveres. A intervenção na realidade entrou como importante ferramenta para o fortalecimento da cidadania e da postura crítica, sem a qual não é possível empreender a educação emancipatória.

Do ponto de vista da universidade, este trabalho tornou possível não só a construção de conhecimentos técnicos, mas também a ampliação da participação dos alunos em processos decisivos da comunidade e a busca de soluções para problemas reais de melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. Estimulou e apoiou a participação crítica dos alunos na gestão de seus espaços, na melhoria da qualidade de vida e, também, incrementou os sentimentos dos mesmos, como agentes multiplicadores, em relação à corresponsabilidade na solução de problemas socioambientais.

Portanto, por todos esses motivos, o Projeto proporcionou uma práxis, a qual responde às críticas à universidade, sintetizadas por Santos (2005) e expressas nas dicotomias: alta cultura e cultura popular; educação e trabalho; teoria e prática; universidade e produtividade; universidade e comunidade. Particularmente, responde à crítica de que a universidade não está comprometida com os problemas nacionais – ou mesmo os problemas regionais ou locais da comunidade imediatamente envolvente, como a necessidade de educação de adultos e de formação profissional.

Notas

¹ Mais recentemente a ESALQ/USP desenvolveu o Projeto Avaliação Técnica, Econômica e Socioambiental da Atividade Artesanal, no quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira/SP, em parceria com o ISA e a Associação Quilombo de Ivaporunduva, com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/Processo 2003/07171-3). Programa de Políticas Públicas, tendo sido as suas atividades encerradas em fevereiro de 2008.

Referências Bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudencio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. (org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, p. 25-50, 1995.

LEFF, Enrique. Tiempo de Sustentabilidad. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas, n. 6/7, p. 5-15, jan./dez., 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n., 80, p. 11-43, mar. 2008.

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 3, p. 137-166. (Coleção para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática; v. 4).

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revidado. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 348.

SILVA, Márcia Regina Farias da. Ciência, técnica e experiências sociais na pesquisa e na extensão universitária: possibilidades de diálogos entre saberes. Tese de doutorado em Ecologia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo: Piracicaba, 2009, 211p.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Revista Brasileira de Educação, n.13, p. 5-24, 2000.

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello é professora doutora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Ciências Humanas. mepegara@esalq.usp.br.

Silvia Maria Guerra Molina é professora doutora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Departamento de Genética, smgmolin@esalq.usp.br.

Márcia Regina Farias da Silva é professora doutora do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) da Faculdade de Ciências (Facem), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). marciaregina@uern.br.

Eneida Elisa Mello Costa é professora doutora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP. emcosta@esalq.usp.br

DO VIRTUAL À PRÁXIS: EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E INTERAÇÕES COM O TERCEIRO SETOR EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Daniel Trento do Nascimento

Resumo

O presente artigo apresenta a experiência desenvolvida no curso de graduação a distância em Administração promovido pela Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O caso mostra como foi possível, não só encurtar as distâncias físicas características nesta modalidade de ensino, como também aproximar a teoria da prática. Além disso, como a disciplina trata de responsabilidade social e Terceiro Setor, foi possível fazer com que a atividade prática tivesse um caráter ético, responsável e filantrópico promovendo a interação entre alunos e organizações do Terceiro Setor.

PALAVRAS-CHAVE: ensino a distância, responsabilidade social, Terceiro Setor.

Abstract

This paper presents the experience developed along the Undergraduate Course in Administration by Distance Learning method promoted by the University of Brasilia (UnB) and Brazil Open University (UAB). The case shows how it was possible, not just shorten the physical distances typical in this modality of education, but also to unite theory and practice. Besides that, as the course deals with social responsibility and third sector, it was possible to give to a practical activity an ethical, responsible and philanthropic role promoting the interaction between students and third sector organizations.

KEYWORDS: distance learning, social responsibility; Third Sector.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz à tona várias temáticas muito discutidas no momento: o ensino a distância, o componente presencial desta modalidade de ensino, a responsabilidade social e ambiental, bem como a interação da universidade com a comunidade e o Terceiro Setor.

Se um dos grandes desafios na educação é fazer a transição do aprendizado teórico para a aplicação prática, essa questão fica ainda mais complexa quando se trata de ensino a distância. Como o próprio nome já diz, os alunos estão distantes do professor e são poucas as oportunidades presenciais que possibilitam uma interação mais próxima com os colegas e seus professores. Dessa forma, aproveitar ao máximo os momentos de encontro presencial para tirar dúvidas e trocar experiências é uma das questões mais importantes nessa modalidade de ensino.

O curso de Administração a distância da Universidade de Brasília que vem sendo implementado em parceria com o Ministério da Educação, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), tem previsto em seu projeto pedagógico os Seminários Temáticos. São trabalhos acadêmicos desenvolvidos ao longo do curso para possibilitar ao aluno o melhor aprendizado a respeito de alguns componentes importantes para a formação profissional como, por exemplo, a escrita de artigos científicos, papers, trabalhos em grupo, diagnósticos organizacionais, entre outros.

Uma experiência muito rica que foi desenvolvida em outubro de 2008, foi na disciplina de Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor. Além de o conteúdo teórico ser novo e desafiador, a disciplina previa um seminário temático como conclusão da disciplina, possibilitando aos alunos uma maior interação com os colegas e profissionais do setor.

Como alternativa, foram identificadas organizações do Terceiro Setor com relevante trabalho social e ambiental no Distrito Federal para que os alunos conhecessem a realidade organizacional e administrativa dessas ONGs e elaborassem seus trabalhos de conclusão da disciplina dentro das organizações, fazendo diagnósticos organizacionais, incluindo propostas de intervenção e melhorias para a atuação da organização.

Ao longo deste artigo, procura-se detalhar como foi o desafio de unir teoria e prática, aproximar alunos e professores e apresentar os conceitos de responsabilidade social e ambiental, bem como capacitar os alunos para atuação profissional no Terceiro Setor e, ao mesmo tempo, fazer com que a disciplina tivesse um viés de extensão com um caráter filantrópico, ajudando ONGs de atuação importante no Distrito Federal, entorno e até mesmo cidades de outras regiões como, por exemplo, Paracatu, MG.

2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNB

O curso de graduação em Administração, na modalidade de ensino a distância, é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação e oito instituições de ensino superior apoiados pelo Fórum das Estatais pela Educação.

Um dos atores-chave nesse processo é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação, em 2005, sob cinco eixos fundamentais: (a) expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; (b) aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios; (c) a avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC; (d) as contribuições para a investigação em educação superior a distância no país; (e) o financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

A ideia principal da Universidade Aberta do Brasil é priorizar a formação de professores para a Educação Básica. Dessa forma, o foco principal é promover o acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional (UAB, 2009).

A UnB é uma das 25 instituições parceiras e desde 2006 tem oferecido o curso. O público-alvo são cidadãos que concluíram a educação básica e foram aprovados no processo seletivo dentro dos requisitos da instituição.

O curso tem duração de quatro anos e meio e a instituição executora, no caso em questão, a Universidade de Brasília, por meio da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (Face), é responsável pela implementação do curso, que conta

com um sistema de tutoria que permite o monitoramento do desempenho das atividades com interatividade. O método dispõe dos seguintes recursos didáticos: (a) módulos impressos por áreas de conhecimento; (b) ambiente virtual de aprendizagem com fóruns e chats; (c) vídeo e teleconferências; (d) encontros presenciais; (e) estudos a distância; (f) sistema de acompanhamento ao estudante a distância (tutoria a distância) (FACE, 2006).

3 A EMERGÊNCIA DA DISCIPLINA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E TERCEIRO SETOR

A disciplina de Responsabilidade Social e Ambiental só recentemente passou a integrar a grade curricular dos cursos de graduação e pós-graduação no país como um campo de estudo organizado, mas, de acordo com (SOUZA, 2008), a história da responsabilidade social e do Terceiro Setor é mais remota, podendo ser relacionada com a Revolução Industrial e os impactos sociais e ambientais sentidos na época.

A despeito dos importantes avanços que esse evento trouxe para a sociedade, um grupo marginal se formava com ideais reformistas e não revolucionários que apontavam os impactos advindos com a nova estrutura social e produtiva que a revolução industrial trazia. Os principais responsáveis por esse movimento eram Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858).

Esses autores foram chamados mais tarde por Marx como socialistas utópicos. Marx observou o trabalho desenvolvido por Robert Owen, mas acreditava serem experiências marginais e isoladas e incapazes de transformar o capitalismo (SHAW, 2009).

Na opinião de Souza (2008, p. 19), os ideais e a natureza das intervenções sociais do mundo contemporâneo assemelham-se ao socialismo utópico

daquela época, pois hoje fala-se em desigualdade social, concentração de renda e exclusão ao tempo em que busca-se repostas para tais mazelas apelando à solidariedade e à cooperação.

Como se vê, as preocupações de hoje se parecem bastante com aquilo que Owen e outros já alertavam séculos antes, no entanto, hoje o mercado também parece ter absorvido o discurso da responsabilidade social e as empresas privadas passaram a se preocupar com os impactos de suas ações baseadas nas reações de seus consumidores.

Com a crise do petróleo e o fim do ciclo virtuoso do fordismo, na década de 1970, a crise do Estado começou a ficar evidente e se agravou na década de 90, diminuindo muito a capacidade de financiamento do aparelho estatal.

Com a ideia de que o governo deveria concentrar os esforços nas funções essenciais, as alternativas mais marcantes para enfrentar a crise do Estado no Brasil foram as privatizações, as demissões e a consequente terceirização dos serviços básicos do governo, bem como a emergência do Terceiro Setor para lidar com questões sociais, principalmente em áreas onde o Estado tinha perdido sua força.

Como consequência dessa maior abertura para a participação de organizações do Terceiro Setor nas políticas públicas, observou-se na última década o surgimento de inúmeras organizações atuando nos mais diversos setores como: meio ambiente, saúde, educação, cultura, defesa de minorias, desempregados, desenvolvimento regional, pesquisa, esporte, profissionalização, direitos humanos, filantropia empresarial, entre outras.

A propriedade pública não estatal torna mais fácil e direto o controle social e essas organizações gozam de maior autonomia administrativa. Dentro desse enfoque, a promulgação de duas leis foi muito importante para o campo da Gestão Social no Brasil, pois regulamentaram a atuação do Terceiro Setor e das organizações sociais que prestam serviços ao Estado.

Essas leis foram a Lei 9.608/98, que dispõe sobre o trabalho voluntário e a Lei 9.790/99, que trata da qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.

Com várias mudanças e uma boa gama de experimentos, o Terceiro Setor passou de uma concepção antes baseada no voluntarismo, caridade e altruísmo para uma gestão mais empresarial, mas mantendo sua missão social. Tanto para as ONGs que passaram a profissionalizar sua gestão, como para as empresas que passaram a enxergar oportunidades estratégicas no trabalho com o Terceiro Setor (SMITH, 1994).

Junto com a evolução do Terceiro Setor, começaram a surgir necessidades e desafios para a gestão dessas organizações. Assim, alguns autores como Drucker passaram a dedicar estudos para este campo. De acordo com Drucker (1990), três fatores são decisivos na gestão de ONGs: (a) A importância da missão: Neste caso, mais do que nunca, a missão é fundamental para a organização, pois não é apenas peça de planejamento estratégico, mas sim o objetivo de balizar pelo qual a organização foi criada; (b) Da missão à performance: Drucker aponta que o maior desafio das ONGs é como transformar as boas intenções que deram origem à organização em resultados concretos; (c) Pessoas: A gestão de pessoas nesse tipo de organização é a chave do sucesso, pois é um campo amplo e complexo com vários tipos de colaboradores (membros da organização, voluntários, comunidade, doadores, políticos, parceiros de outras ONGs, entre outros).

No que diz respeito à responsabilidade social corporativa, existem duas visões principais: (a) a visão clássica da economia (FRIEDMAN, 1985): a empresa deve se concentrar no seu objetivo final, pois o governo é o único veículo legítimo para tratar de questões sociais; (b) Visão socioeconômica, de Bower (1957 apud SERPA e FOURNEAU, 2007) e outros autores, que defendem o papel da organização na promoção do bem-estar social.

De acordo com Shaw (2009, p. 550), Marx concordaria com Friedman, mas com uma diferença. Marx rejeitaria a possibilidade de uma empresa capitalista agir de forma socialmente responsável, enquanto Friedman buscava expressar apenas o desejo de a empresa manter-se no seu core business, fazendo aquilo para o qual foi criada e da maneira mais eficiente possível.

Para Souza (2008, p. 153), quando se fala de responsabilidade social corporativa, trata-se de confrontar duas teses. “A da mão invisível, defendida por Friedman (é o mercado livre e competitivo que moraliza o comportamento corporativo) e da mão do governo, desenvolvida por Galbraith (a regulamentação governamental é que o faz)”.

Vários autores concordam com Friedman, pois hoje é possível ver que existem empresas privadas comprometidas com a responsabilidade social e ambiental. Entretanto, é importante salientar que para que a empresa tenha condições de agir socialmente, ela precisa primeiro atender aos objetivos de sua existência, ou seja, gerar lucro para seus acionistas.

De acordo com Serpa e Fourneau (2007), analisando as duas visões, os adeptos de ambas correntes consideram que para as empresas, na prática, a busca de um resultado positivo é uma questão de sobrevivência. O atendimento das suas necessidades básicas é condição necessária para pensar na realização de investimentos em atividades que favoreçam a sociedade de forma mais ampla e direta por meio de ações de responsabilidade social.

Hoje, sabe-se que a cada dia mais empresas passam a encarar a responsabilidade social corporativa como uma questão de estratégia. Se, por um lado, a empresa não pode ignorar seu foco principal, que é o lucro, por outro lado, nenhuma empresa sobrevive sem o cliente. E é justamente a mudança de atitude dos consumidores que tem feito com que muitas empresas passem a agir de forma mais

ética e socialmente responsável.

O fato de consumidores optarem por organizações socialmente comprometidas, tem levado empresas a ingressar na responsabilidade social corporativa, investindo em programas sociais e ambientais, visto que resultados de pesquisas têm demonstrado que iniciativas dessa natureza estão fortemente ligadas à fidelidade do cliente. Clientes tendem a criar uma imagem positiva da empresa que investe no Terceiro Setor (MARIN et al, 2009).

3.1 Responsabilidade social corporativa e terceiro setor no curso de administração

A disciplina de Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor (RSC) no curso de Administração da UnB, na modalidade a distância, faz parte do núcleo de estudos e formação complementar que também aborda as seguintes disciplinas: Educação a Distância, Antropologia, Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Comércio Exterior, Tópicos Emergentes, Informática Básica e Metodologia de Pesquisa.

A disciplina de RSC busca inserir a temática da responsabilidade socioambiental como um valor estratégico para as organizações fazendo com que as mesmas passem a projetar estes valores para as partes interessadas e para os clientes (FACE, 2006).

O Terceiro Setor e a responsabilidade social e ambiental são temas relativamente novos no mundo acadêmico e passaram a ser objeto de estudo com maior ênfase nos últimos 20 anos.

Para a ciência da Administração, essa disciplina situa-se no campo da gestão social, e, não por acaso, surgiu juntamente com expressões como transparência, cidadania, solidariedade, governança e controle social. Nos dias atuais, esses valores ganham ênfase no meio acadêmico a partir do conjunto das inova-

ções organizacionais (SOUZA, 2008). Na década de 90, com a crise do Estado e as políticas neoliberais ocorreu um crescimento no número de organizações sociais nos mais variados formatos legais (ONG, Oscip, cooperativas, fundações, associações) fazendo com que boa parte dos serviços sociais passassem a ser desempenhados não apenas pelo Estado ou pelo setor privado, mas também pelo Terceiro Setor.

Com isso, necessidades de compreender a natureza dessas organizações, bem como o seu funcionamento e as formas de gestão começaram a se fazer presentes no mundo acadêmico em diversas áreas do conhecimento, incluindo aí a Administração.

Dessa forma, de acordo com Souza (2008), os objetivos principais do estudo da disciplina de RSC são: conduzir o aluno à compreensão do contexto histórico em que surgem e dos cenários em que se desenvolvem experiências de gestão social; revelar o modo como iniciativas no Terceiro Setor e em responsabilidade social se articulam a políticas de Estado e de empresas; e apresentar tendências e fenômenos que vêm se acelerando nos últimos anos e que alcançam a condição de disciplina na formação do administrador.

A disciplina de RSC se relaciona com outras disciplinas do curso de Administração a exemplo de Teorias da Administração, quando se discute a substituição do paradigma taylorista-fordista pela produção flexível; da Filosofia e de Processo Decisório, especialmente no tocante à racionalidade e à ética; e de Ciência Política, quando são abordados conceitos de sociedade, Estado, política e cidadania (SOUZA, 2008).

4 ENCURTANDO DISTÂNCIAS: A ESTRATÉGIA DE LEVAR A TEORIA À PRÁTICA NUM CURSO A DISTÂNCIA

4.1 A origem do ensino a distância

Ao contrário do que muitos pensam, o ensino a distância já existe há muito tempo. É que com as novas tecnologias da informação como a internet, essa modalidade de ensino popularizou-se, mas inicialmente o ensino a distância se dava por correspondência, rádio ou até mesmo televisão.

As primeiras experiências foram desenvolvidas ainda no século XIX, especialmente na Europa e nos EUA. Esses cursos, no início, eram limitados a algumas áreas como o ensino de idiomas ou cursos técnicos. Em 1891, a Universidade de Wisconsin, nos EUA, criou a Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão da Universidade.

No Brasil, temos como pioneiros no ensino a distância o Instituto Rádio Técnico Monitor, criado em 1939 e o Instituto Universal Brasileiro (IUB), de 1941. Já na década de 70, a Fundação Roberto Marinho lançou os tele-cursos que existem até hoje.

Mundialmente, a primeira universidade totalmente baseada na educação a distância foi a Open University da Inglaterra, que iniciou os cursos em 1970. Nos EUA, a University of Phoenix iniciou cursos a distância em 1976, e hoje é uma das gigantes do ensino a distância no mundo, chegando a oferecer até cursos de doutorado a distância em áreas como Administração, Educação e Informática.

Com a globalização da economia e as novas tecnologias da informação, essa modalidade de ensino teve um crescimento vertiginoso. Frente a esse crescimento surge a necessidade de melhorar as técnicas pedagógicas e metodológicas para que o processo de ensino e aprendizagem seja adaptado a esta modalidade sem perder qualidade.

4.2 Seminários Temáticos

Um dos desafios que a educação a distância coloca é como fazer a ligação entre a teoria e a prática. Se na modalidade tradicional isso já é difícil, no ensino a distância o desafio é ainda maior. O mesmo vale para as

atividades de extensão em cursos a distância.

Dessa forma, muitos deles têm optado por ensino semipresencial ou ao menos com alguns componentes presenciais onde os alunos e professores podem interagir e trocar experiências.

Por isso é fundamental planejar muito bem as atividades presenciais, pois o tempo é curto e precioso e fazer desse tempo de integração uma atividade que propicie um momento rico de aprendizado para todos é um grande desafio.

Oliveira (2009) identificou que uma boa sequência para a organização de um encontro presencial deve prever ao menos as seguintes atividades: (a) início com uma rotina de apresentação e integração dos participantes; (b) exposição dialogada ou exercícios em grupo para dirimir dúvidas e integrar conteúdos trabalhados a distância; (c) atividade grupal para aprofundamento de aspectos mais relevantes, com troca de informações e pontos de vista entre os grupos e exposição oral de resultados; (d) prática de rotinas que não são passíveis de execução a distância; (e) atividade de avaliação; (f) encontro com especialistas da área ou com outras turmas remotas, para pequenas palestras, painéis de discussão, seminários e simpósios; (g) atividade final de confraternização entre os participantes, para garantir a (re)motivação para o estudo e a melhoria das tarefas interativas realizadas a distância.

Por outro lado, a construção de um projeto pedagógico deve levar em conta os princípios dinamizadores de um currículo. Deve-se pensar, não só nos componentes essenciais, mas também na inserção do aluno com o mundo profissional e com o mercado de trabalho.

De acordo com Matias-Pereira (2005), o mercado demanda profissionais de nível superior com formação cada vez mais ampla e complexa, especialmente na área de Administração, não se restringindo à visão do especialista com o domínio de apenas sua área específica de formação. Os novos

profissionais devem ser capazes de promover a interação entre as partes de um sistema e articular talentos para promover mudanças nas comunidades em que vivem.

Para que se alcance esse objetivo, é fundamental ampliar os horizontes do conhecimento durante o processo de formação do aluno na universidade, tanto nos cursos presenciais como nos cursos a distância. A utilização desses instrumentos é essencial num contexto em que a dinâmica de geração do conhecimento e sua diversificação ocorrem de forma veloz e intensa (MATIAS-PEREIRA, 2005, p. 12).

De acordo com o projeto político pedagógico do curso (FACE, 2006), alguns princípios se colocam como fundamentais na construção curricular em cursos a distância, como a interação entre os alunos e destes com os professores, a autonomia, o trabalho cooperativo, a inter e a transdisciplinariedade, a investigação, a capacidade de diálogo e a flexibilidade, e a importante correlação entre teoria e prática.

Foi com base nas perspectivas levantadas que foi proposta no currículo a adoção de Seminários Temáticos, que são trabalhos elaborados e apresentados pelos estudantes relatando resultados de estudos e pesquisas desenvolvidas ao longo de cada semestre. São atividades sempre precedidas de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho como oficinas, conferências e palestras, devendo ser acompanhadas por colegas de curso, tutores e professores, que num ambiente plural, diferentes ideias e experiências sobre um mesmo tema são compartilhadas (FACE, 2006).

4.3 Da teoria à prática

Foi dentro de uma atividade que juntava conteúdo teórico e um Seminário Temático que a disciplina de RSC foi desenvolvida. Assim, além do desafio de unir teoria e prática, estava posto o desafio de trazer os conceitos de responsabilidade social e ambiental, bem

como inserir os alunos no complexo mundo do Terceiro Setor.

De acordo com Schoröder (2009), relações entre educação presencial e educação a distância podem ser mais bem exploradas. Para Oliveira (2009), o encontro presencial ainda não encontrou a especificidade própria do meio educacional no qual se insere, ou seja, ensino a distância. Para a autora, encontro presencial não é como uma aula convencional e o que ainda se vê abundantemente em encontros presenciais é a repetição dos procedimentos praticados no ensino convencional.

Como alternativa, a supervisão da disciplina em conjunto com a coordenação do curso, apresentou a ideia de levar grupos de alunos para vivenciar o dia a dia das organizações sociais e, com base nas teorias já estudadas, contribuir de forma efetiva com diagnósticos e propostas de melhorias organizacionais a serem implementadas.

Dessa forma, o aluno poderia conhecer melhor o Terceiro Setor, a realidade organizacional das ONGs, cooperativas e associações comunitárias, como também contribuir de alguma forma para as organizações que muitas vezes vivem de filantropia e voluntariado.

Como a disciplina trata de Responsabilidade Social Corporativa, os setores privado e governamental também poderiam ser inseridos no trabalho. No entanto, num curso de Administração, estes dois setores já são amplamente estudados, ficando o Terceiro Setor muitas vezes numa posição marginal. Isso é compreensível por se tratar de uma área nova, mas esse foi um dos fatores fundamentais para que o Seminário Temático tivesse foco nas organizações do Terceiro Setor. Até porque, conhecendo a realidade do Terceiro Setor, mesmo que o aluno venha a atuar no setor privado ou governamental, certamente terá um olhar diferenciado para as necessidades e contribuições que as organizações sociais podem dar.

Enfim, partiu-se do conceito de que

a melhor forma de conhecer como funciona o Terceiro Setor é participar efetivamente de alguma organização que faz parte dele. Conhecer o dia a dia da organização, as dificuldades, as motivações, as inter-relações com o Estado e com o mercado e, principalmente, entender como melhor gerir esse tipo de organização dentro de um sistema de economia de mercado globalizado.

É só participando do dia a dia de uma organização dessa natureza que o aluno pode aprender que existe um grande espaço entre os ideais e ideologias que levaram à criação da organização, e o mundo da gestão organizacional. Independentemente da natureza da organização, ela sempre necessitará de gestão de pessoas, captação e aplicação de recursos financeiros e materiais, logística, estratégia, marketing e outras dimensões imprescindíveis para a sobrevivência da organização. Mais especificamente em relação às organizações sociais, saber como conciliar trabalho voluntário e filantropia com trabalho profissional e remunerado é um desafio enorme e fundamental para o sucesso da organização.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é um estudo de caso exploratório descritivo e busca avaliar uma experiência de encontro presencial e ação de responsabilidade socioambiental com um viés de extensão, pois leva conhecimentos desenvolvidos na universidade para organizações filantrópicas da sociedade civil organizada.

Inicialmente procurou-se descrever o objeto de estudo fazendo-se uma revisão na literatura acerca da disciplina de Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor. Após isso, foi apresentada a temática da educação a distância e a estratégia adotada para reforçar o aprendizado dos alunos, que foi a criação dos Seminários Temáticos e a parceria com ONGs.

Na sequência descreveu-se detalhadamente a práxis desenvolvida e, por fim, foram apresentadas as principais conclusões e aprendizados.

Dessa forma, baseado na definição de Robert (2003) sobre estudo de caso, buscou-se identificar como se deu a experiência, o motivo das decisões tomadas e o conjunto de resultados alcançados.

6 A PRÁXIS

Neste capítulo é apresentada a estrutura e as atividades trabalhadas pelos alunos dentro das organizações do Terceiro Setor. A atividade foi proposta sob o título de Diagnóstico Organizacional e Proposta de Intervenção, que era composta de três componentes principais: a caracterização da organização, a análise dos problemas/opportunidades e a proposta de intervenção (NASCIMENTO, 2008).

O objetivo principal do Seminário Temático era de aplicar os conhecimentos adquiridos na disciplina e ao longo do curso na elaboração de um diagnóstico e plano de intervenção de modo a propiciar aos alunos a possibilidade de vivenciar a realidade de uma organização não governamental compartilhando experiências e conhecimentos para a melhor formação do profissional em administração dando ao aluno noções de gestão social, Terceiro Setor, ética e voluntariado.

No conteúdo estudado na plataforma de ensino virtual, o foco foi muito mais teórico, abordando o contexto histórico do surgimento da disciplina, passando pelas correntes de pensamento e pelas transformações ocorridas no mundo e no Brasil nas últimas décadas. Já no Seminário Temático, como forma de integrar teoria e prática, o aluno teve a oportunidade de vivenciar a realidade de uma organização não governamental podendo contribuir para a melhor gestão da organização estudada.

As etapas para desenvolvimento do trabalho seguiram a seguinte ordem:

a) Seleção da Organização

Cada grupo poderia escolher uma organização não governamental para a realização do trabalho. Para ajudar, durante o Seminário Temático foram apresentadas algumas organizações preferenciais para a elaboração do trabalho, mas caso o grupo tivesse acesso a outras organizações, eles poderiam desenvolver o trabalho com estas após a aprovação dos tutores e da supervisão.

b) Diagnóstico

Este envolve o processo de coleta e organização de informações de forma a levar o grupo a conhecer detalhes importantes para a elaboração do trabalho.

c) Análise

Esta fase é o momento onde o grupo deve usar o senso crítico e identificar áreas de possíveis intervenções e melhorias. Com base no que foi visto ao longo do curso, o aluno já tinha capacidade de dar um olhar organizacional crítico de forma a identificar fatores causadores de possíveis gargalos e barreiras. Técnicas de levantamento de dados como entrevistas aos membros da organização ajudaram a identificar quais os principais problemas e desafios que a organização enfrentava. Como produto, o grupo deveria redigir um texto claro e objetivo apontando a situação atual da organização e quais seus maiores desafios.

d) Proposta de Intervenção

De posse do diagnóstico e da análise organizacional, o grupo deveria elaborar uma proposta de intervenção. De forma prática, o grupo tinha que eleger um problema/desafio levantado na análise e aprofundar suas pesquisas para buscar alternativas de soluções.

e) Relatório Final e Apresentação

Durante todas as etapas do trabalho, havia um tutor à disposição de cada grupo para orientar a execução das atividades. Como produto final, o grupo apresentou o trabalho em banca e um relatório impresso seguindo as

normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

6.1 A interação com o Terceiro Setor

Como o curso contou com aproximadamente 300 alunos, muitas organizações concordaram em participar dando seu relato de experiência e abrindo as portas da organização para o trabalho. Foram 34 organizações que participaram da atividade: Assistência Social Evangélica de Brasília – Lar Betel; Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace (2 equipes); Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPP; Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer – Abac; Associação de Catadores e Recicladores de Paracatu, MG – Paracatu Recicla; Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do Distrito Federal – Apada, DF; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal – Apae, DF; Associação Sonhos de Criança – Sonhar Acordado; Cata-Ventos Juventude e Cidadania; Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno – Centcoop, DF (2 equipes); Central Única das Favelas – Cufa, DF; Centro de Valorização da Vida – CVV (2 equipes); Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni – Ceal-LP; Centro Operário de Taquatinga; Centro Popular de Formação da Juventude – Vida & Juventude; Clube das Mães Cristãs; Comunidade Católica Azinheiras da Justiça – CCAJ (Valparaíso de Goiás); Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – Cortrap; Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Planaltina – Coaestp; Creche Anjo da Guarda; Creche Comunitária da QE 38 do Guará (4 equipes); Creche Frederico Ozanam; Escola de Educação Infantil Alziro Zarrur; Fundação Banco do Brasil – FBB; Fundação Brasília de Artes e Humanidades – Fubrah; Gente Nova do Brasil; Grupo da Fraternidade Espírita Irmão Estevão – GFeie; Grupo Espe-

leológico Anjos do Subterrâneo; Instituto Cavalos Solidário; Instituto Marista de Solidariedade – IMS; Junior Achievement; Lar de São José; ONG Gente Nova; Programa Providência de Elevação da Renda Familiar; Rodas da Paz; Sociedade Pestalozzi Brasília; União dos Escoteiros do Brasil, DF.

Durante a execução dos trabalhos, o componente presencial foi indispensável e os alunos tiveram constantes reuniões com as organizações com o objetivo de coletar dados e discutir os principais problemas da organização.

A qualidade do trabalho variou muito de equipe para equipe e de organização para organização, mas num cômputo geral, o aproveitamento foi muito bom, tanto na opinião da coordenação do curso, como dos próprios alunos que acharam a experiência muito rica e de grande aprendizado, não só para a área da Administração, como também para a própria vida, pois muitas das organizações lidam com temas sensíveis e delicados, prestando serviços pouco valorizados pela sociedade em geral, apesar da grande importância e relevância do trabalho para um público que, na maioria das vezes, não tem mais a quem recorrer.

Os trabalhos foram apresentados para bancas de três professores incluindo o tutor orientador. Paralelamente, várias ONGs fizeram uma apresentação geral sobre suas rotinas de trabalho, estratégias e desafios para a gestão.

Durante as palestras das ONGs no Seminário Temático, não só os alunos e professores tiveram a oportunidade de aprender, como as próprias ONGs tiveram um espaço para compartilhar experiências e conhecer um pouco mais do trabalho das outras organizações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Piaget (1974), o papel do professor não é apenas repassar ou transmitir conhecimento, mas sim ser um facilitador do processo de construção do mesmo. E isso pode ser feito, dentre

outras formas, com práticas, pesquisas e trabalhos em grupo que propiciem a interação e aprendizado mútuo. A ideia de inserir no currículo do Curso de Administração, na modalidade a distância, Seminários Temáticos foi muito feliz. Diferentemente da maioria dos cursos presenciais, onde esse tipo de atividade poucas vezes é desenvolvido ao longo do curso, excetuando-se o trabalho de conclusão e de estágio, no curso a distância da UnB, todo semestre o aluno é levado a confrontar teoria e prática e, neste caso específico da disciplina de RSC, além da junção da teoria com a prática, o aluno pode conhecer e interagir com o Terceiro Setor.

O que se percebe é que um curso a distância, que exige flexibilidade, muitas vezes pode ser um meio de inovação na educação, exigindo de seus coordenadores criatividade, sem com isso perder de vista a qualidade.

De acordo com Gomes e Lopes (2009), a organização de um sistema de EAD deve considerar a eliminação de obstáculos como os hábitos de dependência e passividade nos alunos, bem como reforçar a motivação e facilitar o contato e intercâmbio de experiências pessoais.

Assim, para o desafio que foi proposto, o Seminário Temático desenvolvido atingiu todos seus objetivos atendendo os requisitos teóricos, ampliando os horizontes dos alunos e dando um viés ético e socialmente responsável no componente prático da disciplina.

Outro fator importante a ser considerado é o relacionado à ética, inerente aos conceitos teóricos da disciplina de RSC e à ação cidadã praticada pelos alunos. Esta disciplina deu aos alunos a oportunidade de conhecer melhor o Terceiro Setor, sendo que, muitos deles foram sensibilizados com o trabalho das organizações sociais que até então era desconhecido.

O que foi possível perceber é que surgiu um certo comprometimento ao longo da execução dos trabalhos, levando os alunos a vivenciar novas experiências de interação entre teoria e prática, bem como a

criação de novas parcerias entre alunos, organizações do Terceiro Setor e a própria comunidade onde essas organizações estão inseridas. Alunos que trabalham em instituições privadas passaram a articular ações com algumas ONGs e ensinar caminhos para a captação de recursos. Outros passaram a fazer parte do quadro de doadores e alguns do corpo de voluntários. Dentro do próprio curso se percebeu que outros trabalhos acadêmicos passaram a ser elaborados nas organizações em que os alunos desenvolveram o Seminário Temático da RSC.

O caso em questão mostrou um trabalho que conseguiu dar ao componente presencial do ensino a distância a oportunidade de colocar a teoria em prática e, ao mesmo tempo, exercitar a cidadania e a responsabilidade social.

Por fim, é sabido que o nível de qualidade dos cursos a distância é muito variado, mas com planejamento e preocupação didático-pedagógica é possível atingir um resultado de qualidade comparado aos cursos presenciais, fazendo com que a democratização do ensino por meio da educação a distância seja uma alternativa viável e promissora.

Referências Bibliográficas

- DRUCKER, Peter. *Managing the non-profit organization: practices and principles*. New York: Harper Collins, 1990.
- FACE. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Administração na modalidade a distância*. Brasília: CEAD/FACE/UnB, 2006.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GOMES, Carmenisia J. A.; LOPES, Ruth G. F. *Gestão de Sistemas de Educação a Distância – a teoria e a prática no contexto de um programa de formação de especialistas em ambiente internet*. Disponível em http://www.escoladegestores.inep.gov.br/downloads/artigos/gestao_sistemas/gestao_sistemas.pdf Acesso em 05/05/2009.
- MARIN, Longinos; RUIZ, Salvador; RUBIO, Alicia. *The Role of Identity Salience in the Effects of Corporate Social Responsibility on Consumer Behavior*. *Journal of Business Ethics*. Ed. 84, p. 65-78, Springer Netherlands, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Construção de um Projeto Pedagógico para o Curso de Graduação em Administração a Distância*. Brasília: CEAD/FACE/UnB, 2005.
- NASCIMENTO, Daniel T. *Informações sobre Seminário Temático: Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor. Material explicativo sobre diagnóstico, análise e intervenção em uma organização do Terceiro Setor*. Brasília: CEAD/FACE/UnB, 2008.
- OLIVEIRA, Sheila C. *Encontros presenciais: uma ferramenta EAD? CINTED-UFRGS – Novas Tecnologias na Educação*. Disponível em <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/3hSheila.pdf> Acesso em 12/08/2009.
- PIAGET, Jean. *Experiments in Contradiction*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- ROBERT, Yin K. *Case Study Research: design and methods*. 3. ed., Sage Publications: Delhi, 2003.
- SCHORÖDER, Christine S. *Educação a distância e mudança organizacional na Escola de Administração da UFRGS: uma teoria substantiva*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SERPA, Daniela A. F.; FOURNEAU, Lucelena F. *Responsabilidade Social Corporativa: uma Investigação Sobre a Percepção do Consumidor*. *RAC*. v. 11, n. 3, jul./set. p. 83-103, 2007.
- SHAW, William H. *Marxism, Business Ethics, and Corporate Social Responsibility*. *Journal of Business Ethics*. Ed. 84, p. 565-576, Springer Netherlands, 2009.
- SMITH, Craig. *The new corporate philanthropy*. *Harvard Business Review*. Ed. 72(3), p. 105-116. HBR, 1994.
- SOUZA, Washington. *Responsabilidade Social Corporativa e Terceiro Setor (Apostila do Curso)*. Brasília: CEAD/FACE/UnB, 2008.
- UAB. *Sobre a UAB*. <<http://www.uab.capes.gov.br>>, acesso em 01/05/2009.

Daniel Trento do Nascimento é professor doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB) e mestre em Administração (UFSC), do curso de graduação em Administração a distância da UnB em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), danieltn@gmail.com .

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL CONTINUADA NO CONTROLE DO DIABETES EM IDOSOS

Kely Raspante Teixeira
Márcia Ferreira da Silva
Rita de Cássia Gonçalves Alfenas

Resumo

O diabetes mellitus tipo 2 é um distúrbio do metabolismo dos carboidratos associados à produção deficiente de insulina pelas células beta-pancreáticas e/ou diminuição da sensibilidade celular a esse hormônio. O controle glicêmico favorece o retardo de complicações crônicas. Tal controle é atingido com tratamento adequado da doença em resposta à ingestão de dieta adequada, atividade física regular e uso de medicamentos. Assim, o objetivo do presente trabalho foi conscientizar diabéticos da terceira idade sobre a importância da adesão ao tratamento prescrito. Para tal, voluntários do projeto participaram de reuniões quinzenais e atendimentos ambulatoriais individualizados. Esse último, por meio da avaliação nutricional e de orientações sobre a doença, que proporcionou treinamento e desenvolvimento de habilidades úteis ao bom exercício da profissão, no que tange à atividade de ensino e também atendimento diferenciado e de qualidade à comunidade assistida pelo projeto. Foi possível perceber que o controle metabólico do diabetes seja por tratamento medicamentoso ou não, depende não só do atendimento nutricional ou das reuniões das quais o grupo participa. É necessário total envolvimento do paciente, da família e da sociedade para que o diabético consiga conduzir o tratamento de maneira satisfatória, minimizando o risco de desenvolver complicações induzidas pelo descontrole glicêmico.

PALAVRAS-CHAVE: diabetes, idoso, educação nutricional

Abstract

Type 2 diabetes mellitus is a disorder of the metabolism of carbohydrates associated with the low production of insulin by pancreatic beta-cells or with a reduction in cellular sensitivity to this hormone. Glycemic control favors the delay of chronic complications. Control is achieved with appropriate treatment of the disease in response to the intake of proper diet, regular physical activity and medication. The objective of this study was to instruct elderly diabetics about the importance of the adherence to treatment. For this, the project volunteers participated in meetings at each fifteen days and individual outpatient care. The latter, was conducted by means of nutritional assessment and instruction about the disease, which provided training and development of skills useful for proper professional performance regarding teaching activity and also of distinct service and high quality service to the community assisted by the project. It was verified that the metabolic control of diabetic patients on medication treatment or not depends not only on nutritional care or the meetings in which the group participates. It is necessary a complete involvement of the patient, family and society to allow the diabetic to conduct the treatment in a satisfactory way, minimizing the risk of developing complications.

KEYWORDS: diabetes, elderly, nutritional education.

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus é uma doença crônica causada pela deficiência na produção de insulina pelo pâncreas ou ainda por ineficiência de ação da mesma, cuja manifestação pode ser estimulada por fator ambiental, imunológico ou genético (IDF, 2009). Tal deficiência resulta em alterações no metabolismo de glicídios, lipídios, proteínas, vitaminas e sais minerais. A falta de controle da doença pode acarretar complicações agudas e crônicas para o portador de diabetes (BATISTA, 2005).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008), no ano de 2000 existiam no Brasil cerca de 4 milhões de pessoas diabéticas. Estima-se que em 2030 serão aproximadamente 11 milhões. De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Diabetes (2008), 46,5% dos diabéticos estão na faixa etária de 0 a 69 anos e desconhecem sua condição, não recebendo qualquer tipo de cuidado. A OMS estima, ainda, que a cada ano 2,9 milhões de pessoas morrem, no mundo, por complicações decorrentes do diabetes. Essa organização também considera que o diabetes seja a terceira causa de morte no mundo, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares e o câncer. Em Viçosa, na Zona da Mata Mineira, havia em 2008 995 pacientes diabéticos cadastrados no Sistema de Atenção Básica (Siab), sendo que desses, 852 pacientes possuem acompanhamento por alguma unidade de saúde, ou seja, 143 diabéticos não são assistidos por nenhum órgão de saúde (DATASUS, 2008).

O controle metabólico do diabetes pode requerer o uso de hipoglicemiantes orais e/ou insulina, associado à ingestão de dieta apropriada e prática regular de atividade física (WORLD DAY DIABETES, 2008). Segundo Sartorelli; Franco; Cardoso (2006), um dos maiores desafios dos serviços de saúde pública do Brasil se refere à obtenção do controle metabólico de indivíduos com diabetes ou outras doenças em evolução. Tais autores afirmam que, para que o controle da incidência do diabetes mellitus e da manifestação das complicações metabólicas secundárias ao descontrole glicêmico seja atingido, é necessário o desenvolvimento de programas de intervenção eficazes, os quais devem ser disponibilizados pelos serviços públicos de saúde para a população de risco.

Diante disso, o objetivo do projeto Atendimento Nutricional a Diabéticos da Terceira Idade é conscientizar os diabéticos dessa faixa etária sobre a importância da adesão ao tratamento prescrito, visando o controle do diabetes e a redução da incidência de complicações agudas e crônicas da doença. Nesse contexto, o presente estudo objetivou avaliar o impacto das atividades desenvolvidas pelo referido projeto nas medidas antropométricas, o conhecimento dos participantes em relação à doença e ao tratamento de suas complicações e dados bioquímicos dos participantes do mesmo.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto Atendimento Nutricional a Diabéticos da Terceira Idade vem sendo desenvolvido desde 1999 por meio de um convênio firmado entre a Universidade Federal de Viçosa e a Prefeitura Municipal de Viçosa-MG. O presente estudo foi conduzido de março a dezembro e envolveu 94 diabéticos participantes do Projeto de Atendimento Nutricional a Pacientes Diabéticos, da Universidade Federal de Viçosa, MG. O protocolo do estudo foi aprovado, pelo Comitê de Ética e Pesquisa da mesma Universidade (Protocolo n.40504654667).

Os voluntários participaram de reuniões quinzenais e atendimentos ambulatoriais individualizados. A escolha dos temas abordados foi baseada em sugestões feitas pelos próprios participantes, e nas dúvidas e dificuldades que os mesmos demonstraram em reuniões anteriores. Os assuntos abordados eram relacionados à prevenção e ao controle do diabetes, além de temas gerais, como a auto-estima e a importância do apoio familiar.

No total, foram realizadas 19 reuniões, sendo que, todas foram iniciadas formando um círculo com as pessoas e os temas abordados de maneira informal promovendo um ambiente de descontração e entrosamento entre os participantes; as atividades foram conduzidas por meio de dinâmicas de grupo, brincadeiras, debates, discussões etc. Ao final de cada encontro foi servida uma preparação dietética para degustação e avaliação do grupo, acompanhada da receita para que os mesmos pudessem prepará-las em seus domicílios quando desejassem.

O nível de clareza das explicações fornecidas durante essas reuniões foi avaliado pelos diabéticos utilizando caixas nas cores vermelha e verde, nas quais os participantes depositavam fichas refletindo sua opinião. Tais fichas deveriam ser depositadas na caixa verde, caso tivessem entendido as explicações transmitidas na reu-

nião. Caso contrário, as fichas deveriam ser colocadas na caixa vermelha. Os atendimentos individualizados foram realizados uma vez por mês. No primeiro atendimento, era preenchido um roteiro clínico-nutricional, contendo os dados pessoais dos pacientes, história clínica individual e familiar, hábitos gerais (fumo, atividade física, sono, medicamentos, entre outros), hábitos alimentares, anamnese e frequência alimentar, avaliação nutricional, exames bioquímicos e evolução do paciente.

O estado nutricional dos diabéticos foi avaliado pelo Índice de Massa Corporal (IMC), relacionando o peso (kg) e a altura (metros) ao quadrado. Para tal, foi utilizada a classificação de Lipschitz (1994) adaptada e recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003). Os indivíduos foram pesados utilizando-se balança eletrônica, digital da marca Filizola, com capacidade de 150kg e precisão de 50g, usando o mínimo de roupa possível e sem calçados. A altura foi determinada utilizando um antropômetro vertical milimetrado, com extensão de 2m e escala de 0,5cm. Os indivíduos encontravam-se descalços, formando um ângulo de aproximadamente 45° entre os pés, e se encontravam em posição ereta, olhando para o infinito, com as costas e a parte posterior dos joelhos encostados à parede (BRAY; GRAY, 1988).

Para classificar o risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares apresentado pelos diabéticos, foi avaliada a medida da circunferência da cintura (McARDLE et al, 1991; OMS, 1998). Essa medida foi aferida com uma fita métrica inextensiva e inelástica ao nível de 2,5cm da cicatriz umbilical abaixo da costela, na linha média axilar, com o indivíduo de pé (McARDLE et al, 1991). Além disso, também coletou-se a medida da circunferência do quadril, aferida na maior proeminência do mesmo, ao nível da crista ilíaca com o indivíduo de pé (KOOY; SEIDELL, 1993; WEINSIER et al, 1995). Os voluntários também foram subme-

tidos à avaliação da glicemia de jejum, colesterol total, triglicerídeos, glicemia pós-prandial e hemoglobina glicosilada.

As orientações nutricionais, individualizadas, juntamente com o plano alimentar sugerido foram baseadas na análise dos dados supracitados. Assim, foram prescritas dietas que visavam à obtenção de peso e composição corporal adequados. Tais dietas também foram prescritas com o objetivo de favorecer a obtenção do controle glicêmico e do perfil lipídico o mais próximo possível das recomendações.

Para análise dos impactos dos atendimentos nutricionais na saúde dos participantes do projeto, utilizou-se as informações contidas nos prontuários de atendimento de 22 pacientes, sendo 11 mulheres e 11 homens, dos 27 atendidos, todos portadores de diabetes tipo 2. A média de idade do grupo é de $57,6 \pm 7,2$ variando de 41 a 69 anos. A determinação do número de dados analisados foi em função do número de prontuários completos disponíveis.

Os dados coletados foram analisados com o software EPI INFO versão 6.04, no qual foram feitas a média e o percentual das variáveis utilizadas no estudo. Adotou-se nível de significância de 5%.

O impacto das atividades do projeto no nível de conhecimento dos participantes do mesmo foi avaliado aplicando um questionário semiestruturado, adaptado de Salvia e colaboradores (2005) e Costa e colaboradores (2004). Tal questionário continha itens relacionados aos conceitos básicos referentes ao diabetes, incluindo questões sobre os conhecimentos relativos à importância do tratamento adequado e às complicações resultantes do descontrole da doença, além de analisar as percepções do diabético a respeito da mesma. Esse questionário foi aplicado ao final do primeiro e do segundo semestre de 2008.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A satisfação dos voluntários em participar das atividades do projeto era nítida em função dos comentários feitos por eles mesmos quanto à adoção de hábitos saudáveis de vida. Além da aplicação dos questionários, o acompanhamento da evolução do grupo de diabéticos durante as atividades do projeto foi feita através de observação da postura inicial dos mesmos (perguntas, dúvidas, experiências etc.), onde foi possível perceber que tanto o conhecimento dos participantes como seu interesse em aprender mais sobre o diabetes e suas formas de tratamento eram maiores a cada encontro. Nesse sentido, uma análise qualitativa da intervenção feita poderia nos dizer que o projeto tem apresentado resultados relevantes tanto para a intervenção clínica (nutricional) quanto no nível cognitivo (conhecimento) de seus participantes.

Com relação a dislipidemias e alterações na pressão arterial, observou-se que 63,6% (n=14) dos participantes apresentavam hipertensão e 5 (22,7%) dislipidemia, (Figura 1). A elevada incidência de hipertensos entre os diabéticos participantes do projeto é preocupante, pois entre outros fatores, a alta mortalidade entre indivíduos nessa situação de saúde tem sido correlacionada à presença de hipertensão arterial e obesidade (SCHAAN; HARZHEIM; GUS, 2005).

Quanto aos exames bioquímicos, a média de glicemia de jejum observada foi de $137,7 \pm 60$ mg/dl apresenta-se alterado de acordo com a American Diabetes Association, ADA (2009), onde valores de glicemia ≥ 126 mg/dl podem favorecer a

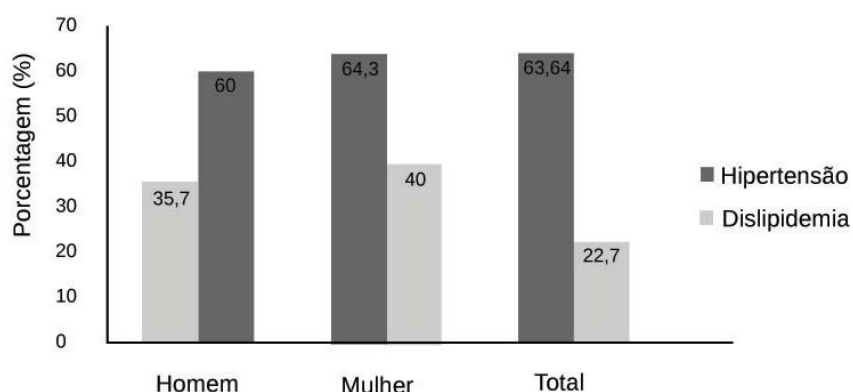


Figura 1: Porcentagem, por sexo, de hipertensos e dislipidêmicos (2008).

manifestação de diabetes e complicações resultantes da hiperglicemia. Deve-se ressaltar que dois dos pacientes analisados relataram ter passado por momentos de estresse muito grande próximo ao dia em que fizeram o último exame. Tal fato, provavelmente contribuiu para a obtenção de valores muito elevados de glicemia de jejum. Já as médias de colesterol e triglicérides foram $180,9 \pm 46,5$ mg/dL e $138,5 \pm 79,2$ mg/dL, respectivamente.

Os diabéticos apresentaram média de peso de $70 \pm 13,9$ kg e IMC de $26,9 \pm 4$ kg/m². De acordo a classificação proposta por Lipschitz (1994), observou-se que 9,1% (n=2) estavam com baixo peso, 40,9% (n=9) apresentavam eutrofia, 27,3% (n=6) sobrepeso e 22,7% (n=5) obesidade (figura 2). Além disso, constatou-se que apesar de ter mais homens que mulheres eutróficos, a prevalência de obesidade entre os homens também foi maior. Em 2005, 80% das mulheres e 70,5% dos homens participantes deste projeto foram classificados como portadores de sobrepeso e obesidade (IMC ≥ 25 kg/m²). Já em 2008, notou-se uma

considerável redução nos percentuais, passando para 54,6% das mulheres e 45,5% dos homens.

Segundo Gomes e colaboradores (2006), o sobrepeso e a obesidade exercem uma influência considerável no aumento de morbidade e mortalidade, principalmente associadas a doenças cardiovasculares, que são a principal causa de mortalidade em pacientes com diabetes mellitus tipo 2.

Esses autores também afirmaram que a redução do peso corporal tem resultados positivos no tratamento do diabetes, principalmente pelo fato do excesso de peso estar relacionado à resistência insulínica.

Esses resultados sugerem que, apesar de uma parte considerável do grupo apresentar eutrofia, há um grupo de distróficos (59,1%) importante quando se

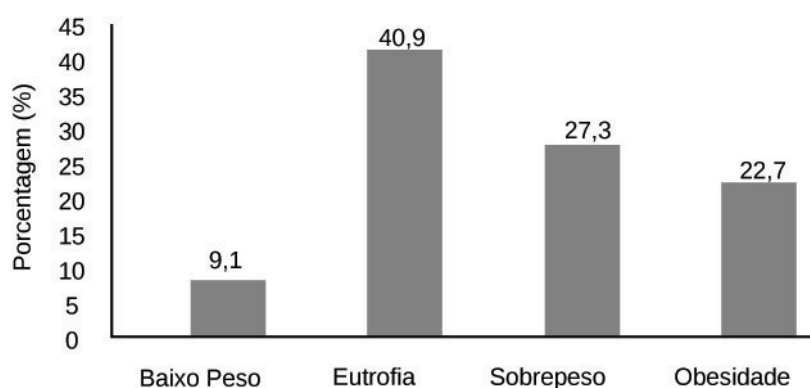


Figura 2: Porcentagem da classificação do IMC..

considera a necessidade de intervenção nessa população. Assim, deve-se considerar relevante a intervenção contínua para que o perfil nutricional e metabólico do grupo distrófico seja melhorado.

A circunferência de cintura (CC) tem sido uma variável antropométrica amplamente utilizada para rastrear indivíduos com risco para doenças cardiovasculares. Apenas 45% dos participantes do estudo apresentaram circunferência de cintura normal. Valores muito elevados foram observados em 41% dos diabéticos (Figura 3).

O índice de massa corporal e a CC têm sido variáveis antropométricas preditoras para risco de desenvolvimento de algumas doenças associadas à síndrome metabólica como o diabetes mellitus e hipertensão arterial. Exercícios físicos e adequação dietética são tratamentos não medicamentosos bastante recomendados para minimizar os efeitos dos riscos cardiovasculares em pacientes portadores de diabetes mellitus e doenças associadas (PIOVESANA; COLOMBO; GALLANI, 2006).

Esse ponto é importante, pois a maioria dos diabéticos (63,6%) do projeto em questão também apresentou hipertensão arterial. De acordo com Ferreira e colaboradores (2006), o excesso de gordura na região central do corpo está associado ao aparecimento de doenças cardiovasculares, diabetes e mortalidade. Com esses dados, é possível observar que grande parte do grupo (59%) apresentou risco para a manifestação de tais doenças em função da CC apresentada. Tal fato é extremamente relevante para nortear as intervenções propostas pelo projeto, principalmente quanto à manutenção de hábitos saudáveis de vida. Quanto ao estilo de vida 72,7% (n=16) dos participantes praticavam atividade física. Este resultado mostra que houve um aumento considerável nessa porcentagem, em relação ao observado em 2005, quando apenas 45,2% dos par-

ticipantes do projeto eram ativos. Acredita-se que tal fato possa contribuir para aumentar a sensibilidade à insulina nesses indivíduos, como descrito por De Angelis e colaboradores (2006).

Verificou-se que todos os diabéticos usam óleo vegetal para o preparo dos alimentos, sendo que 90,9% não fazem uso do sal de cozinha à mesa. Constatou-se também que a média do número de refeições/dia feitas pelos participantes foi de 5



Figura 3: Porcentagens de níveis de risco pela medida da circunferência da cintura (C.C.), em 2008.

$\pm 0,9$. Assim, percebe-se que em 2005 70% dos participantes faziam mais que 4 refeições por dia. Já em 2008, 81% desses faziam cinco ou mais refeições. Este fato é muito importante, já que para um bom controle do diabetes recomenda-se um maior fracionamento das refeições diárias (AMERICAN DIABETES ASSOCIATION, 2002 apud BATISTA et al, 2006).

Para se avaliar a influência do acompanhamento nutricional sobre o controle da doença apresentado pelos participantes do projeto, foram considerados tanto os dados antropométricos e bioquímicos registrados nos prontuários, quanto à participação do grupo nas reuniões, pois essas também são importantes para se perceber o nível de envolvimento e conhecimento dos participantes no projeto.

A aplicação dos questionários envolvendo temas relacionados ao diabetes mellitus ofereceu subsídios para o desenvolvimento do projeto e mostrou dados extremamente interessantes para o aperfeiçoamento do trabalho. Percebeu-se que os resultados da primeira aplicação do questionário foram um pouco melhores em comparação à segunda. No entanto, os participantes do projeto acertaram quase 80% das perguntas feitas em tal questionário. Este resultado indica uma alta retenção das informações transmitidas nas atividades educativas conduzidas no projeto. A análise das respostas, no primeiro semestre, foi útil para o direcionamento das atividades educativas desenvolvidas no projeto no segundo semestre.

Além das perguntas que mensuravam os conhecimentos dos diabéticos, o questionário também continha perguntas que visavam à análise da percepção que os mesmos possuíam a respeito da enfermidade. Nessa análise, todos os participantes, em ambas as aplicações do questionário, afirmaram que o apoio familiar é importante no tratamento do diabetes. Ao contrário do esperado, a maioria dos voluntários não tem vergonha de ser diabético, pois relataram que tal fato não os tornam pessoas diferentes e nem acreditam que a dieta recomendada para diabéticos atrapalhe a vida social dos mesmos.

CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, foi possível perceber que o controle metabólico do diabetes mellitus seja por tratamento medicamentoso ou não, depende não só

do atendimento nutricional ou das reuniões das quais o grupo participava. É necessário total envolvimento do paciente, da família e da sociedade para que se consiga conduzir o tratamento de maneira satisfatória, minimizando o risco de desenvolver complicações induzidas pelo descontrole.

Assim, analisando os dados dos participantes, observa-se que todas as variáveis diferiram de modo significativo, quando comparados os dados obtidos em 2005 e em 2008, adquiridos no acompanhamento individualizado. Apesar da média dos valores de IMC ter sido significativamente menor ao final deste estudo, este valor ainda se encontra ligeiramente elevado.

A partir dessas observações, verificou-se que a educação nutricional contribuiu para a adequação das medidas antropométricas dos participantes. Apesar de não terem sido analisadas outras medidas, as alterações observadas são suficientes para constatar a eficácia das atividades desenvolvidas pelo projeto, já que o IMC e a medida da CC são bons parâmetros para avaliar a composição corporal, assim como o risco de desenvolvimento de outras doenças relacionadas ao diabetes mellitus.

Foi possível perceber ainda que o conhecimento dos participantes acerca da doença e suas formas de tratamento são de extrema importância para que esse se conscientize da sua condição e conduza hábitos saudáveis de vida compatíveis com seu estado de saúde. Dessa maneira, é extremamente relevante ações como as do Projeto de Atendimento Nutricional a Diabéticos da Terceira Idade que visem além do tratamento do paciente, ampliar o seu conhecimento do mesmo sobre sua doença e as formas pelas quais ele poderá atuar para minimizar os impactos da mesma em sua vida.

Referências Bibliográficas

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Standards of Medical Care in Diabetes. *Diabetes Care*. v. 32. Supl. 1, jan.\2009.

BATISTA, M. da C. R. et al. Avaliação Dietética dos Pacientes Detectados com Hiperglicemia na "Campanha de Detecção de Casos Suspeitos de Diabetes" no Município de Viçosa, MG. *Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo*, São Paulo, v. 50, n. 6, dez. 2006.

_____. Avaliação dos resultados da atenção multiprofissional sobre o controle glicêmico, perfil lipídico e estado nutricional de diabéticos atendidos em nível primário. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 18, n. 2, mar./abr. 2005.

BRAY, G. A.; GRAY, D. S. Obesity I: Phathogenesis. *Western. Journal of Medicine*, v. 149, n. 4, p. 429-441, 1988.

COSTA, M. B. et al. Acompanhamento, Educação e Prevenção em Diabetes Mellitus. In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Anais. Belo Horizonte. 2004.

DATASUS. Disponível em:
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?siab/cnv/SIABSMG.def>. Acessado em: 01/12/2008.

_____.Disponível<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?siab/cnv/SIABSMG.def>>.

Acessado em: 01/12/2008.

DE ANGELIS, K. Efeitos Fisiológicos do Treinamento Físico em Pacientes Portadores de Diabetes Tipo 1. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo, São Paulo, v. 50, n. 6, dez. 2006.

FERREIRA, M. G. et al. Acurácia da circunferência da cintura e da relação cintura/quadril como preditores de dislipidemias em estudo transversal de doadores de sangue de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, fev. 2006.

GOMES, M. de B. et al. Prevalência de Sobrepeso e Obesidade em Pacientes Com Diabetes Mellitus do Tipo 2 no Brasil: Estudo Multicêntrico Nacional. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, fev. 2006.

KOOY, Y. W.; SEIDEL, J. C. Techniques for the measurements of visceral fat: apractical guide. International Journal Obesity Related Metabolic Disorders, v. 17, n. 4, p. 187-96, 1993.

LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. Primary Care. V. 21, n. 1, p. 55-67, 1994.

MC ARDLE, W. C.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do exercício. In: Energia e desempenho humano. 3. ed. Rio de Janeiro: Koogan, p. 387-409. 1991.

PIOVESANA, P. M.; COLOMBO R. C. R.; GALLANI M. C. B. J. Hypertensive patients and risk factors related to physical activity and nutrition. Revista Gaúcha de Enfermagem. V. 4, p. 557-63, 2006.

SALVIA, Leonardo Laguna; SALVIA, Leonides Laguna; SARDIÑAS, Osvaldo Segura. Comportamiento Clínico-Epidemiológico de la Diabetes Mellitus en el municipio Jobabo. Hospital "14 de Junio". Correo Científico Médico de Holguín, v. 9, n. 1, 2005.

SARTORELLI, D. S.; FRANCO, L. J.; CARDOSO, M. A. Intervenção nutricional e prevenção primária do diabetes mellitus tipo 2: uma revisão sistemática. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, jan. 2006.

SCHAAN, B. D.; HARZHEIM, E.; GUS, I. Perfil de risco cardíaco no diabetes mellitus e na glicemia de jejum alterada. Revista de Saúde Pública, v. 38, n. 4, 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Atualização brasileira sobre diabetes. Rio de Janeiro: Diagnostic, p. 140, 2005. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/publicacoes/geral/atualizacao_diabetes2006.pdf>. Acessado em: 24/07/2008.

_____. Disponível em: <<http://www.sbd.org.br>>. Acessado em: 28/07/2008.

WEINSIER, R. L.; NELSON, K. M.; HESRUD, D. D.; DARNELL, B. E.; HUNTER, G. R.; SCHUTZ, Y. Metabolic predictors of obesity. Contribution of resting energy expenditure, thermic effect of food, and fuel utilization to four-year weight gain of post-obese and never-obese women. Journal of Clinical Investigation, v. 95, n. 3, p. 980-5, 1995.

WHO. Disponível em: <http://apps.who.int/bmi/index.jsp?introPage=intro_3.html>. Acessado em: 21/10/2008.

_____. Disponível em: <<http://www.who.int>>. Acessado em: 21/10/2008.

WORLD DAY DIABETES. Disponível em: <<http://www.worlddiabetesday.org>>. Acessado em 10/09/2008.

Kely Raspante Teixeira é graduanda em Nutrição, do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV), kelraspante@hotmail.com.

Márcia Ferreira da Silva é mestranda em Educação Física do Departamento de Educação Física, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), marcia.silva@ufv.br.

Rita de Cássia Gonçalves Alfenas é professora, doutora, do Departamento de Nutrição e Saúde, Universidade Federal de Viçosa, ralfenas@ufv.br

PEAC – ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE INTERNADO NO HUB: CLÍNICAS CIRÚRGICA E PEDIÁTRICA

Fernanda Nascimento Pereira Doca

Virgínia Turra

Áderson Luiz Costa Junior

Fabício Fernandes Almeida

Resumo

O Projeto de Extensão de Ação Contínua (PEAC) “Atendimento Psicossocial ao Paciente Internado no HUB: Clínicas Cirúrgica e Pediátrica” fundamenta-se nos pressupostos teórico-filosóficos da psicologia da saúde, área de conhecimento e intervenção que tem por finalidade a promoção e manutenção da saúde, bem como a prevenção e tratamento de doenças. O projeto foi implantado no segundo semestre de 2007, no Hospital Universitário de Brasília (HUB), tendo por objetivo geral desenvolver atividades psicossociais de assistência, ensino, pesquisa e extensão universitária voltadas à promoção da qualidade de vida de pacientes, acompanhantes e profissionais integrantes destas clínicas. Este artigo destaca os principais elementos do PEAC relacionados ao: (a) contexto de atuação – clínica cirúrgica e pediátrica; (b) histórico; (c) objetivos específicos; (d) atividades desenvolvidas de assistência, ensino e pesquisa; e (e) principais resultados alcançados até o momento. Desde sua implantação, o projeto tem cumprido seus objetivos e alcançado suas metas, apresentando crescimento significativo das atividades desenvolvidas e implicações sociais e científicas. Contudo, tanto a assistência quanto as atividades de pesquisa indicam a necessidade de avaliações e aperfeiçoamento contínuos.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia da saúde, pediatria, cirurgia, extensão.

Abstract

The PEAC – Psychsocial Care for the Hospitalized Patient at the HUB: Surgical and Pediatric Clinics – is based upon the theoretical and philosophical purposes of health psychology, an area of knowledge and intervention that aims at promoting and maintaining health, as well as the prevention and treatment of diseases. The project was implemented in the second half of 2007, at the University Hospital of Brasília, aiming to develop general activities of psychosocial assistance, education, university research and extension focusing at the promotion of quality of life for patients, companions and professionals part of these clinics. This article highlights the main elements of the PEAC related to: (a) context of practice – surgical and pediatric clinics; (b) history; (c) specific purposes; (d) actives referring to assistance, teaching and scientific research; and (e) main results achieved so far. Since its deployment, the project has met its purposes and achieved its goals, showing significant growth in the number of activities executed as well as their scientific and social implications. However, both care and the research activities indicate the need for evaluation and continuous improvement.

KEYWORDS: health psychology, pediatrics, surgery, extension

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI e XVIII, as ciências biomédicas avançaram significativamente em termos científicos e tecnológicos, em suas mais diversas áreas, tais como anatomia, radiologia e patologia. Estes avanços estabeleceram os princípios fundamentais do paradigma biomédico de atenção à saúde, fundamentado no reducionismo biológico, no mecanicismo e no dualismo entre corpo e mente (REIS, 1998). No modelo biomédico, a saúde e doença são percebidas como estados qualitativamente diferentes, gerados por fatores externos ao corpo ou por mudanças internas involuntárias, de forma tal que os indivíduos têm pouco ou nenhum controle ativo sobre eles, não sendo, portanto, responsabilizados por sua ocorrência. Nesta perspectiva, a doença não pode ser gerada ou influenciada por fatores psicossociais, mas apenas implicar em consequências psicológicas (OGDEN, 1999).

Entretanto, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, as concepções de saúde e doença começaram a mudar em virtude do desenvolvimento de pesquisas que apontavam a influência de processos psicológicos e fatores sociais sobre a condição física do corpo (TAYLOR, 1995). Desta forma, um novo paradigma de atenção à saúde começou a se desenvolver, o paradigma biopsicossocial, fundamentado na concepção de saúde e doença como processos interligados, situados em um continuum e determinados por uma multiplicidade de fatores, entre eles os de ordem psicológica e comportamental (SARAFINO, 1997).

Esse processo de mudança paradigmática possibilitou o surgimento de outras áreas de conhecimento, entre elas a medicina psicossomática, a medicina comportamental, a psicologia da saúde e a psiconeuroimunologia. Destas, destaca-se a psicologia da saúde como uma das áreas, de pesquisa e de intervenção profissional, mais recentes de inserção da psicologia na compreensão da saúde (OGDEN, 1999).

Classicamente, a psicologia da saúde foi caracterizada por Matarazzo (1980) como:

"[...] o conjunto de contribuições educacionais, científicas e práticas, específicas da disciplina da psicologia, para a promoção e manutenção da saúde, prevenção e tratamento da doença e disfunções relacionadas, e o desenvolvimento de políticas públicas de saúde (p. 815)."

Apesar de desenvolver ações desde o início do século XX, apenas em 1978, foi criada a divisão de psicologia da saúde na American Psychological Association (APA – Divisão nº 38), sendo o seu desenvolvimento consolidado no decorrer dos anos 80 e 90 com o surgimento de algumas revistas, tais como o *Journal of Health Psychology*, o *Health Psychology* e o *British Journal of Health Psychology*.

No Brasil, as primeiras ações que representam o desenvolvimento da psicologia da saúde ocorreram em meados da década de 1950 associadas ao desenvolvimento de políticas públicas centralizadas no âmbito hospitalar e à inserção dos primeiros psicólogos no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Desta forma, no Brasil, a psicologia da saúde recebeu informalmente a denominação de psicologia hospitalar, termo que não é encontrado, com a mesma caracterização, em outros países. Apesar des-

te termo ser utilizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) desde 2001 para definir uma das áreas de especialidade do psicólogo brasileiro (CFP, 2001), vários autores apontam-no como inadequado (COSTA JUNIOR, 2005; YAMAMOTO, TRINDADE e OLIVEIRA, 2002) e ressaltam a não equivalência entre os dois termos, sendo que a psicologia hospitalar deve ser caracterizada como uma área de atuação da psicologia da saúde, a qual é mais abrangente por incluir diversos contextos e níveis de atenção à saúde que não apenas aqueles circunscritos a instituições hospitalares (CASTRO e BORNHOLDT, 2004).

Embora cronologicamente a psicologia da saúde seja reconhecida como uma nova área de conhecimento, seu crescimento tem ocorrido de forma acelerada, especialmente nas duas últimas décadas do século XX, de forma tal a ser considerada uma das principais áreas de inserção de psicólogos na atualidade (BROWN et al, 2002). Dados do CFP apontam a psicologia da saúde como uma das três áreas de maior inserção de psicólogos no mercado de trabalho entre 2000 e 2005 (CFP, 2005). De forma complementar, Seidl e Costa Junior (1999) apontam como indicadores deste desenvolvimento o número crescente de periódicos na área; a criação de seções de psicologia da saúde em sociedades de psicologia brasileira e de outras áreas da saúde; o aumento da produção científica qualificada; e a inserção gradativa de profissionais em contextos de atenção à saúde. Vários fatores contribuíram para esta expansão, entre eles: (a) a mudança na natureza dos problemas de saúde, ou seja, a redução da incidência de doenças infectocontagiosas em contraposição ao aumento da ocorrência das doenças crônicas; (b) o reconhecimento da importância dos fatores biopsicossociais na promoção e manutenção da saúde e na prevenção e tratamento de doenças; e (c) os benefícios potenciais das intervenções comportamentais e cognitivas, tanto para a saúde do indivíduo quanto para o sistema de saúde (COSTA JUNIOR, 2005; TAYLOR, 1995).

Através de intervenções psicológicas sobre crenças e comportamentos de indivíduos e/ou populações, a psicologia da saúde tem oferecido inúmeras e significativas contribuições tanto para o desenvolvimento de estilos e hábitos de saúde da população quanto para a mudança comportamental de indivíduos expostos a riscos potenciais de desenvolvimento de doenças (OGDEN, 1999). Tais contribuições se fazem fundamentais no contexto atual, visto que os comportamentos insalubres condicionam, ou, no mínimo, aceleram a ocorrência e a progressão de diversas doenças, além de afetarem a expectativa e a qualidade de vida dos indivíduos e/ou populações (STRAUB, 2005). Em contrapartida, reconhece-se também que as variáveis positivas, tais como resiliência e espiritualidade, configuram-se como fatores de proteção à saúde, as quais transformam e/ou tornam mais eficientes as respostas dos indivíduos frente a diversas situações adversas ou potencialmente estressantes (CALVETTI, MULLER e NUNES, 2007).

Considerando a abrangência das intervenções em psicologia da saúde e a ligação destes vários domínios a outras especialidades na área da saúde, a busca da interdisciplinaridade parece constituir uma característica intrínseca desse campo de atuação (CALVETTI, MULLER e NUNES, 2007). No entanto, Tonetto e Gomes (2007) destacam que o trabalho em equipe gera desafios que exigem habilidades e competências diferenciadas, tais como saber se comunicar e justificar clara e objetivamente os procedimentos técnicos pertencentes a sua especialidade, que ainda não são suficientemente desenvolvidas na maior parte das equipes de saúde. Além disso, de acordo com Gorayeb e Guerrelhas (2003), para se inserir na área da saúde de forma interdisciplinar, é necessário que o psicólogo tenha uma atitude científica, ou seja, fundamente seu trabalho

em evidências empíricas, provenientes de ações objetivas e precisas, passíveis de serem compreendidas por outros profissionais de saúde, psicólogos e não psicólogos.

A atuação em psicologia da saúde pauta-se pelo modelo de atenção integral à saúde, no qual não há um setting determinado e exclusivo para a atuação do psicólogo, as ações são efetuadas em conjunto e/ou parceria com outros profissionais, as atividades tendem a ser diversificadas e o foco de intervenção não se limita ao sujeito, mas abrange seu contexto sociofamiliar e de vida em geral (SEIDL e COSTA JUNIOR, 1999).

As especificidades da psicologia da saúde requerem que os psicólogos que atuam ou desejam atuar nesta área busquem formação especializada, a qual deve contemplar, entre outros aspectos: (a) conhecimentos e habilidades práticas em metodologias de avaliação, intervenção e pesquisa em saúde; (b) bases biológicas, sociais e psicológicas da saúde e da doença de indivíduos e grupos populacionais; (c) conhecimentos, habilidades e experiência com o desenvolvimento de intervenção interdisciplinar, comunicação e trabalho em equipe; (d) conhecimentos sobre desenvolvimento de políticas de saúde e organização de sistemas de saúde; (e) atualização ética, legal e tecnológica sobre temas ligados à área de saúde e psicologia; e (f) interface da psicologia da saúde com as outras áreas da psicologia e com outras disciplinas da saúde, com ênfase em suas diferenças e/ou semelhanças epistemológicas e metodológicas (BESTEIRO e BARRETO, in CASTRO, 2007; EVANS, 1983; SCHNEIDERMAN, 1983; TULKIN, 1983). Além desta formação de âmbito geral, faz-se necessário, também, treinamento específico em serviço, na subárea da psicologia da saúde, na qual pretende atuar.

No Brasil, a formação especializada em psicologia da saúde pode ser obtida através de cursos de formação em pós-graduação, *latu* ou *strictu sensu*, específicos da área, os quais, apesar de acessíveis no país, nem sempre atendem à legislação; devem ser credenciados ao CFP (no caso dos cursos *latu sensu*) e/ou credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ligados a universidades ou centros universitários com corpo docente qualificado e reconhecido na área (cursos *latu* e *strictu sensu*). Segundo Yamamoto, Trindade e Oliveira (2002), a formação dos psicólogos que atuam na área de saúde é ainda deficitária e/ou insuficiente, tanto no que se refere ao desenvolvimento de ações práticas quanto de pesquisa científica aplicada (CASTRO e BORNHOLDT, 2004). Esta situação implica em dificuldades teóricas e técnicas dos profissionais para estruturar e desenvolver ações sistematizadas, potencialmente capazes de serem generalizadas e/ou aplicadas a outros contextos e subsidiarem, por meio de indicadores, o aprimoramento das intervenções desenvolvidas.

Neste contexto onde faz-se necessário o desenvolvimento de ações sistematizadas, tanto em nível teórico quanto prático, aplicadas no âmbito da assistência, do ensino e da pesquisa científica, foi implantado no segundo semestre de 2007, no Hospital Universitário de Brasília (HUB) o Projeto de Extensão de Ação Contínua (PEAC) denominado "Atendimento Psicossocial ao Paciente Internado no HUB: Clínicas Cirúrgica e Pediátrica". Este artigo tem por objetivo apresentar este PEAC ressaltando seu contexto de atuação, histórico, objetivos, atividades desenvolvidas e principais resultados alcançados até o momento.

CONTEXTO

O PEAC – Atendimento Psicossocial ao Paciente Internado no HUB: Clínicas Cirúrgica e Pediátrica – é desenvolvido no Hospital Universitário de Brasília (HUB), um hospital de grande porte, integrante da Rede de Hospitais Universitários do Ministério da Educação, classificado como de nível terciário de atenção à saúde, devido à realização de atividades de alta complexidade em termos curativos. Os objetivos do HUB são: (a) prestar assistência adequada à saúde da população sob a sua responsabilidade (Distrito Federal e entorno); (b) oferecer condições apropriadas de ensino de graduação e de pós-graduação aos alunos da Universidade de Brasília; e (c) promover a educação continuada e a integração das atividades docentes assistenciais e de apoio à pesquisa, conforme art. 2º do Regimento Interno do HUB.

As clínicas cirúrgica e pediátrica referem-se a setores distintos de internação do hospital, sendo o primeiro destinado a pacientes adultos em pré ou pós-operatório, e o segundo destinado a pacientes pediátricos em investigação e/ou tratamento clínico.

Clínica Cirúrgica

Localizada no 2º andar da Unidade I dos Serviços Hospitalares e de Apoio, a clínica cirúrgica é composta por duas alas. A ala par conta com um total de 32 leitos, assim distribuídos: cirurgia geral (20 leitos), proctologia (5), torácica (3), cardiovascular (2) e plástica (2 leitos). A ala ímpar, por sua vez, possui um total de 15 leitos distribuídos entre: otorrinolaringologia (5 leitos), ginecologia (2), mastologia (2), neurocirurgia (2), ortopedia (2) e urologia (2 leitos). Ressalta-se que o número de leitos pode variar, conforme urgências, dinâmica do serviço e manutenção de equipamentos, e a distribuição dos leitos é flexível, podendo haver remanejamento momentâneo em decorrência da demanda.

A partir da alocação de leitos apresen-

tada, pode-se perceber que, na clínica cirúrgica, atuam 11 equipes médicas diferentes, além da equipe de enfermagem, nutrição, psicologia, serviço social e fisioterapia.

Na clínica cirúrgica, a permissão para acompanhante é concedida mediante avaliação e permissão do(a) enfermeiro(a) supervisor(a), tendo como principal critério as condições clínicas e a funcionalidade ou dependência do paciente, sendo que, via de regra, têm direito a um acompanhante os pacientes maiores de 60 anos e aqueles sem autonomia para o autocuidado. Por outro lado, as visitas podem ser realizadas diariamente, das 15h às 16h, sendo liberada uma visita por vez para cada paciente.

Clínica Pediátrica

A clínica pediátrica localiza-se no 1º andar da Unidade I dos Serviços Hospitalares e de Apoio, possui 25 leitos distribuídos entre nove enfermarias. O número de leitos também varia conforme urgências, dinâmica do serviço e manutenção de equipamentos. Não há distribuição prévia dos leitos entre as especialidades médicas sendo que a alocação dos mesmos faz-se através da demanda proveniente do serviço de pronto-atendimento infantil e dos ambulatórios de pediatria.

As especialidades médicas atuantes na clínica pediátrica são: pneumologia, gastroenterologia, reumatologia, nefrologia, hematologia, endocrinologia, infectologia, neurologia e cardiologia. O setor conta ainda com as equipes de enfermagem, nutrição, psicologia e serviço social.

Os pacientes na clínica pediátrica são internados, necessariamente, junto a um responsável (familiar/acompanhante), o qual deve ser maior de 18 anos. Em casos especiais, pode haver a liberação para a permanência de dois acompanhantes junto à criança. As visitas seguem as regras gerais do hospital, podendo ser realizadas diariamente, das 15h às 16h, sendo liberada uma visita por vez para cada paciente.

HISTÓRICO

Considerando o contexto das clínicas cirúrgica e pediátrica do HUB ora apresentado, foram implementados nestas unidades, a partir de 2005/2006, com base em um amplo levantamento de dados e necessidades das pessoas e equipes atendidas, atividades psicológicas de assistência, ensino e pesquisa científica.

Os setores de psicologia destas duas clínicas, apesar de diferenciados quanto à sua clientela, atividades e dinâmica de funcionamento, possuíam vários pontos de convergência, tanto teóricos quanto práticos, entre eles a fundamentação teórico-filosófica (da psicologia da saúde), a priorização de intervenções organizadas e sistematizadas, a disponibilidade e o interesse pelo desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa científica, entre outros. Desta forma, promovendo a interação entre os setores de psicologia das clínicas cirúrgica e pediátrica, e reforçando a parceria existente entre os mesmos, em junho de 2007, foi submetido e aprovado pelo Decanato de Extensão (DEX) da Universidade de Brasília (UnB) o PEAC de que trata este artigo, como forma de ampliar e melhorar o atendimento dispensado pelos setores de psicologia referidos, numa interação transformadora, gerando um aprendizado recíproco entre docentes, técnicos, alunos, pesquisadores, usuários e equipes de saúde.

OBJETIVOS

O PEAC “Atendimento Psicossocial ao Paciente Internado no HUB: Clínicas Cirúrgica e Pediátrica” tem por objetivo geral desenvolver atividades psicológicas de assistência, ensino, pesquisa científica e extensão universitária voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida de pacientes, acompanhantes e profissionais integrantes das clínicas cirúrgica e pediátrica. De forma específica, este PEAC pre-

tende: (a) atender às necessidades psicossociais de pacientes internados no HUB, bem como seus familiares e acompanhantes; (b) ampliar e sistematizar as intervenções realizadas pelo setor de psicologia no contexto da internação do HUB; (c) contribuir com a formação acadêmica e profissional de estudantes de graduação em psicologia da UnB e psicólogos graduados, especialmente no que se refere à psicologia da saúde; (d) desenvolver e divulgar pesquisas científicas que possam subsidiar a prática profissional em psicologia da saúde; e (e) difundir o conhecimento produzido em veículos da mídia e literatura especializada.

ATIVIDADES

As atividades do PEAC encontram-se divididas, para fins de organização, em atividades de assistência, ensino e pesquisa. Entretanto, em termos práticos, estas atividades encontram-se interligadas de tal forma que há uma interdependência e uma retroalimentação contínua entre as mesmas.

Atividades de Assistência

As atividades de assistência em psicologia foram as primeiras a serem implantadas e organizadas a partir da lotação e permanência das técnicas do quadro efetivo da FUB, Virgínia Turra e Fernanda Doca, nas clínicas cirúrgica e pediátrica, respectivamente. Com base no levantamento inicial já citado, foram elaborados instrumentos, roteiros de entrevistas, rotinas de atendimentos, protocolos de registros, critérios de avaliação e bancos de dados de atendimentos, os quais são revistos, testados e modificados continuamente.

Estas atividades visam o manejo de variáveis psicossociais que intervêm, entre outros aspectos, sobre as condições de adesão e enfrentamento de pacientes e familiares expostos a tratamentos de saúde, sendo a adesão definida neste contexto como a quantidade e qualidade das ações do pa-

ciente relacionadas às prescrições e orientações dos profissionais de saúde, e o enfrentamento como o modo com que paciente e seus familiares lidam com as demandas de doença e tratamento, incluindo internação, procedimentos médicos invasivos, restrições, perdas, alta, cura, entre outros.

Atividades de Ensino

As atividades de ensino foram implantadas a partir do 2º semestre de 2006, em diálogo com o Instituto de Psicologia (IP), por meio do prof. dr. Áderson Luiz Costa Junior, docente orientador do PEAC.

O Estágio Supervisionado em Psicologia da Saúde, principal atividade de ensino de graduação desenvolvida, tem duração de 11 meses consecutivos. A carga horária semanal é de 16 horas práticas (na unidade de saúde) e quatro horas de atividades teóricas (na UnB). O ingresso do estudante no estágio é realizado mediante processo seletivo, divulgado através de cartazes afixados no IP e através de comunicados nas disciplinas pré-requisitos obrigatórios para o estágio, tendo em vista que o mesmo é reconhecido pelo IP como um "Estágio Supervisionado Psicólogo", disciplina obrigatória do curso de Graduação em Psicologia na UnB.

O programa de estágio é desenvolvido a partir de atividades teóricas e práticas. A avaliação e progressão no programa de estágio ocorrem de forma individual, de acordo com a aquisição das habilidades e competências necessárias a cada atividade. O sistema de acompanhamento do estagiário se faz através da avaliação da atuação junto aos usuários e da produção escrita do aluno, ambas supervisionadas diariamente e em horários específicos de supervisão em grupo. Como produto do estágio, cada aluno deve, necessariamente: (a) propor e desenvolver, ao longo do estágio, um projeto de pesquisa que tenha por objetivo subsidiar uma atividade de intervenção profissional posterior; (b) apresentar os resultados parciais do mesmo, sob a forma de painel, a

ser submetido à Comissão Científica da Jornada Científica Anual do HUB; e (c) elaborar manuscrito científico baseado nos resultados obtidos a partir da execução do seu projeto de pesquisa, o qual deve estar de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996) e em conformidade com os critérios de publicação de revistas científicas especializadas na área. Tal manuscrito deverá ser submetido a um periódico de circulação nacional ou internacional qualificado.

Além do estágio, o PEAC promove, em caráter esporádico, cursos de extensão, palestras, entre outros eventos técnico-científicos. Entre os cursos/palestras promovidos recentemente, encontram-se: (a) Introdução ao treinamento em psico-oncologia: princípios gerais; (b) Atendimento psicológico para pacientes com dor crônica. Módulo 1: Conceitos e diretrizes práticas; (c) Como prevenir acidentes nas escolas. Módulo 1: Conceitos e diretrizes práticas; e (d) Ciclo de debates sobre dor.

Atividades de Pesquisa Científica

As atividades de pesquisa científica são implantadas e desenvolvidas a partir das demandas identificadas na execução das atividades de assistência e ensino, desde o segundo semestre de 2006, e têm por objetivo geral obter informações sistemáticas e com rigor metodológico, que possam subsidiar e/ou aperfeiçoar as intervenções profissionais efetuadas nas clínicas cirúrgica e pediátrica. Estas atividades são desenvolvidas, de forma colaborativa, por todos os membros do projeto, sendo orientadas pelo prof. dr. Áderson Luiz Costa Junior e coordenadas/supervisionadas pelo psicólogo Fabrício Fernandes Almeida.

Destacam-se, entre os projetos em andamento, aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB (FS/UnB), os seguintes: (a) Avaliação do programa sistematizado de atividade lúdica desenvolvido na Enfermaria do Centro de Clínicas Pediátricas

do HUB, sob a responsabilidade da Psicóloga Fernanda Doca; (b) Elaboração de protocolo psicoeducacional para atendimento ao paciente cirúrgico internado no HUB, sob a responsabilidade da psicóloga Virgínia Turra; e (c) Avaliação de variáveis psicossociais relacionadas à dor, sob a responsabilidade do psicólogo Fabrício Fernandes Almeida.

As pesquisas realizadas no âmbito do projeto seguem as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução 196/96 (BRASIL, 1996) e, os resultados obtidos, são submetidos à divulgação em eventos e/ou periódicos científicos.

RESULTADOS

Ao longo de quase dois anos de atividades o PEAC tem cumprido seus objetivos e alcançados suas metas.

Em termos de equipe de trabalho, o projeto conta, desde o início, com quatro membros permanentes (responsáveis pela coordenação do projeto), e já obteve a colaboração de outros 37 membros, em caráter temporário, sendo estes últimos distribuídos entre: 5 colaboradores externos, 28 extensionistas voluntários e 4 bolsistas de extensão. No primeiro semestre de 2009, a equipe foi composta por 22 membros, o que representa um crescimento exponencial dos integrantes do PEAC e, principalmente, das atividades desenvolvidas e suas implicações sociais e científicas.

No que se refere às atividades de assistência, a equipe do PEAC já possibilitou a realização de um grande número de atendimentos às necessidades psicossociais de pacientes internados no HUB, bem como seus familiares e acompanhantes. A tabela 1 apresenta o número de atendimentos realizados por ano no âmbito do projeto.

No que se refere ao ensino, desde a sua criação, o PEAC recebeu e deu treinamento a um total de 19 alunos de graduação em Psicologia da UnB,

os quais puderam desenvolver atividades teóricas, práticas e científicas supervisionadas, necessárias para a formação e posterior atuação qualificada na área de psicologia da saúde.

Ano	Paciente	Familiar/Acompanhante	Equipe
2007	425	270	245
2008	546	466	661
Total	971	736	906

Tabela 1: Número de atendimentos aos pacientes, familiares e equipe por ano (2007/2008)..

No que se refere à pesquisa científica, as atividades desenvolvidas têm possibilitado continuamente a adequação e reformulação da rotina de atendimentos, roteiros de entrevistas e instrumentos utilizados, bem como protocolos de registro e armazenamento de dados de atendimentos. A esse respeito produziu-se no âmbito do projeto, uma proposta de modelo de anotações psicológicas em prontuário, a partir da adaptação de modelos adotados pela ciência médica, a qual denomina-se “prontuário psicológico orientado para o problema” (PPOP) (ALMEIDA, CANTAL e COSTA JUNIOR, 2008). Tal proposta foi implementada, testada e seus resultados foram publicados em periódico científico qualificado da área.

Várias outras pesquisas desenvolvidas pela equipe do PEAC já foram divulgadas em eventos e/ou publicadas em periódicos científicos. Na Jornada Científica do HUB, por exemplo, os integrantes do PEAC apresentaram oito trabalhos, sendo dois em 2007 e seis em 2008.

A qualidade dos trabalhos apresentados tem sido reconhecida por pesquisadores e/ou grupos científicos da área, de tal forma que dois trabalhos receberam menção honrosa da Sociedade Brasileira de Pediatria por sua apresentação no Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Saúde da Criança e do Adolescente, em 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao integrar e articular atividades de assistência, ensino e pesquisa, pautadas em pressupostos teórico-filosóficos da psicologia da saúde, o PEAC apresentado neste artigo busca construir um contexto diferenciado e integrado de atuação, pesquisa, e formação na área de psicologia da saúde. A preocupação e o investimento de esforços na organização, sistematização e padronização de procedimentos e rotinas de atendimento psicológico, integrados ao trabalho da equipe de saúde, têm por finalidade: (a) oferecer à população um serviço de qualidade que atenda, efetivamente, as suas necessidades psicossociais; (b) disponibilizar aos alunos de graduação em Psicologia, uma formação sólida, coerente e qualificada em psicologia da saúde; e (c) colaborar com o desenvolvimento da área da psicologia da saúde, através da consolidação de conhecimentos sistemáticos. Desta forma, o PEAC integra a Universidade e a comunidade, numa ação complementar e transformadora, produtora de novos conhecimentos e práticas.

Conforme exposto no artigo, desde a sua implantação, o PEAC tem cumprido seus objetivos e alcançados suas metas. Todavia, tanto a prática quanto a pesqui-

sa indicam que ainda há muito a fazer. Desta forma, periodicamente, a coordenação do PEAC, juntamente com seus integrantes, buscam avaliar suas ações e (re)definir metas a curto, médio e longo prazos, pautadas no cenário atual e nas perspectivas futuras que se apresentam, em termos científicos e de políticas públicas de saúde.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. F.; CANTAL, C.; COSTA JUNIOR, A. L. Prontuário psicológico orientado para o problema: um modelo em construção. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 28, n. 2, p. 430-442, 2008.

BRASIL. Resolução Nº 196, de 10 de outubro. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1996.

BROWN, R. T.; FREEMAN, W. S.; BROWN, R. A.; BELAR, C.; HERSCH, L.; HORNYAK, L. M.; RICKEL, A.; ROZENSKY, R.; SHERIDAN, E.; REED, G. The role of psychology in health care delivery. *Professional Psychology: Research and Practice*, v. 33, n. 6, p. 536-545, 2002.

CALVETTI, P. U.; MULLER, M. C.; NUNES, M. L. T. Psicologia da saúde e psicologia positiva: perspectivas e desafios. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 706-717, 2007.

CASTRO, E. K. Psicologia pediátrica: a atenção à criança e ao adolescente com problema de saúde. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 27, n. 3, p. 396-405, 2007.

CASTRO, E. K.; BORNHOLDT, E. Psicologia da saúde versus Psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 24, n. 3, p. 48-57, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. Resolução Nº 02/2001, de 10 de março. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2001.

_____. *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. São Paulo: Alínea, 2005.

COSTA JUNIOR, A. L. Psicologia da saúde e desenvolvimento humano: o estudo do enfrentamento em crianças com câncer e expostas a procedimentos médicos invasivos. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (Orgs.). *A essência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, p. 171-189, 2005.

EVANS, R. I. Task Group on Applied Research. *Health Psychology*, v. 2, n. 5, p. 71-73, 1983.

GORAYEB, R.; GUERRELHAS, F. Sistematização da prática psicológica em ambientes médicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. V, n. 1, p. 11-19, 2003.

JENKINS, C. D. Princípios gerais de promoção da saúde e prevenção de doenças. In: JENKINS, C. D. *Construindo uma saúde melhor*. Porto Alegre: Artmed, p. 15-20, 2007.

MATARAZZO, J. D. Behavioral health and behavioral medicine: Frontiers for a new health psychology. *American Psychologist*, v. 35, p. 807-817, 1980.

OGDEN, J. *Psicologia da saúde*. Lisboa: Climepsi Editores, 1999.

REIS, J. C. *O sorriso de Hipócrates. A integração biopsicossocial dos processos de saúde e doença*. Lisboa: Editora Veja, 1998.

SARAFINO, E. P. *Health psychology: Biopsychosocial interactions*. United States of America: John Wiley & Sons, Inc., 1997.

SCHNEIDERMAN, N. Task Group on Basic Research. *Health Psychology*, v. 2, n. 5, p. 67-70, 1983.

SEIDL, E. M. F.; COSTA JUNIOR, A. L. O psicólogo na rede pública de saúde do Distrito Federal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 15, n. 1, p. 27-35, 1999.

SILVA, M. J. P. Comunicação tem remédio – A comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo: Loyola, 2005.

STRAUB, R. O. A psicologia da saúde hoje a amanhã. In: STRAUB, R. O. *Psicologia da saúde*. Porto Alegre: Artmed, p. 571-589, 2005.

TAYLOR, S. E. *Health psychology*. United States of America: McGraw-Hill College, 1995.

TONETTO, A. M.; GOMES, W. B. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 24, n. 1, p. 89-98, 2007.

TULKIN, S. Task Group on Health Care Services. *Health Psychology*, v. 2, n. 5, p. 74-76, 1983.

YAMAMOTO, O. H.; TRINDADE, L. C. B. O.; OLIVEIRA, I. F. O psicólogo em hospitais no Rio Grande do Norte. *Psicologia USP*, v. 13, n. 1, p. 217-246, 2002.

<http://www.abpsa.com.br/congressoluso.html> (I Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde-5 a 7/02/2009)

Fernanda Nascimento Pereira Doca é mestre, psicóloga da Enfermaria de Pediatria Clínica do Hospital Universitário de Brasília (HUB) e vice-coordenadora do projeto, fernandadoca@unb.br.

Virgínia Turra é psicóloga, da Clínica Cirúrgica do Hospital Universitário de Brasília (HUB), doutoranda em Desenvolvimento Humano e Saúde, na UnB e Coordenadora do projeto, turra@unb.br.

Áderson Luiz Costa Junior é professor adjunto do Instituto de Psicologia (IP/UnB) e orientador do projeto, aderson@unb.br

Fabrcio Fernandes Almeida é psicólogo, mestrando da UnB em Desenvolvimento Humano e Saúde e vice-coordenador do projeto, fabrciofalmeida@unb.br

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA EM SANTA MARIA-DISTRITO FEDERAL

Renan Janke Bosque
Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares
Maria Fernanda Nince Ferreira

Resumo

A educação ambiental promove o aprendizado sobre o meio ambiente, sendo uma maneira de refletir sobre interações sociais e o impacto que essas ações causam ao planeta. No Brasil, o avanço dessa área do conhecimento se torna a cada dia mais evidente, e as novas gerações já se veem inseridas em um contexto onde as questões socioambientais são parte de suas vidas. Em regiões desprivilegiadas, no entanto, o debate sobre essas questões se torna dificultado devido às limitações sociais que não permitem a abertura necessária para discutir questões pertinentes à conservação do meio ambiente. No Distrito Federal, as cidades-satélites são, em sua maioria, áreas que apresentam dificuldades sociais incluindo um alto valor para a conservação. Uma dessas cidades é Santa Maria onde este trabalho foi desenvolvido. Aulas semanais foram ministradas no Núcleo de Extensão com caráter teórico-prático, utilização de mostra de filmes, confecção de aquários e cartazes, plantio de mudas de hortaliças e de plantas nativas do Cerrado. Nos encontros foram abordados temas pertinentes à educação ambiental como desenvolvimento sustentável, uso da água, energia e poluição. De maneira geral esse trabalho apresentou resultados positivos e uma nova percepção dos alunos sobre a inserção do ser humano em seu meio pôde ser construída.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental, Santa Maria, extensão, Ribeirão Santa Maria

Abstract

Environmental education promotes the learning process about the Environment, consisting in a way to reflect on social interactions and the impacts that these interactions cause in the planet. In Brazil, the advancement of this type of knowledge is getting more evident, and the new generations are already being inserted in a context where the discussion about environmental questions is part of their lives. However in poor regions the discussion of these kind of question is more limited due the social problems of the area. In Distrito Federal some cities called "cidade-satélite" are areas with economic and social limitations and in general, present a high value to the environmental conservation. One of these cities is Santa Maria, where our work was developed. Weekly lessons had been given in the "Núcleo de Extensão" with theoretical and practical characteristics. In our lessons we used movies, confection of aquariums, posters, plantation of vegetables and Cerrado's native plants. At the meetings, pertinent subjects related to the environmental education were discussed like sustainable development, use of water, energy and pollution. This work showed positive results and a new student's perception about the human participation in the environment was constructed.

KEYWORDS: environmental education, extension, Santa Maria City, Santa Maria Stream

INTRODUÇÃO

As alterações antrópicas verificadas na extensão do Ribeirão Santa Maria, como o desmatamento, o uso e a ocupação indevida do solo, a urbanização e a poluição dos recursos hídricos geraram graves problemas ambientais nas regiões de Santa Maria e Novo Gama, entorno do Distrito Federal. Tais problemas somados à ausência de políticas públicas e planejamento de ocupação, preservação e recuperação do solo em áreas degradadas, trouxeram como herança a degradação do Ribeirão e de várias áreas vizinhas.

No final da década de 80, a Universidade de Brasília iniciou, por meio do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental (ENC/UnB), os primeiros estudos sobre aquela região. O resultado da investigação constatou o comprometimento da capacidade de abastecimento do Ribeirão que já então mostrava sinais de desgaste em suas funções naturais.

Em continuidade a compromisso assumido pela Universidade com a conservação e preservação dos recursos hídricos do DF, o Decanato de Extensão da UnB, em 2003, realizou o V Encontro em Defesa das Águas. Na ocasião foram suscitadas, com a participação de membros comunitários, importantes questões diretamente ligadas à recuperação e preservação das matas de galerias e ciliares, prejudicadas pela urbanização desordenada da cidade, por queimadas e avanço da agricultura extensiva. A UnB comprometeu-se a investir na revitalização do Ribeirão de Santa Maria, a partir da limpeza dos leitos dos rios e da recuperação das matas ciliares, bem como a empreender ações locais de formação continuada em educação ambiental.

Assim, os resultados do encontro originaram a criação do Projeto de Extensão de Ação Contínua (Peac) “Revitalização do Ribeirão Santa Maria: Educação Ambiental e participação popular na construção da cidadania”, desenvolvido a partir de 2003 e que constituiu a base para a estruturação do Núcleo de Extensão da UnB em Santa Maria-DF.

O Núcleo de Extensão funcionou de 2006 a 2008. Surgiu como uma possibilidade integradora das atividades do Projeto de Revitalização, seguindo a diretriz de expansão do campus, por meio da implantação de novas instalações da UnB nas cidades do Distrito Federal. Nesse sentido, a UnB firmou com a Administração de Santa Maria um Acordo de Cooperação que tinha como objetivo democratizar o acesso à cultura e fomentar o debate sobre a educação ambiental, a partir da integração de saberes e do diálogo entre a Universidade e a comunidade de Santa Maria.

Todo esse trabalho esteve assestado na discussão da exclusão educacional, econômica, social e ambiental a que estão submetidas as classes populares brasileiras e na necessidade de construção de novos processos educativos criativos, participativos, democráticos e emancipatórios que levem em conta as realidades sociais das camadas menos favorecidas, sobretudo dos que vivem no Distrito Federal e Entorno, na região das cidades de Santa Maria, Gama, Novo Gama, Pedregal e Valparaíso em Goiás.

Do mesmo modo, a universidade pública como lócus privilegiado de construção de novos conhecimentos, tem o papel social de fazer emergir uma educação transformada e transformadora em suas unidades acadêmicas.

O conceito de educação ambiental aqui compreendido versa sobre a ideia de

uma proposta pedagógica concebida como nova orientação em educação, a partir da consciência da crise ambiental. Busca construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente de forma a intervir nelas acionando diversas áreas de conhecimento e diferentes saberes – também os não escolares como os das comunidades e populações locais – e valorizando a diversidade de culturas e dos modos de compreensão e manejo do ambiente” (CARVALHO, 2004, p. 54; DIAS, 2000).

Segundo Carvalho, a educação ambiental oferece um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido amplo, à qual muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos.

A realização do projeto fundamentou-se ainda no compromisso com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável. Atualmente, são várias as definições acerca dos dois conceitos, tanto na comunidade científica quanto fora dela. Por seu caráter difuso e variado, considerar-se-á aqui a noção de meio ambiente como:

“o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural, tecnológica, processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (REIGOTA, 2002, p. 14).

Para tanto:

“transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles. Assim, o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações internas e externas caracterizam a história individual e a social onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição e a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo” (REIGOTA, op cit, p. 15).

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável esse é como um paradigma alternativo de sustentabilidade no qual os recursos ambientais convertem-se em potenciais capazes de reconstruir o processo econômico dentro de uma nova racionalidade produtiva, propondo um projeto social baseado na produtividade da natureza, com gestão participativa dos recursos pelas populações, com respeito à autonomia cultural local e diversidade étnica.

MATÉRIAS E MÉTODOS

O trabalho desenvolvido no âmbito do Núcleo de Extensão de Santa Maria foi uma oportunidade de construção do conhecimento científico, a partir de um processo interativo que se pode chamar de Ecologia do Saber: uma nova convivencialidade acadêmica, pautada pela integração dos muitos saberes. Surpreendendo-se com essa realidade onde diferentes formas de conhecimento emergiram.

Assim, para se somar à iniciativa do Peac de Revitalização do Ribeirão Santa Maria estruturou-se no âmbito do Núcleo o projeto “Diálogo Acadêmico com o Ensino Fundamental e Médio: aprendendo com Anísio Teixeira”. Este compreendeu um processo educativo, cultural e científico que, ao integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, estruturou e manteve entre a universidade e a sociedade relação transformadora, baseada na dialética teoria/prática e na abordagem interdisciplinar que asseguraram ao fenômeno social a sua complexidade.

O Diálogo Acadêmico previu em princípio: cursos de reforço ao ensino médio e fundamental, educação continuada, inclusão digital, alfabetização de jovens e adultos, formação política e educação ambiental, foco do presente artigo.

A educação ambiental foi realizada em aulas semanais dentro e fora do Núcleo de Extensão em Santa Maria, durante um semestre letivo. Os alunos apresentavam faixa etária entre cinco e 18 anos. Realizaram-se diversas atividades e, dentre as lúdicas, jogos com crianças, brincadeiras, desenhos etc. As aulas tiveram caráter teórico-prático, com a utilização de mostra de filmes, confecção de aquários e cartazes, plantio de mudas de hortaliças e de plantas nativas do Cerrado. Nos encontros com temas pertinentes à educação ambiental foram abordados assuntos como desenvolvimento sustentável, uso da água, energia e poluição.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Mostra de filme

O filme “Ilha das flores”, 1989, de Jorge Furtado com a produção da Casa de Cinema de Porto Alegre foi exibido com datashow (Foto 1) e divulgado por meio de cartazes.

Acervo do projeto



Foto 1: Atenção e descontração na exibição do filme Ilha das Flores

Como forma de aumentar o número de participantes, essa atividade foi estendida para os demais integrantes do núcleo e servido um lanche entre eles. Os alunos mostraram-se bastante interessados e motivados. Após o filme foi pedido que fizessem uma reflexão sobre o que tinha sido visto, associando ao que eles enfrentam em seu cotidiano. O grau de pobreza apresentado no filme é muito mais elevado que o de Santa Maria, mas os alunos foram capazes de identificar fatos que ocorrem em sua comunidade como: o desperdício, a poluição e a desigualdade social.

Dinâmica de desenho

Nessa atividade (Foto 2) a turma foi separada em dois grupos e os alunos convidados a desenhar em duas grandes folhas de papel pardo suas impressões sobre “O que é o meio ambiente”. Foram identificados nos desenhos os seguintes problemas existentes em suas comunidades: má-educação ambiental, erosão, lixo e desperdício.

Os desenhos também apontaram as seguintes soluções: educação para a conscientização, reciclagem, reaproveitamento de materiais dentro da própria casa e economia de gastos em geral.

Acervo do projeto



Foto 2: alunos confeccionando cartazes com temática ambiental

Construção de aquário

A água, um recurso essencial à vida está se tornando cada vez mais inacessível para o consumo devido a sua degradação. Além dos efeitos diretos sobre a saúde e a qualidade de vida, a poluição dos recursos hídricos pode levar à morte inúmeras espécies que habitam o planeta. Nas atividades lúdicas sobre a água os alunos teriam que levantar pontos-chave sobre o que eles imaginam que compõem um ambiente aquático poluído e um não poluído. Deveriam também formular hipóteses sobre o que ocorre nesses ambientes em cada um dos seus estados de origem. Para tanto foi pedido a eles a confecção de dois aquários. No primeiro foi adicionada água limpa, juntamente com cascalho, peixes ornamentais, plantas, aerador e filtro. Para cada item adicionado era esclarecido o seu papel ecológico e como que esses itens agem em um ambiente aquático natural. No segundo aquário, foi pedido aos alunos que recolhessem lixo que encontrassem ao redor do núcleo e colocassem no aquário uma mostra desse lixo. Desta forma após alguns dias puderam visualizar o que ocorre quando se polui um ambiente aquático. Os alunos foram convidados a dar nomes aos peixes, criando dessa maneira um vínculo afetivo e de responsabilidade de forma que a cada semana um deles tomou conta do aquário e fez um relato sobre

suas condições. A atividade da manutenção de um corpo de água sujo e outro limpo ilustrou de forma simplificada, porém muito clara, os efeitos da ação antropogênica desordenada sobre um recurso hídrico.

Atividade de plantio de mudas

O Cerrado é considerado um dos 25 hotspots de biodiversidade (MYERS et al, 2000) e apesar disso 80% desse bioma apresentam algum grau de perturbação (MITTERMEIER et al, 2000). Tendo em vista essa problemática foi realizada a atividade de plantio de mudas (Foto3) e sementes de plantas comestíveis para serem plantadas em vasos dentro das instalações do Núcleo de Extensão de Santa Maria (Foto4) e mudas de plantas nativas do Cerrado para serem plantadas em canteiros na área externa (Foto 5).

Acervo do projeto



Foto 3: Plantio de mudas de hortaliças

Acervo do projeto



Foto 4: alunos selecionando sementes para plantio



Foto 5: plantio de mudas de espécies nativas do cerrado

Buscou-se nessa atividade, como principal foco, aguçar a percepção dos alunos quanto à relação do homem com seu meio, o quanto se depende da natureza e como a destruição das áreas nativas afetam os organismos. Foi pedido que os alunos limpassem os canteiros externos retirando todo o lixo que encontrassem e com a utilização de ferramentas adequadas plantaram as mudas (Foto 6). Ao término, foi pedido aos alunos que refletissem sobre como a natureza pode trazer benefícios para o homem se souber cuidar dela e que esses benefícios devem ser estendidos aos outros organismos, mantendo-se preservadas as áreas de vegetação nativas.

A proposta de mudança cultural foi trabalhada, em especial, sob o meio urbano no qual todos ocupam e vivem, levando as pessoas a perceberem que a defesa do meio ambiente é mesclada, e não isolada, com a defesa da qualidade de vida. Neste contexto, o recolhimento do lixo, a limpeza da área no entorno e o plantio de mudas no Núcleo de Extensão de Santa Maria quantifica e qualifica o rastro deixado pela ocupação da área e a falta de conscientização ambiental.



Foto 6: plantio de mudas de espécies nativas do cerrado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, puderam ser destacados pontos importante desencadeados por meio das oficinas de educação ambiental: primeiramente, o fato de a comunidade tomar conhecimento do Ribeirão Santa Maria e de se sensibilizar pela sua revitalização. Segundo, a contínua e crescente adesão da comunidade às propostas e aos cursos ministrados, e terceiro, a ampliação dos debates e discussões realizadas em comemoração ao dia do meio ambiente.

Segundo LERDA e EARLE (2007) promover a educação ambiental em uma sociedade voltada quase que inteiramente para o desenvolvimento tecnológico é uma missão bastante difícil. Aliado a esse fator, a educação ambiental não é vista como uma estratégia para a conservação e sim como uma aposta a longo prazo. Por analogia ressalta-se que durante o curso se apresentaram problemas sérios como a evasão dos alunos, por exemplo. A localização do Núcleo, situado em uma área de difícil acesso na cidade, dificultou o transporte e a participação dos alunos. Muitos deles tinham que dispor de dois ônibus para chegar às aulas. Concluiu-se que seria de grande importância estudos prévios que levassem em consideração a adequação dos locais a serem implementadas ações de educação, para facilitar a participação e promover a racionalização dos recursos destinados a esse fim.

A pobreza de certas regiões certamente acelera o processo de destruição do meio ambiente, sendo que são esses locais que apresentam os piores estados de conservação. Destaca-se assim a importância dos trabalhos de educação ambiental que devem ser implementados nesses contextos.

A linha de atuação do Núcleo de Extensão de Santa Maria reflete as diretrizes da extensão universitária desenvolvida na Universidade de Brasília, no sentido de possibilitar a formação de uma comunidade ambiental, social e economicamente sustentável, numa ação reintegradora com o ambiente local por meio de novos valores éticos e estéticos baseados num paradigma onde outro modelo de produção e reprodução da vida seja possível.

A educação ambiental tende a explorar os estreitos vínculos existentes entre identidade, cultura e natureza, e à tomada de consciência de que por meio da natureza reencontra-se a própria identidade humana, a identidade de ser vivo entre os demais seres vivos (SAUVÉ, 2005).

A educação ambiental não deve ser vista, portanto, como um espaço onde conhecimentos puros, não integrados são transmitidos aos alunos, e há a necessidade imperiosa de uma ação conjunta com outros profissionais ao longo do curso.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas, os alunos da UnB envolvidos no projeto, também obtiveram maior oportunidade de desenvolver conhecimentos e de aumentar sua consciência ecológica e ao mesmo tempo de exercitar a cidadania como expressão extensionista. Foi formado um pequeno mais significativo contingente de estudantes que poderão exercer a multiplicação do conhecimento em comunidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. Ed., São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

LERDA, D.; EARLE, S. W. Educação ambiental para a conservação – desafios e lições em educação ambiental e conservação da biodiversidade: reflexões e experiências brasileiras. Barueri, SP: Manole, 2007. 318 p.

MITTERMEIER, R. A.; MYERS, N.; MITTERMEIER, C. G. Hotspots: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Mexico City: Cemex, 2000.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G. da Fonseca, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403: 853-858, 2000.


SAUVÉ, L., 2006. Complexité et diversité du champ de l'éducation relative à l'environnement. *Chemin de Traverse, Solstice d'été* 2006, p. 51-62.

REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Renan Janke Bosque é biólogo, no Departamento de Zoologia (ZOO/UnB, Renan.janke@gmail.com

Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares é pedagoga, doutoranda em Educação do Campo na Faculdade de Educação da UnB, marcela.souto.oliveira@gmail.com.

Maria Fernanda Nince Ferreira é professora doutora do Departamento de Genética e Morfologia- (GEM/ UnB), mfnf@unb.br.

UnB DIZ NÃO AO
 RACISMO
EU TAMBÉM

Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da UnB - NPIR/DEX

Na busca da construção de uma sociedade efetivamente igualitária, o NPIR - Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, a partir da execução do Programa de Combate ao Racismo e à Xenofobia, promove ações que consolidam o programa e que passam pelo reconhecimento, valorização e afirmação da diversidade étnico-racial no âmbito da UnB e do Distrito Federal.

Participe de nossas ações, maiores informações:

www.igualdaderacial.unb.br

igualdaderacial@unb.br

SEMANA DE EXTENSÃO DA UnB

Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça,
Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Ao misturar ciência, diversão e arte, numa programação gratuita de mais de duzentas opções e diversas modalidades, a SEMEX é um movimento que expõe as facetas da extensão universitária à sociedade.

Com expressiva e crescente participação de Institutos, Faculdades e demais órgãos da Universidade, a SEMEX integra a Semana Universitária da UnB e seu foco são os estudantes do ensino básico e universitários.

I SEMEX 2001 - A extensão de todos nós

II SEMEX 2002 - Transformando a atividade acadêmica

III SEMEX 2003 - Universidade e transformação Social

IV SEMEX 2004 - Ciência & tecnologia e inclusão social

V SEMEX 2005 - Universidade e desenvolvimento sustentável

VI SEMEX 2006 - Criatividade e produção do conhecimento

VII SEMEX 2007 - Terra: saberes na diversidade

VIII SEMEX 2008 - Universidade e democracia

IX SEMEX 2009 - Extensão: Espaço para pesquisa

Elenco de tradicionais patrocinadores:

MCT, FAP-DF, PETROBRAS,
UNESCO, BB, CAIXA E CAESB

Elenco de tradicionais apoiadores internos:

Ceri, Cespe, DAC, PRC, SECOM/UnB

INSCRIÇÕES DE ATIVIDADES NA PROGRAMAÇÃO

www.semanadeextensao.unb.br

(Comunidade da UnB, aguardar edital anual)

Agendamento de Escolas (turmas)

INSCRIÇÕES INDIVIDUAIS ON-LINE

(Disponíveis a partir da abertura das inscrições)

Coordenadoria de Eventos de Extensão
Decanato de Extensão-Prédio da Reitoria 2º andar
telefones: 3307-2612 e 272-0194 ramais 27 a 30

